



# Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

### Pregão Eletrônico Federal n.º 90050/2026

Regido pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pela IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, bem como pela Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, e demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e Anexos.

**Objeto:** Contratação de serviços de tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

**Observação:** Havendo divergência entre a descrição do(s) item(ns) e o código/descrição do CATMAT/CATSER prevalecerão as especificações detalhadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

**Data de abertura da sessão pública:**  
13/07/2026 às 13h no site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

<b>Registro de Preços?</b> ( ) Sim (x) Não	<b>Tipo:</b> Menor preço	<b>Modo de disputa:</b> Aberto	<b>Edital exclusivo ME/EPP?</b> ( ) Sim (x) Não	<b>Reserva de cota ME/EPP?</b> ( ) Sim (x) Não
<b>Processo SEI:</b> 0043169-90.2025.6.26.8000			<b>Edital híbrido?</b> ( ) Sim (x) Não <b>Qual(is) item(ns) exclusivos ME/EPP:</b> não se aplica	
<b>Valor total estimado:</b> R\$ 440.000,00			<b>Apresentação de amostra?</b> ( ) Sim (x) Não	<b>Vistoria prévia?</b> ( ) Obrigatória; (x) Facultativa; ( ) Não se aplica
<b>Critério de Julgamento:</b> Menor preço total do item independente (item 1) e menor preço global do grupo único (itens 2 a 4)			<b>Apresentação de prova?</b> ( ) Sim (x) Não	
<b>Quantidade de itens:</b> 4 itens			<b>Quantidade de grupos:</b> grupo único	
<b>Licitação Sustentável?</b> (x) Sim ( ) Não <b>Indicação do critério de sustentabilidade:</b> Item 4.1 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital				
<b>Pedidos de esclarecimentos e impugnações:</b> Até às 23h59 de 08/07/2026. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este procedimento devem ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço <a href="mailto:pregoeiro@tre-sp.jus.br">pregoeiro@tre-sp.jus.br</a> .				
<b>Documentos de habilitação:</b>				
Cláusula 15 deste Edital				

**Endereço da Seção de Elaboração de Editais e Contratos:** Rua Francisca Miquelina, 123, Prédio Brigadeiro, 11º andar, sala 1101, Bela Vista, São Paulo CEP: 01316-900.

**Retire o Edital e acompanhe esta licitação e seus atos na internet pelos portais** <http://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes> e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).



**PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 900xx/2026**

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, nos termos das disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, na IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, bem como na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, e demais legislações aplicáveis, realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento pelo menor preço total do item independente (item 1) e pelo menor preço global do grupo único (itens 2 a 4)**, visando a **contratação de serviços de tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)**, conforme condições e especificações constantes das cláusulas abaixo, do Anexo I, seus respectivos Apêndices e dos Anexos II a VI, a seguir discriminados, os quais fazem parte integrante do presente Edital:

**Anexo I** – Termo de Referência;

**Apêndice A** – Modelo de Termo de Autorização de Uso para Fins Institucionais;

**Apêndice B** - Modelo de Termo de Cessão de Direitos Autorais;

**Apêndice C** - Modelo de Termo de Compromisso de Cumprimento para a Proteção De Dados;

**Apêndice D** - Tabela com Prazos de Execução de Serviço (Item Independente - Item 1);

**Apêndice E** - Tabela com Prazos de Execução de Serviço (Grupo Único - Itens 2 a 4);

**Apêndice F** - Atestado de Execução Satisfatória dos Serviços;

**Anexo II** – Modelo de Proposta Definitiva de Preços;

**Anexo III** – Minuta de Contrato;

**Anexo IV** – Declaração de Não Exploração de Trabalho Escravo;

**Anexo V** – Instrução Normativa TRE/SP n.º 01, de 31 de maio de 2019 – versão resumida;

**Anexo VI** – Instruções complementares ao processo de cadastro de usuário externo no SEI.

## **1 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**1.1** – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro/pela pregoeira, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

**1.2** – As propostas deverão ser enviadas a partir das 08 horas de 29/06/2026 até as 13 horas de 13/07/2026.

**1.3** – No dia 13/07/2026, às 13 horas, será feita a abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio do sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**1.4** – Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## **2 – DO OBJETO**

**2.1** – O objeto da presente licitação consiste na contratação de serviço de tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ao vivo ou gravado; legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), gravado e audiodescrição (AD), gravado, em materiais institucionais e manifestações públicas realizadas, promovidas ou apoiadas por este Regional, dentro do Estado de São Paulo, nas modalidades: ao vivo presencial (executado no local do evento), ao vivo não-



presencial (gravado, transmitido ou reproduzido simultaneamente de modo virtual) ou gravado previamente, em estrita conformidade com o estabelecido neste Edital, seus Anexos e Apêndices.

**2.2** - A licitação será formada pelo item independente (item 1), bem como pelo grupo único (itens 2 a 4), devendo a licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo único, facultando-se à licitante a participação no item independente de seu interesse, conforme tabela constante do Anexo I (Termo de Referência) de Edital.

**2.3** — O(s) código(s) e descrição(ões) do "CATMAT/CATSER" constante(s) do Compras.gov.br pode(m) eventualmente divergir da(s) descrição(ões) do(s) item(ns) a ser(em) contratado(s) quanto a especificações e outras características. Neste caso, havendo divergência quanto ao(s) código(s)/descrição(ões) do CATMAT/CATSER prevalecerão as especificações detalhadas no Anexo I (Termo de Referência) e Apêndices deste Edital.

### **3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS (MEs) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPPs)**

**3.1** - Poderão participar deste PREGAO ELETRÔNICO as empresas que:

**3.1.1** - Atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital, seus Anexos e Apêndices.

**3.1.2** - Estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**3.1.2.1** - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas, nos termos do §1º do art. 1º do Decreto n.º 3.722/2001, alterado pelo Decreto n.º 4.485/2002.

**3.1.3** - Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, não tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**3.1.3.1** – Para comprovação de atendimento ao regramento contido no item 3.1.3, a licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO**, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, manifestando, expressamente, que possui e que manterá durante toda vigência do contrato, as seguintes condições:

**3.1.3.1.1** - Não possuir inscrição no Cadastro de Empregadores Flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18 de 13/9/2024;

**3.1.3.1.2** - Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão dos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da Organização Internacional do Trabalho nos arts. nº 29 e 105.

**3.1.3.2 - A DECLARAÇÃO** deverá ser encaminhada pela licitante **juntamente com o(s) documento(s) disposto(s) no item 12.5 e no prazo estabelecido na cláusula 13 deste Edital.**

**3.1.3.3 –** A licitante que não apresentar a declaração disposta no item 3.1.3.1 deste Edital será considerada inapta a participar da licitação, estando sujeita às sanções previstas neste Edital.

**3.2 -** Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, para as quais deverão ser observadas as seguintes condições:

**3.2.1 -** as empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

**3.2.2 -** as empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelos atos praticados em consórcio, nas fases de licitação e durante a execução do objeto.

**3.3 –** Quando houver a participação das microempresas e empresas de pequeno porte serão adotados os critérios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores.

**3.3.1 -** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.3.2 -** Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em quaisquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores.

**3.3.3 -** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na [Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores](#).

**3.4 –** A declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

**3.5 –** Não poderão participar deste certame:

**3.5.1 –** empresas que possuam ramo de atividade registrado no ato constitutivo incompatível com o objeto desta licitação;

**3.5.2 -** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.5.3 -** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



**3.5.4** - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.5.5** - não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

**3.5.5.1** - a vedação de que trata o item 3.5.5 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

**3.5.6** – empresas em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

**3.5.7** – empresas estrangeiras que não funcionem no País;

**3.5.8** – empresas que possuam em seu quadro societário pessoa detentora de mandato de deputado e/ou senador, desde sua diplomação, nos termos da alínea “a” do inciso I do artigo 54 da Constituição Federal de 1988.

#### **4 – DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** – A licitante deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), observados os seguintes aspectos:

**4.1.1** – o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

**4.1.2** – o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará a responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

**4.1.3** – a perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

**4.2** – A licitante responsabilizar-se-á exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.2.1** - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

#### **5 – DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO**



**5.1** – Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital por irregularidades ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, encaminhando o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública (08/07/2026) até as 23h59, pelo e-mail [pregoeiro@tre-sp.jus.br](mailto:pregoeiro@tre-sp.jus.br), cabendo ao pregoeiro/à pregoeira, auxiliado(a) pelos responsáveis pela elaboração do Edital, seus Anexos e Apêndices, responder a matéria no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do respectivo pedido.

**5.1.1**- Caso o pedido de esclarecimento ou impugnação seja encaminhado no terceiro dia útil que antecede o certame, a matéria deverá ser decidida pelo pregoeiro/pela pregoeira até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública.

**5.1.2** – A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro/pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

**5.2** – As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro/à pregoeira por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade.

**5.3** – Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique modificação deste Edital, esta modificação será divulgada da mesma forma que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto se a alteração não comprometer a formulação da proposta.

**5.4** – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio do *link* Acesso *livre>Pregões>Agendados*, dentro do prazo estabelecido para resposta do pregoeiro/da pregoeira e vincularão os participantes e a Administração, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

## **6 – DA INSERÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR**

**6.1** – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**6.2** - Após a divulgação deste Edital no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), as licitantes deverão encaminhar **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, a proposta eletrônica com a descrição do(s) serviço(s) a ser(em) executado(s) e seu(s) preço(s) unitário(s) e total(is).

**6.3** – A proposta eletrônica deverá ser encaminhada até a data e hora marcadas para abertura da sessão pública quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

**6.4** - No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**6.4.1** - está ciente do inteiro teor deste ato convocatório, dos seus Anexos e dos seus Apêndices e concorda com suas condições, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que atende aos requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório;

**6.4.2** - cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7ª da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

**6.4.3** – está ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

**6.4.4** - não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho desumano ou degradante, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**6.4.5** - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/21;

**6.4.6** – cumpre a exigência de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

**6.5** – A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**6.6** - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**6.6.1** - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123/2006](#), e alterações posteriores, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**6.7** - A falsidade das declarações de que tratam os itens 6.4 a 6.6 sujeitará a licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**6.8** – A licitante deverá formular e encaminhar a proposta de preços no idioma oficial do Brasil, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, na qual deverá constar a descrição do(s) serviço(s) de acordo com a(s) especificação(ões) e quantidade(s) indicada(s) no Anexo I (Termo de Referência) e nos Apêndices deste Edital.

**6.9** – Deverá constar na proposta eletrônica:

**6.9.1** – Para elaboração de sua proposta, a licitante deverá observar TODAS as características especificadas no Anexo I (Termo de Referência) e nos Apêndices deste Edital, sob pena de desclassificação.

**6.9.2** - no campo “preço”: preço unitário e total por item;





**6.9.3 - no campo “descrição complementar”:** descrição complementar do(s) serviço(s) ofertado(s), quando couber;

**6.9.4 – O item 1** manter-se-á como item independentes e os **itens 2 a 4** comporão o **GRUPO ÚNICO**.

**6.9.4.1 –** Os lances serão efetuados pelo preço unitário de cada item, seja em forma de grupo ou independente.

**6.9.4.2 –** Os itens organizados em grupo serão adjudicados a uma única empresa.

**6.9.4.3 –** A licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar proposta para todos os itens que compõem o grupo único.

**6.9.4.4 –** O sistema fará automaticamente a totalização do grupo, conforme valores totais cotados para os itens.

**6.10 –** O(s) preço(s) proposto(s) deverá(ão) ser final(is), acrescido(s) de todas as despesas (ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente e outras necessárias ao integral cumprimento da execução dos serviços, deduzidos eventuais descontos) e conter **somente duas casas decimais**, não sendo admitido(s) valor(es) simbólico(s), irrisório(s) ou igual(is) a zero, o que enseja a desclassificação.

**6.11 –** Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

**6.12 –** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de acordo com os itens 4.4 a 4.9 do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

**6.13 –** Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta eletrônica anteriormente inserida no sistema.

**6.14 –** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**6.15 –** Os documentos que compõem a proposta somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro/da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6.16 -** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**6.16.1-** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**6.16.2 -** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item anterior.





**6.17** - O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema.

**6.18** - O valor final mínimo parametrizado na forma do item 6.16 possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o TRE/SP, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**6.19** – A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do TRE/SP por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.19.1** – Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.20** – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação imediata da proposta.

**6.21** – Caberá, ainda, à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**6.22** – As propostas terão validade por 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data fixada para a sessão pública deste pregão.

## **7 – DA ABERTURA DA SESSÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1** – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2** – A verificação da conformidade da proposta será feita **exclusivamente na fase de julgamento**, em relação à proposta mais bem classificada.

**7.3** - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro/a pregoeira e as licitantes, vedada outra forma de comunicação.

## **8 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1** – Iniciada a fase competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento dos lances e dos valores consignados nos registros.

**8.1.1** – Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **PREÇO UNITÁRIO POR ITEM** seja para o item independente (item 1) ou para os itens que compõem o grupo único (itens 2 a 4).

**8.1.1.1** – Para o item independente, será vencedora a licitante que ofertar o **menor preço total do item**.



**8.1.1.2** – No tocante ao grupo, a cada lance ofertado, o sistema atualizará automaticamente o **preço total de cada item e o preço global do grupo**, sagrando-se vencedora a licitante que ofertar o **menor preço global do grupo único**.

**Observação:** Os valores ofertados deverão ser elaborados considerando as quantidades e unidades de medida (hora e minuto) definidas no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

**8.2** – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

**8.3** – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**8.4** - A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**8.5** – O pregoeiro/a pregoeira poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**8.6** - Eventual exclusão de proposta da licitante nos moldes do item anterior, implicará a retirada da licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

**8.7** - Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

**8.8** – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.9** – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá corresponder a **1% (um por cento), limitado a duas casas decimais**.

**8.10** – A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração dessa etapa.

**8.11** – A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.12** – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme ordem crescente de valor.

**8.13** - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro/a pregoeira, auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, em prol da consecução do melhor preço, nos termos dispostos para a definição das demais colocações.



**8.13.1** - Após o reinício previsto no item 8.13, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

**8.13.2** - Encerrada a etapa de que trata o item 8.13.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme ordem crescente de valor.

**8.14** – Após o encerramento da etapa de lances e da eventual etapa de reinício de lances, nos termos indicados no item 8.13, se houver a participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte e, nessa hipótese, ocorrer empate entre as propostas, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores, ficará assegurada às microempresas ou empresas de pequeno porte, como critério de desempate, preferência de contratação.

**8.14.1** – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEs/EPPs sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada durante a etapa de lances;

**8.14.2** – Para efeito do disposto no item 8.14.1, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** o sistema de pregão eletrônico, após o encerramento da fase de lances, identificará em coluna própria as MEs/EPPs participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME/EPP, e das demais MEs/EPPs na ordem de classificação;

**b)** a proposta que se encontrar na faixa até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço estará empatada com a primeira colocada e terá o direito de, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para desempate;

**c)** para viabilizar tal procedimento, o sistema selecionará as propostas enquadradas nos termos da alínea “b”, disponibilizando-as automaticamente nas telas do Pregoeiro e fornecedor, encaminhando mensagem também automática, por meio do chat, convocando a ME/EPP que se encontra em segundo lugar a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de decair do direito concedido;

**d)** caso a ME/EPP, classificada em segundo lugar, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais MEs/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação;

**e)** não havendo êxito, ou não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial. Caso sejam identificadas propostas de MEs/EPPs e haja equivalência dos valores apresentados pelas empresas que se encontram no intervalo estabelecido no item 8.14.1, o sistema fará sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final.

**8.14.3** – Na hipótese da não contratação, nos termos do item 8.14.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**8.14.4** – O disposto no item 8.14.1 aplicar-se-á quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP;



**8.15** – Não poderá haver desistência dos lances efetuados, salvo a hipótese do item 8.4, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

## **9 – DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES**

**9.1** – Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.2** – Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o pregoeiro/a pregoeira, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato às participantes no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

## **10 – DO CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**10.1** – Finalizada a etapa competitiva, caso ocorra empate por equivalência de preços, serão realizados os seguintes procedimentos:

**10.1.1** - aplicação dos critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, nos termos transcritos nos itens 8.14, 8.14.1 e 8.14.2 deste Edital;

**10.1.2** - aplicação do critério de desempate previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, se dentre as empatadas não houver empresa declarante ME/EPP.

**10.2** – O critério de desempate disposto no item 10.1 também será aplicado caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

**10.3** – Em igualdade de condições, se não houver desempate, nos termos dispostos no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133/21, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**10.3.1** - empresas brasileiras;

**10.3.2** - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**10.3.3** - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;

**10.4** - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico [compras.gov.br](http://compras.gov.br).

## **11 – DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA**

**11.1** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro/a pregoeira realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto a compatibilidade do(s) preço(s) final(is) em relação ao(s) **preço(s) máximo(s) aceitável(is) estipulado(s) no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital**, observado o disposto no art. 34 da IN SEGES nº 73/22.



**11.2** – Na hipótese de a proposta da primeira colocada permanecer acima do(s) preço(s) máximo(s) aceitável(is), indicado(s) no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital, o pregoeiro/a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas para a Administração.

**11.3** – A negociação será realizada por meio do sistema, a qual poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

**11.4** – **Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) que, após a etapa de negociação, mantiver(em) seu(s) preço(s) final(is) superior(es) ao(s) preço(s) máximo(s) aceitável(is) pela Administração estipulado(s) no Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.**

**11.5** - Quando a melhor proposta, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de permanecer acima do(s) preço(s) máximo(s) aceitável(is) pela Administração, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem crescente de classificação, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 28 da IN SEGES nº 73/22.

## **12– DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**12.1** – Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro ou/a pregoeira verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no(s) item(ns) 3.5 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**Observação:** A consulta aos dois cadastros – **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (CEIS)** e **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA)**, além do tradicional **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

**12.2** – Após verificação das condições de participação do certame, o pregoeiro ou a pregoeira verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições para a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), cujo registro de pendência impede a celebração do futuro convênio, acordo, ajuste ou contrato que envolva desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos, conforme art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (atualizada pela Lei nº 14.973/24).

**12.2.1** – Por ocasião da consulta ao CADIN, o pregoeiro ou a pregoeira comunicará eventual registro de pendência e advertirá a licitante sobre o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da adjudicação do objeto e da homologação do certame no sistema compras.gov, para a



regularização, sob pena de caracterizar a infração de retardamento da execução do objeto da licitação e a sujeitará à superveniente desclassificação e às penalidades previstas neste instrumento convocatório, sem prejuízo, ainda, da convocação das demais licitantes, na ordem de classificação.

**12.2.1.1** - Durante a fase de julgamento e antes da declaração da vencedora, a desistência da proposta pela licitante, exclusivamente sob a alegação de inviabilidade de regularização da pendência no CADIN no prazo estipulado neste edital, não constituirá infração administrativa.

**12.2.2** – Incumbe à licitante o ônus pelo acompanhamento da homologação do certame no sistema compras.gov, para os fins da contagem de prazo para a regularização.

**12.2.3** – A pedido da licitante, o prazo de 5 (cinco) dias úteis acima poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, devidamente motivada na falta de prejuízo irreparável ou de difícil reparação pela dilação concedida para a regularização das pendências no cadastro.

**12.3** - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**12.3.1** - Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro/a pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

**12.3.1.1** - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

**12.3.1.2** - A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**12.3.1.3** – Constatada a existência de sanção, o pregoeiro/a pregoeira poderá inabilitar a licitante, por falta de condição de participação.

**12.4** – Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro/a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.3.1 a 3.3.3 e 6.6 deste Edital.

**12.5** - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro/a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e, estando em conformidade, solicitará **via chat**, no **prazo e nos moldes** elencados na cláusula 13 deste Edital, o envio da **PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS**, adequada ao último lance ofertado ou valor negociado.

**12.6**– Recebida a proposta definitiva de preços e estando essa de acordo com os requisitos formais exigidos neste Edital, o pregoeiro/a pregoeira procederá à aceitação da proposta no sistema.

**12.7** - O não encaminhamento da proposta definitiva de preços no prazo estabelecido na cláusula 13 deste Edital, configurará desistência da proposta, sujeitando a licitante às sanções previstas na cláusula 22 deste Edital.



**12.8** – O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM INDEPENDENTE (item 1) E MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO (itens 2 a 4)**, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório. Sendo assim, a adjudicação poderá ser dada a uma ou mais empresas.

**12.9** – No julgamento das propostas, o pregoeiro/a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

**12.10** – Caso a licitante detentora da melhor oferta apresente quaisquer das ocorrências abaixo citadas, o pregoeiro/a pregoeira examinará a proposta subsequente, procedendo à sucessiva verificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital:

**12.10.1** – conter vícios insanáveis;

**12.10.2** – não obedecer às especificações técnicas do Anexo I (Termo de Referência) e dos Apêndices deste Edital;

**12.10.3** – apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do(s) preço(s) máximo(s) aceitável(is) definido(s) no Anexo I (Termo de Referência) e nos Apêndices deste Edital;

**12.10.4** - não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, conforme disposto no art. 34 da IN SEGES nº 73/22;

**12.10.4.1** - para os itens 2 a 4 (grupo único), embora o critério de julgamento seja o menor preço global do grupo único, será realizada a verificação da exequibilidade dos preços de cada item que compõe o grupo, podendo ser desclassificada a proposta que contenha valores manifestamente inexequíveis, ainda que o somatório global esteja dentro do limite aceitável.

**12.10.5** - não adequação da proposta e do preço às exigências editalícias; ou

**12.10.6** - não atendimento ao chamado do pregoeiro/da pregoeira durante a sessão pública do certame licitatório.

**12.11** - Encerrada a fase de julgamento da proposta, será aberto **prazo de 10 (dez) minutos** para o registro de intenção de recorrer, nos termos dispostos na cláusula 16 deste Edital.

## **13 – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS**

**13.1** – A licitante melhor classificada, nos termos dispostos no item 12.5 deste Edital, deverá enviar a proposta definitiva de preços, elaborada nos moldes do Anexo II deste Edital, por meio do *link* “Enviar anexo/planilha atualizada”, **no prazo de 2 (duas) horas**, a contar da solicitação do pregoeiro/da pregoeira no sistema eletrônico.

**13.1.1** – O prazo disposto no item 13.1 poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

**13.1.1.1** - por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro/pela pregoeira; ou





**13.1.1.2** - de ofício, a critério do pregoeiro/da pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital para verificação da conformidade da proposta.

**13.1.2** – Em cumprimento ao princípio da publicidade e da transparência, a inserção da proposta definitiva de preços no sistema **é obrigatória**, sob pena de desclassificação, sujeitando a licitante às sanções previstas neste Edital.

**13.2** – Na proposta deverão constar, obrigatoriamente, todas as informações requeridas no Anexo II deste Edital, a saber:

**13.2.1 – PREÇO UNITÁRIO E TOTAL POR ITEM E PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO (somatória dos itens 2 a 4);**

**13.2.1.1** - O(s) preço(s) proposto(s) deverá(ão) ser final(is), acrescido(s) de todas as despesas (ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente e outras necessárias ao integral cumprimento da execução dos serviços, deduzidos eventuais descontos) e conter **somente duas casas decimais**, não sendo admitido(s) valor(es) simbólico(s), irrisório(s) ou igual(is) a zero, o que enseja a desclassificação.

**13.2.3 – PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data fixada para a sessão pública deste pregão;

**13.2.4** – Razão social da empresa, C.N.P.J., endereço completo, telefone e e-mail atualizados para contato e recebimento de Nota de Empenho, qualificação do representante legal que assinará o contrato e do preposto que representará a contratada durante a vigência do ajuste, instituição financeira, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

**13.2.4.1** – O endereço e C.N.P.J. informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

**13.2.4.2** – O eventual faturamento por C.N.P.J distinto do indicado na proposta (filial), exigirá:

**13.2.4.2.1** – A verificação da regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial da pessoa jurídica;

**13.2.4.2.2** – Avaliação técnica acerca da repercussão tributária da alteração no âmbito do contrato administrativo, ressalvados:

**a)** a vedação de prejuízo ou qualquer ônus financeiro adicional à contratante;

**b)** a revisão contratual em favor da Administração, com redução proporcional do valor do contrato, caso a alteração implique diminuição dos custos previstos na proposta da contratada;

**c)** a obrigatoriedade de vinculação do C.N.P.J. ao local definido ou área geográfica delimitada pelo termo de referência para o cumprimento da obrigação pelo estabelecimento da representante.

**14 – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR À PROPOSTA**

Não aplicável à presente contratação.



## 15 – DA HABILITAÇÃO

**15.1** – Os documentos previstos nesta cláusula, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**15.1.1** - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no que concerne à regularidade dos documentos exigidos neste Edital e abrangidos pelo referido sistema.

**15.2** - Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**15.3** - Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/21.

**15.4** - A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**15.5** - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**15.5.1** – É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

**15.5.2** - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**15.6** - A verificação pelo pregoeiro/pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**15.7** – Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro/a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**15.8** – Sempre que julgar necessário, o pregoeiro/a pregoeira poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos apresentados pela licitante, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.

**15.8.1** – Os documentos originais, quando solicitados, deverão ser entregues, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da solicitação do pregoeiro/da pregoeira, na Comissão de Contratações –



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

CCT, localizada na Rua Francisca Miquelina, nº 123, Prédio Brigadeiro, 11º andar, sala 1102, mediante prévio agendamento direcionado ao e-mail [pregoeiro@tre-sp.jus.br](mailto:pregoeiro@tre-sp.jus.br).

**15.9 – Para a habilitação no presente certame serão exigidos os seguintes documentos:**

### **15.9.1 – Habilitação Jurídica**

**15.9.1.1 –** A pessoa jurídica participante do certame deverá comprovar sua existência mediante apresentação de seu Ato Constitutivo.

**15.9.1.2 -** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **15.9.2 - Habilitação fiscal e trabalhista**

**15.9.2.1 -** Certidão de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conjuntamente pela RFB (Receita Federal do Brasil) e PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional);

**15.9.2.2 -** CRF – Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;

**15.9.2.3 -** Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT ou Certidão positiva de débitos trabalhistas com efeitos negativos emitida pela Justiça do Trabalho.

**Observação 1:** A validade da certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT, com base no inciso XVI do art. 92 da Lei n.º 14.133/21, está condicionada àquela disponível no sítio [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao) na FASE DE HABILITAÇÃO, que revela a atual situação da licitante, ou seja, caso haja mais de um documento válido, isto é, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prevalecerá a certidão mais recente sobre a mais antiga.

**15.9.2.4 -** Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal – ISS;

**Observação 2:** A certidão emitida pela Fazenda Pública Municipal deverá ser do estabelecimento que emitirá de fato a nota fiscal/fatura.

**Observação 3:** Eventual faturamento por C.N.P.J distinto do indicado na proposta (filial), exigirá a apresentação de documentação habilitatória apta a comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial da licitante.

### **15.9.3 - Qualificação Econômico-Financeira**

**15.9.3.1 - Certidão negativa de falência e recuperações judiciais e extrajudiciais**, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

**15.9.3.1.1 -** No caso da licitante se encontrar em recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

**15.9.3.2 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

**15.9.3.2.1 -** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG)



superiores a 1 (um), conforme apurado no cálculo abaixo:

Ativo circulante + Realizável a longo prazo

LG = Passivo Circulante + Passivo não circulante

Ativo Total

SG =  $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo não circulante}}$

Ativo Circulante

LC =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

**15.9.3.2.2** - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**15.9.3.2.3** - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**15.9.3.2.4** - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**15.9.3.2.5** - A licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer destes índices deverá comprovar Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% do valor estimado para o período da contratação, o que corresponde a **R\$ 14.000,00 (catorze mil reais)** para o ITEM INDEPENDENTE e **R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)** para o GRUPO ÚNICO.

**15.9.3.2.5.1** - Na hipótese de uma única empresa sagrar-se vencedora do GRUPO/ITEM, o Patrimônio Líquido exigível será a somatória dos valores mínimos exigidos no referido GRUPO/ITEM.

**15.9.3.2.6** - Quando houver a participação de consórcio, a habilitação econômico-financeira será feita por meio do somatório dos valores de cada consorciado.

**15.9.3.2.6.1** - Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para as licitantes individuais.

## **15.9.4 – Qualificação Técnica**

**15.9.4.1 – Inscrição municipal de contribuintes mobiliários (ficha de dados cadastrais)**, válida, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao respectivo ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

**15.9.4.2** - Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por



meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

**15.9.4.2.1** - Para fins da comprovação de que trata o item 15.9.4.2, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**a) Item independente - Item 1:** Libras ao vivo (presencial ou não) por hora.

**b) Grupo único, composto pelos itens 2, 3 e 4:** Item 2: Libras gravado; Item 3: Audiodescrição (AD) gravada; Item 4: Legendagem (LSE) gravada.

**15.9.4.2.1.1** - Para o grupo único a empresa deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) a execução dos serviços do item 2, item 3 e item 4.

**15.9.4.2.1.2** - Em conformidade com o artigo 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, os atestados ou certidões devem comprovar a execução de serviços, atestando um quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) da quantidade total estimada por item da contratação pretendida para 12 (doze) meses.

**15.9.4.2.2** - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**15.9.4.2.3** - A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Órgão Gerenciador e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**15.9.4.2.4** - Quando houver a participação de consórcio, a habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

**15.9.4.2.4.1** - Em caso de substituição de consorciado, a nova empresa do consórcio deverá comprovar que possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

### **15.9.5 – Participação em Consórcio**

**15.9.5.1** – A empresa líder e as empresas integrantes do consórcio deverão apresentar todos os documentos estabelecidos para habilitação constantes dos itens 15.9.1 a 15.9.4..

**15.9.5.2** - A empresa líder do consórcio será considerada pelo TRE/SP como responsável pela contratação.

**15.9.5.3** - O consórcio deverá apresentar, além daqueles referentes à Habilitação, os seguintes documentos:

**15.9.5.3.1** - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

**15.9.5.3.2** – termo de responsabilidade solidária dos integrantes do consórcio, pelos atos a serem praticados na fase de licitação e na execução do objeto;



**15.9.5.3.3** - termo de indicação da empresa responsável pelo consórcio - empresa líder - que deverá representar o consórcio e manter todos os entendimentos que se fizerem necessários entre o TRE/SP e os demais consorciados, bem como junto a terceiros, durante a execução do objeto;

**15.9.5.3.4** - documentos que confirmam amplos poderes à empresa líder para representar as consorciadas nesta licitação; e

**15.9.5.3.5** - compromisso expresso do consórcio de que não terá a sua constituição ou composição alterada ou, sob qualquer forma, modificada sem a prévia e expressa anuência do TRE-SP, até o total cumprimento do objeto.

**15.9.5.4** – A inabilitação individual de qualquer uma das empresas consorciadas implicará a inabilitação do consórcio.

**15.10** - A validade dos documentos habilitatórios deverá abranger a data de abertura do certame.

**15.10.1** - Caso o órgão emissor não declare a vigência dos documentos solicitados, esses serão considerados válidos pelo prazo de 6 (seis) meses contados da data de sua expedição.

**15.11** – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, a contar da solicitação do pregoeiro/da pregoeira no sistema eletrônico.

**15.11.1** – O prazo disposto no item 15.11 poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

**15.11.1.1** - por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro/pela pregoeira, ou

**15.11.1.2** - de ofício, a critério do pregoeiro/da pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital para verificação do atendimento aos requisitos habilitatórios.

**15.12** – O descumprimento das exigências contidas nos itens 15.9.1 a 15.9.5 determinará a inabilitação da licitante.

**15.13** – Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de formalização do ajuste.

**15.13.1** – As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigível nesta cláusula, mesmo que as relativas ao item 15.9.2 apresentem alguma restrição.

**15.13.2** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**15.13.3** – O prazo de que trata o item 15.13.2 fica automaticamente prorrogado, nos termos do §1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores.



**15.14** – A não regularização da documentação, nos prazos previstos nos itens 15.13.2 e 15.13.3, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos itens 22.4.1, 22.4.2, 22.6 e 22.7 deste Edital ou sem prejuízo das sanções legalmente previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato/aceite da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

**15.15**– Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei n.º 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**15.15.1** - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**15.15.2** - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**15.15.3** – A licitante será convocada a encaminhar os novos documentos, em formato digital, via sistema, no **prazo de 2 (duas) horas**, contadas da solicitação do pregoeiro/da pregoeira no chat.

**15.16** - Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro/a pregoeira examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências deste Edital.

**15.16.1** – A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**15.17** – Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro/a pregoeira habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.

**15.18** – Encerrada a fase de habilitação do certame, será aberto **prazo de 10 (dez) minutos para o registro de intenção de recorrer**, nos termos dispostos na cláusula 16 deste Edital e, no caso de inocorrência de tal registro, ficará mantido o resultado do certame.

**15.19** – Manifestando quaisquer das licitantes a intenção de recorrer, o processo somente será encaminhado à autoridade superior para adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal.

## **16 – DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL**

**16.1** - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16.2** - O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**16.3** - Quando o recurso apresentado recair sobre o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

**16.3.1** - a intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de **10 (dez) minutos**, sob pena de preclusão;





**16.3.2** - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**16.4** - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**16.5** - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**16.6** - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**16.7** - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelas demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**16.8** - O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**16.9** - Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no inciso II do § 1º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**16.10** - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.11** – Em caso de interesse das possíveis licitantes, o acesso ao Processo SEI será disponibilizado por meio eletrônico à interessada mediante requerimento direcionado ao e-mail [pregoeiro@tre-sp.jus.br](mailto:pregoeiro@tre-sp.jus.br).

## **17 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A despesa correrá à conta do orçamento ordinário, Programa de Trabalho 02122003320GP0035 – “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral”, elemento de despesa 3390.39 – “Outros Serviços de Terceiros – PJ”.

## **18 – DO CONTRATO**

**18.1** – Encerrado o processo licitatório, a Administração, respeitada a ordem, convocará a adjudicatária para, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, realizar o procedimento de credenciamento para usuário externo no Sistema Eletrônico de Informação – SEI deste TRE/SP, conforme orientação contida nos artigos 15 e seguintes da Instrução Normativa TRE/SP n. 1/2019 (com suas respectivas atualizações), conforme Anexo V deste Edital, seguindo os passos constantes do Anexo VI deste Edital, e, posteriormente, em até 2 (dois) dias úteis, contados da liberação do acesso, assinar eletronicamente o instrumento de contrato, cuja minuta integra este Edital (Anexo III).

**18.1.1** – Os prazos estabelecidos no item 18.1 poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**18.2** – A licitante vencedora ficará obrigada a apresentar à Seção de Gestão de Contratos de Serviços Continuados e Obras deste TRE os documentos necessários à elaboração do termo de contrato:

**18.2.1** - estatuto ou contrato social;



**18.2.2** - procuração particular ou pública, conforme o caso, em nome do(s) representante(s) que assinará(ão) o contrato;

**18.2.3** - cópia do(s) documento(s) pessoal(is) do(s) representante(s) que assinará(ão) o contrato (C.P.F.).

**Observação 1:** Em caso de dúvida sobre a autenticidade do documento, a Administração poderá exigir a apresentação dos documentos em cópia autenticada por cartório competente ou mediante apresentação de cópia simples acompanhada do original.

**18.3** – Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela Contratada que tenham servido de base para o julgamento, bem como as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos e seus Apêndices.

**Observação 2:** A formalização do contrato por meio diverso do Sistema Eletrônico de Informações do TRE/SP deverá ser justificada, por interesse da Administração ou da adjudicatária.

**18.4** – Em cumprimento ao constante da Resolução n.º 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça e alterações posteriores, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**18.5** – Em cumprimento ao constante da Resolução n.º 156, de 8 de agosto de 2012 do Conselho Nacional de Justiça é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da referida Resolução.

## **19 – DA GARANTIA CONTRATUAL**

Não aplicável à presente contratação.

## **20 – DO REAJUSTE**

Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, considerando-se os 12 (doze) últimos índices, referentes aos meses imediatamente anteriores àquele em que o reajuste seja devido, nos termos constantes da cláusula sétima do contrato (Anexo III deste Edital).

## **21 – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado na forma e regramentos dispostos na cláusula 12 do Anexo I (Termo de Referência) e cláusula sexta do contrato (Anexo III), ambos deste Edital.

## **22 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**22.1** - Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:



**22.1.1** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro/pela pregoeira durante o certame;

**22.1.2** - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**22.1.2.1** - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**22.1.2.2** - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**22.1.2.3** - pedir para ser desclassificada quando encerrada a etapa competitiva;

**22.1.2.4** - apresentar proposta em desacordo com as especificações deste Edital;

**22.1.2.5** - não atendimento ao chamado do pregoeiro/da pregoeira durante a sessão pública do certame licitatório;

**22.1.2.6** - não for providenciada a regularização da documentação, no prazo previsto nos itens 15.13.2 e 15.13.3 deste Edital;

**22.1.3** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para sua formalização, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

**22.1.3.1** - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido na cláusula 18 deste Edital;

**22.1.3.2** - não manter as condições de habilitação e qualificação de forma a inviabilizar a assinatura do contrato;

**22.1.4** - ensejar o retardamento na execução do objeto da licitação sem motivo justificado;

**22.1.5** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**22.1.6** - fraudar a licitação;

**22.1.7** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**22.1.7.1** - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**22.1.7.2** - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**22.1.8** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**22.1.9** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**22.2** - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias e/ou contratadas as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**22.2.1** - multa;

**22.2.2** - impedimento de licitar e contratar; e

**22.2.3** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**22.3** - Na aplicação das sanções serão considerados:

**22.3.1** - a natureza e a gravidade da infração cometida;



**22.3.2** - as peculiaridades do caso concreto;

**22.3.3** - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**22.3.4** - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**22.3.5** - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**22.4** – Será aplicada multa compensatória nas seguintes ocorrências:

**22.4.1** – para as infrações previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2, 22.1.2.1 a 22.1.2.6, 22.1.3, 22.1.3.1, 22.1.3.2 e 22.1.4, quando não justificar a imposição de penalidade mais grave, a multa compensatória será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor total estimado para a contratação;

**22.4.2** – quando a licitante cometer quaisquer das infrações previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2, 22.1.2.1 a 22.1.2.6, 22.1.3, 22.1.3.1, 22.1.3.2 e 22.1.4, que justifiquem a necessidade de imposição de penalidade mais grave, a faixa percentual de multa compensatória a ser considerada para cálculo da penalidade será aquela constante do item 22.4.3.

**22.4.3** - para as infrações previstas nos itens 22.1.5 a 22.1.9 a multa compensatória será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total estimado para contratação.

**22.5** - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**22.6** - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1, 22.1.2, 22.1.2.1 a 22.1.2.6, 22.1.3, 22.1.3.1, 22.1.3.2 e 22.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**22.7** - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7, 22.1.8 e 22.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2, 22.1.2.1 a 22.1.2.6, 22.1.3, 22.1.3.1, 22.1.3.2 e 22.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

**22.8** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**22.9** - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato nos prazos estabelecidos nos itens 18.1 e 18.1.1 deste Edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**22.10** - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido pela Comissão de Responsabilização, instituída pela Portaria TRE/SP nº 26/2023, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou a adjudicatária para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



**22.11** - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**22.12** - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**22.13** – O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**22.14** - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**22.15** – Após a assinatura do contrato, em caso de inadimplência, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades previstas na cláusula décima primeira do referido documento (Anexo III deste Edital).

### **23 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1** – Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições do presente Edital.

**23.1.1** – As licitantes deverão observar, ainda, as disposições contidas na [Resolução TRE-SP nº 630/2023](#), que institui a Política de Integridade e *Compliance* das Contratações do TRE/SP, a [Portaria TRE-SP nº 214/2015](#), que institui o Código de Ética dos(as) servidores(as) do TRE-SP e a [Portaria TRE-SP nº 118/2023](#), que dispõe sobre o Código de Conduta Ética dos(as) agentes públicos(as) que atuam na área de contratações do TRE-SP.

**23.2** – Assegura-se a este Tribunal o direito de:

**23.2.1** – promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando às licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta;

**23.2.1.1** – no julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro/a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível às licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

**23.2.1.2** – na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 23.2.1.1, sua retomada somente poderá ocorrer mediante aviso prévio do sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência de seu reinício, e a ocorrência será fundamentada em ata;

**23.2.1.3** – o pregoeiro/a pregoeira ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação;



**23.2.1.4** – o pregoeiro/a pregoeira poderá, ainda, solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores deste Tribunal a fim de subsidiar sua decisão;

**23.2.2** – revogar a presente licitação por razões de conveniência e oportunidade, resultante de fato superveniente devidamente comprovado (inciso II e § 2º do art. 71 da Lei n.º 14.133/21);

**23.2.3** – adiar a data da sessão pública;

**23.2.4** – rescindir unilateralmente o ajuste, nos termos do inciso I e §1º do art. 138 da Lei n.º 14.133/21, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

**23.2.5** – aumentar ou diminuir a quantidade inicialmente solicitada, dentro do limite estabelecido no art. 125 da Lei n.º 14.133/21.

**23.3** – Com fundamento na Resolução TRE/SP nº 630/2023, as licitantes deverão:

**23.3.1** - abster-se da prática de atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei n. 12.846/2013, bem como se comprometer a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética dos(as) agentes públicos(as) que atuam na área de contratações do TRE-SP;

**23.3.2** - observar o cumprimento da Resolução CNJ n. 7/2005, quanto à inexistência de situação caracterizadora de nepotismo.

**23.4** - Durante o processo licitatório poderão ser realizadas diligências para aferição da idoneidade das licitantes, as quais deverão ser documentadas e reduzidas a termo.

**23.5** – As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase do processo licitatório.

**23.6** – O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

**23.7** – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

**23.8** – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

**23.9** – Aplicam-se à presente licitação, subsidiariamente, a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor e demais normas legais pertinentes.

**23.10** – Na contagem dos prazos será observado o disposto no art. 183 da Lei n.º 14.133/21.

**23.11** – Em caso de interesse das possíveis licitantes, cópias do Edital poderão ser obtidas nos endereços eletrônicos: <http://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes> e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

São Paulo, 25 de junho de 2026.



# Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

**Vânia Cristina Guarnierie**

Chefe da Seção de Elaboração de Editais e Contratos





PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL nº 90050/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)**

**OBJETO**

- 1.1.** Contratação de serviço de tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ao vivo ou gravado; legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), gravado e audiodescrição (AD), gravado, em materiais institucionais e manifestações públicas realizadas, promovidas ou apoiadas por este Regional, dentro do Estado de São Paulo, nas modalidades: ao vivo presencial (executado no local do evento), ao vivo não-presencial (gravado, transmitido ou reproduzido simultaneamente de modo virtual) ou gravado previamente, nos termos da tabela abaixo, conforme as quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência e sob demanda

**Item Independente**

**Tabela 1**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DE HORAS (A)	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL DA HORA (B)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (C = A x B)
1	Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, na forma ao vivo presencial (executado no local do evento) ou ao vivo não presencial (gravado, transmitido ou reproduzido simultaneamente de modo virtual)	12637	hora	400	R\$ 350,00	R\$ 140.000,00



## GRUPO ÚNICO

Tabela 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DE MINUTOS (A)	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL DO MINUTO (B)	PREÇO TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (C = A x B)
2	Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, na modalidade pré-gravada	25780	minuto	4.500	R\$ 32,00	R\$ 144.000,00
3	Serviço de Audiodescrição (AD) pré-gravado.	3778	minuto	1.600	R\$ 35,00	R\$ 56.000,00
4	Serviço de Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE) pré-gravado.	19658	minuto	4.000	R\$ 25,00	R\$ 100.000,00
<b>PREÇO GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL DO GRUPO ÚNICO (soma dos preços totais dos itens 2, 3 e 4):</b> <b>R\$ 300.000,00</b>						

**1.2.** Os serviços aos quais se referem o presente Termo de Referência enquadram-se na classificação de serviços comuns, que podem ser objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, de acordo com os incisos XIII e XLI do artigo 6º, o parágrafo 2º do artigo 17 e o artigo 29, todos da Lei nº 14.133/2021.

**1.3.** O(s) preço(s) proposto(s) deverá(ão) ser final(is), acrescido(s) de todas as despesas (ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente e outras necessárias ao integral cumprimento da execução dos serviços, deduzidos eventuais descontos) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitido(s) valor(es) simbólico(s), irrisório(s) ou igual(is) a zero, o que enseja a desclassificação.

**1.4.** Os códigos e descrições do "CATMAT/CATSER" constantes do "Compras.gov.br" podem eventualmente divergir da descrição dos itens a serem contratados quanto a especificações e outras características. **Neste caso, havendo divergência quanto ao código/descrição do CATMAT/CATSER, prevalecerão as especificações detalhadas neste Termo de Referência.**



- 1.5.** A Fundamentação para o Parcelamento ou não do objeto da contratação encontra-se pormenorizada no tópico 8 do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5.1.** A licitação ocorrerá por item Independente (item 01) e por grupo único (Itens 2, 3, e 4).
- 1.6.** Os serviços serão executados sob demanda, de acordo com as necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.
- 1.6.1.** Os quantitativos definidos foram baseados em estimativas, podendo vir a ser solicitada quantidade menor de horas de serviço (item 1) e minutos de serviço (Itens 2, 3 e 4).
- 1.6.2.** As quantidades foram estimativas para o período de 12 (doze) meses.

## Prazo de Vigência

- 1.7.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 1.8. CARÁTER CONTINUADO DO SERVIÇO

**1.8.1.** A contratação dos serviços de acessibilidade comunicacional, como tradução e interpretação em LIBRAS, legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e audiodescrição (AD), possui caráter continuado e essencial para o cumprimento da missão institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

**1.8.2.** O objeto da contratação é de natureza contínua, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, que define serviços e fornecimentos contínuos como aqueles realizados para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

**1.8.3.** A Fundamentação para o caráter continuado do objeto da contratação encontra-se pormenorizada nos **itens 2.3 ao 2.3.7** do Estudo Técnico Preliminar.

**1.8.4.** O contrato, quando cabível, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 1.9. GLOSSÁRIO

Para fins deste Termo de Referência, considera-se:

- a) ATENDENTE:** servidor(a) ou colaborador(s) da Justiça Eleitoral paulista que preste atendimento ao público.
- b) ATENDIMENTO AO PÚBLICO:** atendimento ao(à) eleitor(a) ou ao(à) cidadão(ã) surdo(a) ou com deficiência auditiva.
- c) AUDIODESCRIÇÃO (AD)<sup>1</sup>:** narração descritiva em voz de sons e elementos visuais-

---

<sup>1</sup>Definições e abreviaturas. ABNT NBR 15290:2016



chave, com movimentos, vestuário, gestos, expressões faciais, mudanças de cena, textos e imagens que apareçam na tela, sons ou ruídos não literais, despercebidos ou incompreensíveis sem o uso da visão.

- d) **CONTRATADA:** empresa vencedora do certame.
- e) **CONTRATANTE:** Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.
- f) **EQUIPE TÉCNICA:** servidor(a)(s) designado(s) para realizar teste e calibragem previamente à execução do serviço.
- g) **EVENTO:** quando não especificado, considera-se evento toda e qualquer situação referida nos **itens 1 a 4** deste Termo de Referência.
- h) **FISCAL TÉCNICO:** servidor(a) designado(a) pela Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão – SEACCESS/TRE-SP para fiscalizar o contrato.
- i) **GESTOR(A) RESPONSÁVEL:** servidor(a) da Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão – SEACCESS/TRE-SP.
- j) **LEGENDAS PARA SURDOS E ENSURDECIDOS (LSE)<sup>2</sup>:** inclui, além das falas dos personagens em cena, informações e falas de personagens em off (fora de cena) e a transcrição de sons não literais, despercebidos sem o uso da audição.
- k) **LIBRAS (LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS):** Língua de natureza visual-espacial, com estrutura gramatical própria, que constitui o sistema linguístico de comunidades surdas do Brasil<sup>3</sup>.
- l) **SRT (SUBRIPE SUBTITLE)<sup>4</sup>:** arquivos SRT são textos simples, fáceis de ler, que contêm informações essenciais para a exibição de legendas em vídeos, sendo ideais para legendas ocultas (*closed captions*) e legendas comuns. Eles são suportados por grandes plataformas, como o YouTube, e podem ser usados em softwares de edição para legendas gravadas.
- m) **UNIDADE DEMANDANTE:** unidade do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo organizadora do evento.
- n) **UNIDADE RESPONSÁVEL OU UNIDADE GESTORA:** a unidade responsável pelos serviços contratados no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo será a Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão – SEACCESS/TRE-SP.
- o) **USUÁRIO(A) SURDO(A) OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA:** eleitor(a) ou cidadão(ã) que necessite de atendimento no âmbito dos Cartórios Eleitorais do Estado de São Paulo, da Ouvidoria do TRE-SP ou em qualquer outro local em que haja atendimento da Justiça Eleitoral paulista ao(à) eleitor(a) ou cidadão(ã).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)

<sup>2</sup>Termos e definições. ABNT NBR 15599:2008

<sup>3</sup>Definições e abreviaturas. ABNT NBR 15290:2016

<sup>4</sup> Definição SRT(adaptado): <https://www.3playmedia.com/blog/caption-format-acronyms-explained/>



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos 2 e 4, respectivamente, do Estudo Técnico Preliminar.

2.2. **Quantidade estimada para 12 (doze) meses, sendo:**

**Item independente – Item 1 (tabela 3):**

Serviço	Horas total/serviço
Item 1: Libras ao vivo (presencial ou não) por hora	400
<b>TOTAL</b>	<b>400</b>

**Grupo único, composto pelos itens 2, 3 e 4 (tabela 4):**

Serviço	Minutos total/serviço
Item 2: Libras gravado	<b>4.500</b>
Item 3: Audiodescrição (AD) gravada	<b>1.600</b>
Item 4: Legendagem (LSE) gravada	<b>4.000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.100</b>

2.3. A Contratada deverá dispor de estrutura organizacional e equipes de profissionais qualificadas e em número suficiente para garantir o atendimento simultâneo a múltiplos eventos ao vivo, assegurando a plena execução dos serviços conforme a demanda do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

2.4. A Contratada deverá possuir capacidade técnica e um quadro de profissionais adequado para gerenciar e entregar, dentro dos prazos estabelecidos, materiais acessibilizados com recursos gravados, mesmo em situações de múltiplas demandas com prazos de entrega coincidentes, garantindo a qualidade e pontualidade dos serviços.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea 'c' e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021)**

3.1. **Item independente - Item 1:**

- **Item 1 - Serviço de tradução e interpretação** em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, na forma ao vivo presencial (executado no local do evento) ou ao vivo não-presencial (gravado, transmitido ou reproduzido simultaneamente de modo virtual), para as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, bem como em manifestações



públicas, como propagandas institucionais e pronunciamentos oficiais, publicações nas redes sociais, site institucional e canal do YouTube, vídeos informativos e educativos, treinamentos, eventos, reuniões e audiências realizadas nas sedes do TRE/SP, nesta Capital, ou nos Cartórios Eleitorais do Estado de São Paulo.

### 3.2. Grupo único, composto pelos itens 2, 3 e 4:

- **Item 2 – Serviço de tradução e interpretação** em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, na modalidade **pré-gravada**: para ser implantado em conteúdos audiovisuais, incluindo a edição do arquivo, em propagandas institucionais e manifestações públicas, vídeos em geral, como vídeos informativos e educativos, treinamentos, material institucional, documentos digitais disponibilizados ao público em geral e publicações nas redes sociais, site institucional e canal do YouTube.

- **Item 3 – Serviço de Audiodescrição pré-gravado**: em eventos, propagandas institucionais, vídeos, textos, fotos, imagens dinâmicas e estáticas, atividades diversas e demais publicações e projetos institucionais do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, com cessão de uso de voz, dentro do Estado de São Paulo. A audiodescrição deverá ser implantada em conteúdos audiovisuais pré-gravados, incluindo a edição do arquivo.

- **Item 4 - Serviço de legendagem pré-gravado**: sistema de transcrição instantâneo, em língua portuguesa, dos diálogos, dos efeitos sonoros, dos sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva. A legendagem deverá ser implantada em conteúdos audiovisuais pré-gravados, incluindo a edição do arquivo, e também disponibilizado em arquivo do tipo SRT, sem prejuízo do envio de arquivo em vídeo.

## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Complementarmente ao descritivo da cláusula 1, a presente contratação exigirá as seguintes especificações:

### **ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS – ITEM 1 – ITEM INDEPENDENTE**

3.3. Os intérpretes deverão comprovar, formalmente, fluência na interpretação da LIBRAS, de forma simultânea ou consecutiva, a partir de origem falada (oral/auditiva), sinalizada (visual/espacial) ou escrita, mediante apresentação de: (1) diploma de graduação em curso de bacharelado em Letras-Libras, emitido por instituição de educação superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), ou (2) de certificado de nível médio, que demonstre ter realizado pelo menos uma das opções a seguir:

- a) diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras;
- b) diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras-Libras;



- c) diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa.

**3.4.** Será permitida, pelo período de 6 (seis) anos a partir da publicação da Lei nº 14.704 de 2023, a realização das atividades de Tradutor(a)/Intérprete em Libras por profissionais com formações previstas na redação original do art. 4º da Lei nº 12.319 de 2010, conforme segue:

- a. cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
- b. cursos de extensão universitária; e
- c. cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

**3.5.** Também serão admitidos, pelo mesmo período mencionado no **item 3.4.**, certificados do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (PROLIBRAS), mediante exames nacionais realizados pelo Ministério da Educação ou pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

**3.6.** **Exclusivamente para as sessões plenárias e audiências**, devido à necessidade de grande especialização e conhecimento, o(a) profissional tradutor(a) e intérprete de Libras - Língua Portuguesa que atuará nas sessões **deverá ter formação em nível superior**, comprovando essa formação mediante apresentação de diploma de graduação em curso de bacharelado em Letras-Libras, emitido por instituição de educação superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

**3.6.1.** O profissional com nível médio, cumprindo as exigências apresentadas nas alíneas 'a' a 'c' do item **3.3.** e alíneas 'a' a 'c' do item **3.4.**, também estará apto a desempenhar as atividades previstas no item **3.6.**

### **ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS EM EVENTOS GRAVADOS PREVIAMENTE – GRUPO ÚNICO - ITEM 2**

**3.7.** O serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), sob demanda, executado na modalidade pré-gravada, com cessão de imagem e voz, será implantado em conteúdos audiovisuais, incluindo a edição do arquivo, em propagandas institucionais e manifestações públicas, vídeos em geral, vídeos informativos e educativos, treinamentos, fotos, imagens dinâmicas ou estáticas, material institucional, documentos digitais disponibilizados ao público em geral e publicações nas redes sociais, site institucional e canal do YouTube.

**3.8.** A **CONTRATADA** deverá promover a tradução/interpretação dos vídeos e demais conteúdos audiovisuais previamente submetidos a ela, através de profissional intérprete/tradutor(a) de Libras habilitado, efetuar a gravação da tradução e, posteriormente, inseri-la no arquivo, com edição integrada, contendo janela própria de exibição, em consonância com os requisitos previstos nas normas técnicas ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008 e ABNT NBR 17225/2025, recomendando-se, ainda, adotar os requisitos básicos extraídos do Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, que está conforme com a norma técnica ABNT NBR 15290:2016.





**3.9.** Os intérpretes deverão comprovar, formalmente, fluência na interpretação da LIBRAS, de forma simultânea ou consecutiva, a partir de origem falada (oral/auditiva), sinalizada (visual/espacial) ou escrita, mediante apresentação de: (1) diploma de graduação em curso de bacharelado em Letras-Libras, emitido por instituição de educação superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), ou (2) de certificado de nível médio, que demonstre ter realizado pelo menos uma das opções a seguir:

- a) diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras;
- b) diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras-Libras;
- c) diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa.

**3.10.** Será permitida, pelo período de 6 (seis) anos a partir da publicação da Lei nº 14.704 de 2023, a realização das atividades de Tradutor(a)/Intérprete em Libras por profissionais com formações previstas na redação original do art. 4º da Lei nº 12.319 de 2010, conforme segue:

- a) cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
- b) cursos de extensão universitária; e
- c) cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

**3.11.** Também serão admitidos, pelo mesmo período mencionado no item **3.10.**, certificados do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (PROLIBRAS), mediante exames nacionais realizados pelo Ministério da Educação ou pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

### **ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE AUDIODESCRIÇÃO (AD) – GRUPO ÚNICO – ITEM 3**

**3.12.** A audiodescrição deve ser fluida, clara e objetiva.

**3.12.1.** As descrições serão feitas nos espaços contidos entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras do evento, de modo a evitar sobrepor a audiodescrição ao conteúdo sonoro relevante, harmonizando, deste modo, a informação audiodescrita com os demais sons emitidos.

**3.12.2.** A audiodescrição em conteúdos pré-gravados deverá ser realizada pela **CONTRATADA**, a quem caberá disponibilizar toda a estrutura física e tecnológica, tais como equipamentos específicos e softwares necessários, profissionais com habilidades técnicas, entre outros aspectos pertinentes, e, posteriormente, inseri-la no arquivo, com edição integrada, em consonância com os requisitos previstos nas normas técnicas ABNT NBR 16452:2016 e ABNT NBR 15599-2008.

**3.12.3.** Os audiodescritores deverão comprovar:

- a) Experiência profissional de, no mínimo, 6 (seis) meses na atividade e/ou acima de 200 (duzentas) horas de execução, por meio de contrato de trabalho ou declarações



de empresas públicas ou privadas; e

- b) Capacitação, mediante apresentação de certificado de curso de educação profissional em audiodescrição, com carga horária igual ou superior a 120 (cento e vinte) horas.

**3.12.3.1** A exigência de experiência mínima de 6 (seis) meses ou 200 (duzentas) horas de execução fundamenta-se na necessidade de comprovar a maturidade profissional e a vivência prática do audiodescritor; assim como a exigência de capacitação mínima de 120 (cento e vinte) horas visa assegurar que esse profissional domine as técnicas necessárias para que o produto final tenha a qualidade e eficiência desejadas.

## **ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEGENDA PARA SURDOS E ENSURDECIDOS (LSE)** **– GRUPO ÚNICO – ITEM 4**

**3.13.** Inserção de legenda descritiva em conteúdos audiovisuais pré-gravados, sincronizada com as imagens exibidas, direcionando significado ou esclarecimento.

**3.14.** Para produção de legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), existem parâmetros de ordem técnica, linguística e tradutória que devem ser observados, para isso, a prestação do serviço requer empresa que detenha, além dos equipamentos específicos e dos softwares necessários, profissionais com habilidades técnicas para a confecção e a projeção de legendas compatíveis com o tipo de evento ou de produção audiovisual, comprovando-os através de:

- a) Experiência profissional do(s) legendador(es) de, no mínimo, 6 (seis) meses na atividade e/ou acima de 200 (duzentas) horas de execução, por meio de contrato de trabalho ou declarações de empresas públicas ou privadas; e
- b) Capacitação do(s) legendador(es), mediante apresentação de certificado de curso de educação profissional em Legendagem, com carga horária igual ou superior a 120 (cento e vinte) horas

**3.14.1** A exigência de experiência mínima de 6 (seis) meses ou 200 (duzentas) horas de execução fundamenta-se na necessidade de comprovar a maturidade profissional e a vivência prática do legendista; assim como a exigência de capacitação mínima de 120 (cento e vinte) horas visa assegurar que esse profissional domine as técnicas necessárias para que o produto final tenha a qualidade e eficiência desejadas.

**3.15.** A legendagem em conteúdos pré-gravados deverá ser realizada pela **CONTRATADA**, a quem caberá disponibilizar toda a estrutura física e tecnológica, tais como equipamentos específicos e softwares necessários, profissionais com habilidades técnicas, entre outros aspectos pertinentes e, posteriormente, inseri-la no arquivo, com edição integrada, em consonância com os requisitos previstos na norma técnica NBR 15290:2016 e ABNT NBR 15599:2008.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alíneas ‘d’ e ‘e’ da Lei nº 14.133/21)**

### **Sustentabilidade**

#### **4.1. Aspecto Social:**



**a.** A CONTRATADA deverá apresentar periodicamente, a comprovação do cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, em cumprimento ao disposto no art. 10 da Resolução nº 401, de 16/06/2021, do Conselho Nacional de Justiça e ao artigo 28-C da Resolução TRE/SP nº 667/2025.

**b.** Em cumprimento ao art. 6º da Portaria TSE nº 105 de 10 de março de 2025, ao art. 2º da Resolução CNJ nº 255/2018, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023 e ao artigo 28-A da Resolução TRE/SP nº 667/2025, os(as) trabalhadores(as) deverão ser admitidos(as) observando-se, sempre que possível, equanimemente a proporção de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres no total de postos contratados.

**b.1.** Para a composição equânime, por mulher compreende-se mulher cisgênero, mulher transgênero e fluida.

**c.** O preenchimento das vagas deverá respeitar, resguardada a medida do possível, a proporção respectiva de gênero, raça e etnia da população brasileira, no Estado de São Paulo, segundo o último Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de acordo com critérios estabelecidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, sem prejuízo de superação dessa proporção se houver possibilidade, no que se refere aos grupos minorizados.

**d.** A identificação das trabalhadoras e trabalhadores contratados e a alocação nos postos de serviço contratados na Administração obedecerão aos preceitos da LGPD, vedado qualquer tipo de discriminação no exercício de suas funções, restringindo-se o acesso às informações com vistas à comprovação da condição de vulnerabilidade e dos egressos do sistema prisional, quando for o caso, aos integrantes da fiscalização do contrato, para cumprimento de obrigações contratual e legal.

### Subcontratação

**4.2.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme fundamentação constante dos itens 3.17 a 3.20 do Estudo Técnico Preliminar.

### Garantia da contratação

**4.3.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### Vistoria Facultativa

**4.4.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

**4.4.1.** A vistoria facultativa será restrita para a previsão do **item 4.42**, alínea “a”. Nos demais casos, diante da impossibilidade de definição do local da prestação dos serviços, neste momento, não há como ter previsão de vistoria.

**4.5.** A vistoria facultativa poderá ser realizada de segunda à sexta-feira, no local da



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

execução dos serviços, no horário das 12h às 18h, mediante prévio agendamento com a Seção de Gestão de Acessibilidade e Inclusão - SeACCESS., através do e-mail [seaccess@tre-sp.jus.br](mailto:seaccess@tre-sp.jus.br).

- 4.5.1. Não será admitida a realização de vistorias sem o prévio agendamento.
- 4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.7. A visita técnica facultativa poderá ocorrer até a véspera da data da sessão de abertura do certame.
- 4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a **CONTRATADA** assumir os ônus dos serviços decorrentes.

### CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 4.10. No prazo de **15 (quinze) dias corridos**, a contar da assinatura do contrato, a **CONTRATADA** deverá estar apta a executar os serviços:
- a) de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa ao vivo – item 1;
  - b) de interpretação em Libras para a Língua Portuguesa e vice-versa gravado – item 2;
  - c) de audiodescrição (AD) – item 3;
  - d) de legendagem(LSE) – item 4.

### **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS – ITEM 1 – ITEM INDEPENDENTE**

- 4.11. Os serviços serão contratados por hora.
- 4.12. De acordo com o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 14.704 de 2023, o trabalho de tradução e interpretação superior a 1 (uma) hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais.
- 4.12.1. É de responsabilidade da **CONTRATADA** o atendimento à legislação mencionada no item 4.12., devendo prever a quantidade de profissionais a serem disponibilizados para a execução do serviço de Tradução/Interpretação de Libras ao vivo conforme tempo previsto em Ordem de Serviço enviada pela Unidade



Responsável.

- 4.13.** É de responsabilidade da **CONTRATADA** garantir que a execução do serviço de Tradução/Interpretação de Libras ao vivo aconteça, conforme Ordem de Serviço enviada previamente pela Unidade Responsável, em caso de impedimento (atrasos, problemas de saúde, entre outros) por parte do(a) intérprete previamente informado.
- 4.14.** O valor da hora base deverá contemplar a cessão de uso da imagem e voz tendo como referência a prestação de serviço de 2 (dois) intérpretes, (conforme justificativa apresentada no subitem 3.21 do ETP).
- 4.15.** A **CONTRATADA** deverá, no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, a contar da assinatura do Contrato, apresentar à Unidade Responsável do TRE-SP documento de identificação dos(as) intérpretes de Libras e certificados de qualificação dos(as) profissionais que prestarão os serviços, conforme previsto nos itens **3.3. a 3.6.1.**, durante o período de vigência, e os respectivos termos: **Termo de Autorização de Uso para Fins Institucionais (Apêndice A)**, **Termo de Cessão de Direitos Autorais (Apêndice B)** e **Termo de Compromisso de Cumprimento para a Proteção de Dados (Apêndice C)**, conforme modelos constantes nos Apêndices deste Termo de Referência para os profissionais qualificados que prestarão os serviços, assinados pelos(as) profissionais e pelo(a) responsável legal da **CONTRATADA**, dispensando-se a remessa dessa documentação quando da etapa de aceite da Ordem de Serviço.
- 4.16.** As supervenientes alterações do rol de profissionais que prestarão os serviços durante a vigência da contratação deverão ser comunicadas pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** para atender às subseqüentes ordens de serviços, e instruídas com os documentos mencionados no **item 4.15**, objetivando sempre manter o rol de profissionais atualizado para o **CONTRATANTE**.
- 4.16.1.** Para garantir a participação dos novos profissionais nos serviços designados na Ordem de Serviço, a entrega da documentação prevista no **item 4.15** deverá ocorrer com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência à data agendada para o serviço.
- 4.16.2.** A entrega da documentação que ocorrer em prazo inferior ao previsto no **item 4.16.1**, será avaliada pelo **CONTRATANTE** e poderá caracterizar a inexecução do serviço, podendo ensejar penalidades previstas no Edital.

**CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO PARA OS SERVIÇOS GRAVADOS DE LIBRAS, DE AUDIODESCRIÇÃO (AD) E LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS (LSE) – GRUPO ÚNICO – ITENS 2, 3 E 4**

- 4.17.** Para o **item 2:** A **CONTRATADA** deverá, no prazo de **15 (quinze) dias corridos** a contar da assinatura do Contrato, apresentar à Unidade Responsável do TRE-SP documento de identificação dos(as) **intérpretes de Libras** e certificados de qualificação dos profissionais que prestarão os serviços, **conforme previsto nos itens 3.9. a 3.11.**, durante o período de vigência, e os respectivos termos: **Termo de Autorização de Uso para Fins Institucionais (Apêndice A)**, **Termo de Cessão de Direitos Autorais (Apêndice B)** e **Termo de Compromisso de Cumprimento para a Proteção de Dados (Apêndice C)**, conforme modelos constantes nos Apêndices deste Termo de Referência



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

para os profissionais qualificados que prestarão os serviços, assinados pelos(as) profissionais e pelo(a) responsável legal da **CONTRATADA**, dispensando-se a remessa dessa documentação quando da etapa de aceite da Ordem de Serviço.

**4.18.** Para o **item 3**: A **CONTRATADA** deverá, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, apresentar à Unidade Responsável a documentação relativa à certificação de qualificação dos profissionais que pretende alocar na prestação de serviços de audiodescrição, conforme previsto no subitem 3.12.3, durante o período de vigência, e os respectivos termos: Termo de Autorização de Uso para Fins Institucionais (Apêndice A), Termo de Cessão de Direitos Autorais (Apêndice B) e Termo de Compromisso de Cumprimento para a Proteção de Dados (Apêndice C), conforme modelos constantes nos Apêndices deste Termo de Referência para os profissionais qualificados que prestarão os serviços, assinados pelos(as) profissionais e pelo(a) responsável legal da **CONTRATADA**, dispensando-se a remessa dessa documentação quando da etapa de aceite da Ordem de Serviço.

**4.19.** Para o **item 4**: A **CONTRATADA** deverá, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do Contrato, apresentar à Unidade Responsável a documentação relativa à certificação de qualificação dos profissionais que pretende alocar na prestação de serviços de legendagem, conforme previsto no item 3.14, durante o período de vigência, e os respectivos termos: Termo de Cessão de Direitos Autorais (Apêndice B) e Termo de Compromisso de Cumprimento para a Proteção de Dados (Apêndice C), conforme modelos constantes nos Apêndices deste Termo de Referência para os profissionais qualificados que prestarão os serviços, assinados pelos(as) profissionais e pelo(a) responsável legal da **CONTRATADA**, dispensando-se a remessa dessa documentação quando da etapa de aceite da Ordem de Serviço.

**4.20.** As supervenientes alterações do rol de profissionais que prestarão os serviços durante a vigência da contratação deverão ser comunicadas pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE** em até **1 (um) dia útil**, para atender às subsequentes ordens de serviços, e instruídas com os documentos mencionados nos **itens 4.17, 4.18 e 4.19**, objetivando sempre manter o rol de profissionais atualizado para o **CONTRATANTE**.

**4.20.1.** Caso a superveniente alteração do profissional ocorra próximo à data da entrega da mídia acessibilizada, a **CONTRATADA** deverá comprovar a capacitação das(os) profissionais dentro do prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo final para a devolução do serviço solicitado para os serviços gravados ou até 24 (vinte e quatro) horas para o início do evento, ou, para alterações de profissional que ocorrerem a menos de 24 (vinte e quatro) horas do início do evento, a comprovação das(os) profissionais deverá ocorrer imediatamente.

### REQUISITOS TÉCNICOS

#### **REQUISITOS TÉCNICOS DOS SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS – ITEM 1 – ITEM INDEPENDENTE**

**4.21.** Para os requisitos técnicos para a interpretação em Libras ao vivo presencial e ao vivo não presencial recomenda-se seguir os requisitos básicos apresentados no Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, bem como a prestação do serviço **deverá** estar em consonância com os requisitos previstos na norma técnica ABNT NBR 15290:2016 e ABNT NBR 15599:2008.



**4.22. Interpretação em Libras ao vivo presencial**

- 4.22.1.** O(a) intérprete deverá estar posicionado(a) em local do evento que o mantenha visível ao público surdo, devendo-se observar os contrastes entre o plano de fundo e o(a) intérprete, bem como entre a cor de sua pele e de sua vestimenta.
- 4.22.2.** Os profissionais deverão apresentar-se com discrição e sobriedade, utilizando trajes sociais e compatíveis com a profissão.
- 4.22.3.** O(a) tradutor(a)/o(a) intérprete deverá utilizar vestes contrastantes com o fundo e com a pele.
- 4.22.4.** Recomenda-se vestir blusas ou camisetas lisas, de mangas curtas ou longas, com decote fechado, sem conter detalhes como estampas, formas, listras, botões ou bolsos. Não é permitido trajar bermudas, regatas, shorts, minissaias, minivestidos, chinelos.
- 4.22.5.** Para garantir uma boa visualização dos sinais, o(a) intérprete de LIBRAS deverá observar o seu posicionamento e a iluminação para que seja visto adequadamente pelo público.
- 4.22.6.** Os profissionais deverão apresentar-se ao(à) servidor(a) responsável pelo evento, designado(a) na ordem de serviço, no local estabelecido para a realização do evento, com a antecedência indicada na respectiva ordem de serviço, a fim de verificar as condições e características do local, do público e das atividades a serem realizadas.
- 4.22.6.1.** A antecedência prevista no **subitem 4.22.6.** será computada para efeito de pagamento da prestação do serviço, conforme indicação na ordem de serviço.
- 4.22.6.2.** A critério da Unidade Demandante, e a depender do tipo de evento a ser realizado, poderá ser solicitada a realização de teste e calibragem com antecedência à data do evento, objetivando realizar ajustes técnicos e calibragem com os(as) intérpretes de LIBRAS que atuarão no evento.
- 4.22.6.2.1.** A solicitação de teste e calibragem previsto no **subitem 4.22.6.2** será objeto de remuneração pelo tempo solicitado pela Unidade Demandante do TRE-SP.
- 4.22.6.3.** Para o teste e calibragem previsto no **subitem 4.22.6.2**, a **CONTRATADA** deverá se certificar de que os intérpretes que participarem do teste prévio sejam os mesmos que trabalharão no evento, garantindo, ainda, que seja a mesma vestimenta, o mesmo ambiente físico, mesma infraestrutura, utilização de mesmo plano de fundo, se for o caso, tendo em vista que esse momento prévio é utilizado para a realização de todos



os ajustes de posição, luz, fundo, altura, entre outros.

**4.22.6.4.** A solicitação de teste e calibragem previsto no **subitem 4.22.6.2** dar-se-á por meio de ordem de serviço, nos termos dos **item 4.58**.

## **4.23. Interpretação em LIBRAS ao vivo não presencial:**

**4.23.1.** Para a interpretação em LIBRAS ao vivo não presencial, deverão ser seguidas as disposições do **item 4.22** e somados aos seguintes:

**4.23.2.** Por meio de vídeo reproduzido em espaço ou janela de LIBRAS, que deverá estar em consonância com os requisitos previstos na norma técnica ABNT NBR 15290:2016 e ABNT NBR 15599:2008.

**4.23.3.** O(a) intérprete deverá estar posicionado(a) em local que o(a) mantenha visível ao público surdo, devendo-se observar os contrastes entre o plano de fundo e o(a) intérprete, bem como entre a cor de sua pele e de sua vestimenta.

**4.23.4.** Recomenda-se vestir blusas ou camisetas lisas, de mangas curtas ou longas, com decote fechado, sem conter detalhes como estampas, formas, listras, botões ou bolsos.

**4.23.5.** O(a) tradutor(a) / o(a) intérprete deverá(ão) utilizar vestes contrastantes com o fundo e com a pele.

**4.23.6.** Não é permitido trajar bermudas, regatas, shorts, minissaias, minivestidos, chinelos.

**4.23.7.** Para garantir uma boa visualização dos sinais, o(a) intérprete de Libras deverá observar o seu posicionamento e a iluminação para que seja visto adequadamente pelo público.

**4.23.8.** O fundo deve ser iluminado de forma totalmente uniforme, sem pontos mais claros ou escuros, devendo a **CONTRATADA** utilizar refletores de iluminação posicionados nas laterais para distribuir a luz por toda a superfície.

**4.23.9.** A critério da Unidade Demandante, e a depender do tipo de evento a ser realizado, poderá ser solicitado à **CONTRATADA** a utilização de plano de fundo nas cores verde ou azul, a critério do **CONTRATANTE**, a fim de viabilizar a utilização da técnica de *Chroma Key*<sup>5</sup>.

**4.23.10.** Para a adequada distância e posicionamento, o intérprete deve ficar longe o

---

<sup>5</sup> Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. Pág.33.





suficiente do fundo para evitar reflexos no *chroma key* e a formação de sombras no plano, observando pelo menos 0,5m de distância do plano de fundo para evitar sombras ao seu redor.

**4.23.11.** É necessária a utilização de iluminação adequada em ambiente sem incidência de luz natural para evitar oscilações e interferências de iluminação que comprometam a aplicação do efeito da técnica *chroma key*.

**4.23.12.** De acordo com o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura<sup>6</sup>: o plano de fundo deverá ser nas cores azul ou verde, a critério do **CONTRATANTE**, em tonalidade compatível para a aplicação da técnica *Chroma Key*, uma vez que essa técnica possibilita o apagamento completo do fundo no vídeo de forma digital, e viabiliza a inserção também digital de qualquer imagem para preenchimento, caso necessário.

**4.23.13.** O *Chroma Key* deverá, ainda, possuir as seguintes especificações:

- a. Cor do fundo uniforme, sem manchas ou variações;
- b. Em caso de tecido, utilizar algodão muslin, cor fosca (sem brilho);
- c. Montagem sem dobras ou vincos que possam gerar sombra;
- d. Em caso de uso de parede pintada, ela deverá ser lisa e uniforme, a tinta deverá ser do tipo fosca para não gerar reflexos.

**4.23.14.** A definição da cor de plano de fundo, prevista no **subitem 4.23.13**, e a sua respectiva tonalidade, serão definidas pela Unidade Demandante e informada à **CONTRATADA** no momento da comunicação do serviço a ser realizado e/ou na Ordem de Serviço.

**4.23.15.** A critério da Unidade Demandante, e a depender do tipo de evento a ser realizado, poderá ser solicitada a realização de teste e calibragem com antecedência à data do evento, objetivando realizar ajustes técnicos e calibragem com os(as) intérpretes de LIBRAS que atuarão no evento.

**4.23.15.1.** A solicitação de teste e calibragem previsto no **subitem 4.23.15** será objeto de remuneração pelo tempo solicitado pela Unidade Demandante do TRE-SP.

**4.23.16.** Para o teste e calibragem previsto no **subitem 4.23.15**, a **CONTRATADA** deverá se certificar de que os intérpretes que participarem do teste prévio sejam os mesmos que trabalharão no evento, garantindo, ainda, que seja a mesma vestimenta, o mesmo ambiente físico, mesma infraestrutura, utilização de mesmo plano de fundo, se for o caso, tendo em vista que esse momento prévio é utilizado para a realização de todos os ajustes de posição, luz, fundo, altura, entre outros.

---

<sup>6</sup> Disponível em Site Enap – Escola Nacional de Administração Pública – [Guia para Produções Audiovisuais do Ministério da Cultura](#)



- 4.23.17. A solicitação de teste e calibragem previsto no **subitem 4.23.15** dar-se-á por meio de ordem de serviço, nos termos dos **item 4.66**.

## **REQUISITOS TÉCNICOS DOS SERVIÇOS DE LIBRAS GRAVADO - GRUPO ÚNICO – ITEM 2**

- 4.24. Para os requisitos técnicos para a interpretação em LIBRAS gravado recomenda-se seguir os requisitos básicos apresentados no Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, bem como a prestação do serviço **deverá** estar em consonância com os requisitos previstos na norma técnica ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008 e ABNT NBR 17225/2025.
- 4.25. Para garantir uma boa visualização dos sinais, a janela de LIBRAS deverá estar posicionada, de modo que não cubra o conteúdo visual do vídeo.
- 4.26. A **CONTRATADA** deverá se certificar de que a logomarca institucional do TRE-SP, entre outros elementos que eventualmente estiverem presentes na mídia, não seja coberta pela janela de Libras.
- 4.27. O espaço ou janela de LIBRAS deverá estar em consonância com os requisitos previstos na norma técnica ABNT NBR 15290:2016 e ABNT NBR 15599:2008, respeitando a proporção da altura mínima de **1/2 da tela** e largura mínima de **1/4 da tela**, devendo estar posicionada, preferencialmente, à extremidade inferior direita da tela.
- 4.28. A critério da Unidade Demandante, e a depender do tipo de conteúdo audiovisual a ser inserido na janela de LIBRAS, poderá ser solicitado à **CONTRATADA** a remoção do fundo da janela de LIBRAS, de modo que o fundo seja transparente, efeito conseguido por meio da utilização da técnica de *Chroma Key*<sup>7</sup>.
- 4.29. Para a adequada distância, o intérprete deve se posicionar distante o suficiente do fundo para evitar o excesso de luz sobre o *chroma key* e a formação de sombras no plano, devendo o Intérprete se posicionar a pelo menos 0,5m do plano de fundo para evitar sombras ao seu redor.
- 4.30. De acordo com o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura: o plano de fundo deverá ser nas cores azul ou verde, a critério do **CONTRATANTE**, em tonalidade compatível para a aplicação da técnica *Chroma Key*, porque essa técnica possibilita o apagamento completo do fundo no vídeo de forma digital, e viabiliza a inserção também digital de qualquer imagem para preenchimento, caso necessário.

## **REQUISITOS TÉCNICOS DOS SERVIÇOS DE AUDIODESCRIÇÃO (AD) GRAVADO - GRUPO ÚNICO – ITEM 3**

- 4.31. A **CONTRATADA** executará os serviços com base na norma técnica ABNT NBR

---

<sup>7</sup> Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. Pág.33.



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

16452:2016 e, sempre que aplicável, com base nas normas técnicas ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008 e ABNT NBR 17225/2025.

- 4.32.** A **CONTRATADA** deverá adequar a terminologia e a linguagem, bem como todas as informações relativas e pertinentes da audiodescrição.
- 4.33.** Audiodescrição é uma tecnologia assistiva, um recurso de acessibilidade que permite ouvir o que não pode ser visto, compreender o que não pode ser compreendido sem o uso da visão. Imprescindível para pessoas cegas ou com baixa visão. Alguns estudos indicam que a audiodescrição também favorece idosos, disléxicos e pessoas com deficiência intelectual ou TDAH.

### **REQUISITOS TÉCNICOS DOS SERVIÇOS DE LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS – GRUPO ÚNICO – ITEM 4**

- 4.34.** Para garantir boa visualização do conteúdo, a legendagem deverá estar posicionada de modo que não cubra nenhum elemento visual do vídeo e deve garantir o contraste necessário para a máxima legibilidade e clareza do texto pelo público, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, como a ABNT NBR 15290:2016.
- 4.35.** A **CONTRATADA** deverá se certificar de que a logomarca institucional do TRE-SP, entre outros elementos que eventualmente estiverem presentes na mídia, não sejam cobertos pela legendagem.
- 4.36.** A **CONTRATADA**, sempre que solicitado pela Unidade Responsável, deverá entregar a legendagem dos conteúdos audiovisuais no formato **SRT (SubRip Subtitle)**, sendo este arquivo **obrigatório** e devendo ser entregue **em separado** do arquivo de vídeo.
- 4.37.** O arquivo SRT deve seguir o padrão de codificação de tempo (horas:minutos:segundos,milissegundos) e a sintaxe, conforme as especificações técnicas do formato.
- 4.38.** O SRT deve estar perfeitamente **sincronizado** com o áudio do vídeo correspondente, garantindo a legibilidade e o atendimento aos critérios de acessibilidade.
- 4.39.** A critério do **CONTRATANTE**, deverá ser adequado o padrão de codificação de tempo do arquivo, visando a compatibilidade com sistemas como YouTube e VLC.
- 4.40.** A critério do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá gerar a legendagem integrada ao vídeo, o arquivo SRT ou ambos, dentro das especificações e prazos definidos neste Termo de Referência.
- 4.41.** O arquivo SRT deve ser um documento separado do arquivo de vídeo (legenda externa), contendo a marcação de tempo (timecode) exata e a transcrição fiel do conteúdo, em perfeita sincronia com o áudio do material audiovisual, para possibilitar a publicação no YouTube de forma separada, facilitando a substituição, quando necessário.

### **LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 4.42.** Os serviços de **Tradução e Interpretação de Libras ao vivo** serão executados de forma **presencial** a critério do **CONTRATANTE**:



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- a) Na capital, será realizado prioritariamente nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, Sede 1, localizada na Rua Francisca Miquelina, nº 123, Bela Vista, Sede 2, localizada na Rua Doutor Falcão Filho, nº 121, Centro Histórico de São Paulo ou Anexo V, localizado na Rua Francisca Miquelina, nº 101, Bela Vista;
- b) Ocasionalmente, o serviço poderá ser realizado em espaço de eventos na Capital;
- c) Nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, em que haja sede de Zona Eleitoral, ficando a cargo da **CONTRATADA** o transporte dos profissionais até os locais de prestação dos serviços, caso necessário, conforme **tabela 5** abaixo:

<b>Tabela 5 – Municípios sedes de Zonas Eleitorais - Região Metropolitana de São Paulo<sup>8</sup></b>	
Barueri	Itaquaquecetuba
Carapicuíba	Mauá
Cotia	Mogi das Cruzes
Diadema	Osasco
Embu das Artes	Santana de Parnaíba
Ferraz de Vasconcelos	Santo André
Francisco Morato	São Bernardo do Campo
Franco da Rocha	São Caetano do Sul
Guarulhos	São Paulo
Itapecerica da Serra	Suzano
Itapevi	Taboão da Serra

- d) Nos demais municípios do Estado de São Paulo, em que haja sede de Zona Eleitoral, ficando a cargo da **CONTRATADA** o transporte dos profissionais até os locais de prestação dos serviços, caso necessário, conforme **tabela 6** abaixo.

<b>Tabela 6 – Municípios sedes de Zonas Eleitorais - interior do Estado de São Paulo<sup>9</sup></b>	
AMERICANA	MARÍLIA
ARAÇATUBA	MOGI GUAÇU
ARARAQUARA	PINDAMONHANGABA

<sup>8</sup> Tabela 5: Dados obtidos com a Assessoria de Estatística e Ciência de Dados – ASSEC em 02/10/2025, municípios com mais de 100 mil eleitores.

<sup>9</sup> Tabela 6: Dados obtidos com a Assessoria de Estatística e Ciência de Dados – ASSEC em 02/10/2025, municípios com mais de 100 mil eleitores.



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

ATIBAIA	PIRACICABA
BAURU	PRAIA GRANDE
BOTUCATU	PRESIDENTE PRUDENTE
BRAGANÇA PAULISTA	RIBEIRÃO PRETO
CAMPINAS	RIO CLARO
CARAGUATATUBA	SANTA BÁRBARA D'OESTE
FRANCA	SANTOS
GUARUJÁ	SÃO CARLOS
HORTOLÂNDIA	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
INDAIATUBA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
ITAPETININGA	SÃO VICENTE
ITU	SOROCABA
JACAREÍ	SUMARÉ
JUNDIAÍ	TAUBATÉ
LIMEIRA	

**4.42.1.** Quando a audiência ocorrer na Capital, o serviço de tradução/interpretação poderá ocorrer de forma presencial, de acordo com as **alíneas “a” e “b” do item 4.42.**, ou remota.

**4.42.2.** Quando o evento ocorrer fora da Capital, o serviço de tradução/interpretação ocorrerá de forma presencial conforme **alíneas “c” e “d” do item 4.42.**

**4.42.2.1.** Nas situações em que o evento ocorrer fora da Capital, e não se enquadrar na relação das cidades previstas nas **alíneas “c” e “d” do item 4.42** (Tabelas 5 e 6 respectivamente), o serviço de tradução/interpretação ocorrerá de forma remota.

**4.42.3.** O TRE-SP informará à **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, eventuais mudanças de local do evento, dentro do mesmo município.

**4.42.4.** Caso a mudança ocorra para algum município que não esteja relacionado nas tabelas 5 ou 6, o serviço de LIBRAS ao vivo presencial não poderá ser realizado, podendo acontecer no formato remoto, caso seja de interesse da Unidade Demandante organizadora do evento.

**4.42.5.** A mudança de local do evento não acarretará o direito a qualquer tipo de ressarcimento.

### **HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **HORÁRIO PARA OS SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS – ITEM 1 – ITEM INDEPENDENTE**

**4.43.** O serviço será executado de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre 12h00 e 19h00, observada a exceção prevista nos **itens 4.44 e 4.54.**

**4.44.** Excepcionalmente, poderá ser requisitada a prestação de serviços em horários diferentes do previsto acima, bem como aos sábados, domingos e feriados e recesso jurisdicional.



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- 4.45.** O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo entra em recesso jurisdicional no dia 20 de dezembro e retorna no dia 06 de janeiro do ano seguinte, conforme art. 1º da Resolução CNJ nº 244 de 2016. Contudo, poderá haver solicitação do serviço neste período em caráter extraordinário.

### **HORÁRIO PARA OS SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS EM EVENTOS GRAVADOS PREVIAMENTE – GRUPO ÚNICO - ITENS 2, 3 E 4**

- 4.46.** Os serviços pré-gravados serão contratados por minuto.
- 4.47.** O serviço será solicitado de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre 09h00 e 19h00.
- 4.48.** Excepcionalmente, poderá ser requisitada a prestação de serviços em horários diferentes do previsto acima, bem como aos sábados, domingos, feriados e recesso jurisdicional.
- 4.49.** O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo entra em recesso jurisdicional no dia 20 de dezembro e retorna no dia 06 de janeiro do ano seguinte, conforme art. 1º da Resolução CNJ nº 244 de 2016. Contudo poderá haver solicitação do serviço neste período em caráter extraordinário.
- 4.50.** O valor do minuto deverá contemplar a cessão de uso da imagem e voz.
- 4.51.** A solicitação dos serviços será realizada no período disposto no **item 4.47**, com a possibilidade de solicitação do serviço, inclusive nos finais de semana e feriados, conforme preconizado pelo regramento constante do **item 4.48**, no entanto, o prazo para devolução dos serviços será contado em dias úteis, conforme **Tabela 7**.
- 4.52.** O prazo de devolução do material acessibilizado será contado em dias úteis, incluindo-se na contagem o dia do aceite da Ordem de Serviço e o último dia do prazo previsto, conforme **Tabela 7**.

### **INÍCIO E TÉRMINO DO EVENTO**

#### **INICIO E TÉRMINO DOS SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS – ITEM 1 – ITEM INDEPENDENTE**

- 4.53.** A hora de início considerada para a prestação dos serviços será sempre aquela indicada na Ordem de Serviço para o início do evento, descontando-se apenas os atrasos imputáveis à **CONTRATADA**.
- 4.54.** Se o evento se estender após o horário previsto para término determinado na ordem de serviço, os(as) intérpretes darão continuidade à prestação do serviço até o término do evento, sem necessidade de aviso prévio por parte do **CONTRATANTE**.
- 4.55.** A hora de término considerada para a prestação dos serviços será a hora em que



o evento estiver efetivamente finalizado, observado o disposto no **item 4.54**, com base no Atestado de Execução Satisfatória emitido pelo(a) servidor(a) responsável pelo evento designado(a) na respectiva Ordem de Serviço, que comunicará à Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão – SEACCESS/TRE-SP, não se descontando atrasos não imputáveis à **CONTRATADA**.

**4.56.** A hora fracionada de cada evento será anotada em minutos e quando houver a totalização das horas devidas no mês em curso, a fração de hora final será arredondada para maior, contemplando intervalos de 30 (trinta) minutos; ou seja, caso o somatório do arredondamento fique entre 1 (um) e 30 (trinta) minutos, serão considerados 30 (trinta) minutos; e caso os minutos excedentes somem entre 31 (trinta e um) e 59 (cinquenta e nove) minutos, essa parcela será arredondada para a hora cheia superior.

**4.57.** A ocorrência de evento fora do período mencionado no item **4.43** ou na ocorrência do período previsto no item **4.44** não haverá pagamento de adicional de qualquer natureza.

### ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

#### ROTINAS DOS SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS – ITEM 1 – ITEM INDEPENDENTE

##### **4.58. EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO DE LIBRAS AO VIVO**

**4.58.1.** A solicitação de execução dos serviços dar-se-á por meio de ordem de serviço, encaminhada por e-mail à **CONTRATADA**, emitida pela Unidade Responsável do TRE-SP, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início do evento.

**4.58.2.** A Ordem de Serviço aberta em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) horas poderá ser recusada pela **CONTRATADA**, sem incidência de qualquer multa ou penalidade.

**4.58.3.** A Ordem de Serviço aberta em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) horas e aceita pela **CONTRATADA** se sujeita às mesmas regras de execução deste protocolo, estando sujeita a multas e penalidades estabelecidas no contrato.

**4.58.4.** Excepcionalmente, o(a) gestor(a) do contrato poderá flexibilizar os prazos das etapas previstos neste protocolo de execução, exclusivamente nos casos em que a Ordem de Serviço for aberta em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) horas do início do evento, devendo registrar na Ordem de Serviço os prazos acordados com o prestador de serviços, em caráter excepcional.

**4.58.5.** A Ordem de Serviço é o instrumento formal de autorização de início da execução do serviço correspondente, que indicará, dentre outras informações, as seguintes:

- a) Dia(s), Mês e Ano da prestação dos serviços;
- b) Hora prevista para início da prestação dos serviços;
- c) Hora prevista para término da prestação dos serviços;
- d) Local/endereço detalhado da prestação dos serviços;



- e) Resumo de horas previstas para prestação dos serviços;
- f) Requisitos técnicos específicos ao evento;
- g) Servidor(a) do TRE-SP responsável pelo evento e pelo posterior atesto da prestação do serviço realizado;
- h) Telefone do(a) responsável pela solicitação dos serviços para contato de emergência.

#### **4.59. ACEITE DA ORDEM DE SERVIÇO DE LIBRAS AO VIVO**

**4.59.1.** A **CONTRATADA** deverá confirmar o recebimento da Ordem de Serviço e informar seu respectivo aceite imediatamente, admitindo-se o prazo de até 1 (um) dia útil de tolerância para essa confirmação, após o envio pela Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão – SEACCESS/TRE-SP.

**4.59.2.** A **CONTRATADA** deverá indicar o(s) nome(s) do(s) intérprete(s) que atuará(ão) no evento no Aceite da Ordem de Serviço ou em prazo definido pela Unidade Responsável do TRE-SP.

**4.59.3.** O prazo mencionado no **subitem 4.59.1** não se aplica quando a Ordem de Serviço for emitida até 24 (vinte e quatro) horas do início do evento. Neste caso, o aceite da OS deverá ocorrer imediatamente quando do recebimento pela **CONTRATADA**.

#### **4.60. SUBSTITUIÇÃO DO(A) PROFISSIONAL INDICADO(A) PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LIBRAS AO VIVO**

**4.60.1.** O(a) gestor(a) poderá solicitar que o(s)/a(s) profissional(is) que não atenda(m) os requisitos técnicos ou comportamentais seja(m) substituído(s).

**4.60.2.** As razões de ordem técnica ou comportamental para a substituição deverão ser informadas pelo(a) gestor(a).

**4.60.3.** Novo profissional deverá ser indicado, atendendo a todos os requisitos do **item 3.3 a 3.6** e **item 4.15**, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da solicitação de substituição.

**4.61.** O prazo a que se refere o **subitem 4.60.3** poderá ser menor, a critério da Unidade Responsável do TRE-SP, quando houver evento agendado para o dia imediatamente seguinte à solicitação de substituição de profissional.

#### **4.62. CANCELAMENTO DO SERVIÇO DE LIBRAS AO VIVO**

**4.62.1.** O cancelamento do serviço deverá ser informado pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, com no mínimo 3 (três) horas de antecedência do horário previsto para o início do evento determinado na ordem de serviço, por e-mail, contato telefônico ou mensagem eletrônica, não havendo qualquer tipo de ressarcimento.

**4.62.2.** A Ordem de Serviço poderá ser cancelada no todo ou em parte, no prazo apontado





no **subitem 4.62.1.**

**4.62.3.** No caso de Ordem de Serviço com múltiplos eventos, ocorrendo o cancelamento de um ou mais eventos, a ser(em) indicado(s) no documento de cancelamento, permanecerá válida a execução dos demais.

**4.62.4.** Caso o evento seja cancelado, em parte ou integralmente, a menos de 3 (três) horas do seu início, o **CONTRATANTE** anotará a realização de 01 (uma) hora de prestação de serviços em favor da **CONTRATADA**.

**4.62.5.** Para Ordem de Serviço que contemple múltiplos eventos, em horários ou dias diversos, o ressarcimento ocorrerá apenas para aqueles em que não ocorreu o cancelamento de forma tempestiva. Ou seja, todos aqueles em que o cancelamento ocorreu a menos de 03 (três) horas de seu início. Eles compõem então a base de cálculo para o pagamento. Para os demais, não caberá qualquer tipo de ressarcimento.

## **4.63. MUDANÇA DE DATA OU HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIBRAS AO VIVO**

**4.63.1.** O TRE-SP informará à **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 03 (três) horas, mudanças de data ou horários da prestação de serviços, não havendo qualquer tipo de ressarcimento.

**4.63.2.** Mudanças de horário de início do evento em até 01 (uma) hora – para mais ou para menos - devem ser acatadas de forma obrigatória pela **CONTRATADA**, sem direito a ressarcimento, desde que comunicadas com no mínimo 03 (três) horas de antecedência.

**4.63.3.** Mudanças que não se enquadrem no **subitem 4.63.2**, informadas com menos de 03 (três) horas, poderão ser rejeitadas pela **CONTRATADA** e caberá ressarcimento de 01 (uma) hora de prestação de serviços em favor da **CONTRATADA**.

**4.63.4.** Para as Ordens de Serviço que contemplem múltiplos eventos, em horários ou dias diversos, o ressarcimento ocorrerá apenas para aqueles em que não ocorreu a mudança de forma tempestiva. Ou seja, todos aqueles em que a mudança ocorreu a menos de 03 (três) horas de seu início. Eles compõem então a base de cálculo para o pagamento. Para os demais, não caberá qualquer tipo de ressarcimento.

**4.63.5.** Caso o prestador de serviços acate a mudança informada com menos de 03 (três) horas, não caberá qualquer ressarcimento.

**4.63.6.** Não serão passíveis de multa ou penalidade os atrasos na apresentação do profissional prevista no **item 4.53.**, quando a comunicação de alteração ocorrer em menos de 03 (três) horas previstas para o início do evento.

## **4.64. CONTABILIZAÇÃO DO SERVIÇO DE LIBRAS AO VIVO**

**4.64.1.** A hora fracionada de cada evento será anotada, em minutos, e quando houver a totalização das horas devidas no mês em curso, a fração de hora final será arredondada para maior, contemplando intervalos de 30 (trinta) minutos, ou seja, caso o somatório do arredondamento fique entre 1 (um) e 30 (trinta) minutos, serão considerados 30 (trinta) minutos; e caso os minutos excedentes somem entre 31 (trinta e um) e 59 (cinquenta e nove) minutos, essa parcela será arredondada para a hora cheia superior.



**4.64.2.** Para o cálculo do valor devido, todas as horas e minutos de cada evento realizado no mês de referência entre o dia 1 (um) e último dia do mês serão somados.

**4.64.3.** O pagamento será feito de acordo com a quantidade de minutos/horas do serviço de intérprete de Libras efetivamente executado durante o mês de referência, atentando-se ao disposto no **subitem 4.64.2.**

### **4.65. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO SERVIÇO DE LIBRAS AO VIVO**

**4.65.1.** Efetivada a prestação do serviço PRESENCIAL, o objeto será recebido provisória e definitivamente, por meio do Atestado de Execução Satisfatória (AES), no prazo de **2 (dois) dias úteis**, pela Unidade Demandante para verificação da conformidade com as especificações técnicas e de qualidade.

**4.65.2.** Efetivada a prestação do serviço REMOTO, o objeto será recebido provisoriamente, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, pela Unidade Demandante, para verificação da conformidade com as especificações técnicas e de qualidade.

**4.65.2.1.** Em caso de inconformidade na análise final, e apuradas as responsabilidades que deram causa à correção, a área demandante e a **CONTRATADA**, por intermédio da Unidade Gestora, poderão, a critério da Unidade Gestora, agendar regravação do evento, no todo ou em parte, conforme necessidade.

**4.65.2.2.** Caso a responsabilidade mencionada no **subitem 4.65.2.1.** seja imputada ao **CONTRATANTE**, o tempo necessário pela regravação deverá ser computado para fins de pagamento. E, caso a responsabilidade apurada recaia sobre a **CONTRATADA**, esta deverá providenciar a correção sem custos o **CONTRATANTE**.

**4.65.3.** Efetivada a prestação do serviço REMOTO, o objeto será recebido definitivamente, por meio do Atestado de Execução Satisfatória (AES), no prazo de **2 (dois) dias úteis**, pela Unidade Demandante, após a verificação da conformidade com as especificações técnicas e de qualidade.

**4.65.4.** A prestação dos serviços será realizada mediante requisição do **CONTRATANTE**. Os quantitativos de eventos são meramente estimados e a **CONTRATANTE** não está obrigada a requisitar a realização da totalidade dos quantitativos estimados. A **CONTRATADA** só fará jus ao pagamento por serviços realizados mediante requisição expressa do **CONTRATANTE**.

### **ROTINAS DOS SERVIÇOS GRAVADOS – ITENS 2, 3 E 4**

#### **4.66. EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO – SERVIÇOS GRAVADOS – ITENS 2, 3 E 4**

**4.66.1.** A solicitação da gravação de conteúdo audiovisual em Libras e/ou Audiodescrição e/ou Legendagem para Surdos e Ensurdcidos será aberta mediante Ordem de Serviço e, no mesmo ato de encaminhamento da Ordem de Serviço, a Unidade



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Responsável do TRE-SP encaminhará o arquivo com o conteúdo audiovisual, para o qual deverá ser inserido(s) o(s) recurso(s) de acessibilidade solicitado(s) e devolvido à Unidade Responsável do TRE-SP.

- 4.66.2.** A critério da Unidade Responsável, os vídeos pertencentes a uma mesma campanha ou a um mesmo evento poderão ser reunidos em uma única Ordem de Serviço, visando a otimização dos trâmites de solicitação.
- 4.66.3.** A contabilização do prazo total de entrega do(s) material (is) no formato previsto **no subitem 4.66.2** será a somatória do tempo de cada vídeo, nos termos da **Tabela 7**.
- 4.66.4.** A Ordem de Serviço é o instrumento formal de autorização de início da execução do serviço correspondente, que indicará, quando o serviço for pré-gravado, dentre outras informações, as seguintes:
- a)** Prazo para devolução do vídeo pré-gravado pronto para veicular, respeitados os limites estabelecidos na **Tabela 7**;
  - b)** Tempo de duração do vídeo;
  - c)** Descrição sucinta do conteúdo audiovisual gravado a ter o(s) recurso(s) de acessibilidade comunicacional inserido(s);
  - d)** Traje requerido para a prestação dos serviços, quando aplicável (Exemplo: uniforme ou terno/gravata/tailleur);
  - e)** Servidor(a) do TRE-SP responsável pelo vídeo e posterior atesto da prestação do serviço.
- 4.66.5.** A solicitação da inclusão dos serviços de acessibilidade (Libras e/ou audiodescrição e/ou legendagem) em conteúdo pré-gravado ocorrerá mediante Ordem de Serviço e, no mesmo ato de encaminhamento da Ordem de Serviço, a Unidade Responsável do TRE-SP encaminhará o arquivo com o vídeo no qual deverão ser incluídos os recursos.
- 4.66.6.** A **CONTRATADA** deverá confirmar o recebimento da Ordem de Serviço e informar seu respectivo aceite no prazo de 2 (duas) horas, e excepcionalmente, a critério do CONTRATANTE, admitir-se-á a tolerância de até 1 (um) dia útil, por correio eletrônico ou WhatsApp, para essa confirmação, após o envio pela Unidade Responsável.
- 4.66.7.** O(s) arquivo(s) com o(s) recurso(s) de acessibilidade inserido(s) deverá(ão) ser devolvido(s) à Unidade Responsável, conforme **Tabela 7** de prazos apresentada abaixo, sempre contados a partir do aceite da Ordem de Serviço e da disponibilização do material por parte do **CONTRATANTE**.
- 4.66.8.** O(s) arquivo(s) com o(s) recurso(s) de acessibilidade inserido(s) deverão ser devolvidos em dias úteis até às 19h00. Casos excepcionais, poderão ser acordados entre a **CONTRATADA** e a Unidade Responsável.



**4.66.9.** Os recursos de acessibilidade comunicacional deverão ser realizados por meios compatíveis com os aplicativos e softwares baixados livremente pelos(as) usuários(as) em seus dispositivos móveis e computadores pessoais. Os vídeos deverão ser entregues prontos para veicular, com todos os recursos de acessibilidade já inseridos, LIBRAS e/ou audiodescrição (AD) e/ou legendagem (LSE), além do arquivo SRT apartado, quando solicitado, a depender dos recursos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**.

**4.66.10.** Ficarà a critério do **CONTRATANTE** a solicitação de inserção de um ou mais recursos de acessibilidade (LIBRAS e/ou audiodescrição e/ou legendagem).

**Tabela 7 - Prazos para devolução do arquivo gravado com a inserção de um ou mais recursos de acessibilidade (Libras e/ou Audiodescrição e/ou Legendagem)**

Vídeo(s) cujo somatório seja de 00:01 até 00h30 de gravação	Devolução em até 2 (dois) dias úteis
Vídeo(s) cujo somatório seja de 00:31 até 01h00 de gravação	Devolução em até 4 (quatro) dias úteis
Vídeo(s) cujo somatório seja de 01:01 até 02h00 de gravação	Devolução em até 5 (cinco) dias úteis
Vídeo(s) cujo somatório seja de 02:01 até 04h00 de gravação	Devolução em até 6 (seis) dias úteis
Vídeo(s) cujo somatório seja de 04:01 até 06h00 de gravação	Devolução em até 8 (oito) dias úteis
Vídeo(s) cujo somatório seja de 06h01 até 08h00 de gravação	Devolução em até 9 (nove) dias úteis
Vídeo(s) cujo somatório seja de 08h01 até 20h00 de gravação	Devolução em até 10 (dez) dias úteis
Vídeo(s) cujo somatório seja acima de 20h01 de gravação	Devolução em até 15 (quinze) dias úteis

**4.67. SUBSTITUIÇÃO DO(A) PROFISSIONAL INDICADO(A) PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS GRAVADOS**

**4.67.1.** O(a) gestor(a) poderá solicitar que o(s)/a(s) profissional(is) que não atenda(m) os requisitos técnicos e comportamentais seja(m) substituído(s).

**4.67.2.** As razões de ordem técnica ou comportamental para a substituição deverão ser informadas pelo(a) gestor(a).

**4.67.3.** Para atendimento específico ao item 2, novo profissional deverá ser indicado, atendendo a todos os requisitos do item **3.9. a 3.11.** e item **4.17**, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da solicitação de substituição.

**4.68. CANCELAMENTO DOS SERVIÇOS GRAVADOS**

**4.68.1.** A Ordem de Serviço poderá ser cancelada no todo ou em parte, desde que antes do envio do conteúdo audiovisual a ter recursos inseridos. No caso de Ordem de Serviço com múltiplas gravações, poderá ocorrer o cancelamento de uma ou mais



delas, a ser indicado no documento de cancelamento, permanecendo válida a execução das demais.

### 4.69. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 4.69.1.** Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido provisoriamente, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, pela Unidade Demandante para verificação da conformidade com as especificações técnicas e de qualidade.
- 4.69.2.** Em caso de solicitação, pela **UNIDADE DEMANDANTE**, de correção de conteúdo de acessibilidade inserido no material enviado, a **CONTRATADA** deverá realizar os ajustes no prazo **máximo de 02 (dois) dias úteis** a contar da notificação via e-mail enviada pela **UNIDADE RESPONSÁVEL**.
- 4.69.3.** Será recebido definitivamente, pelo Gestor Responsável pela fiscalização do ajuste, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, após verificação das quantidades e especificações do objeto.
- 4.69.4.** O recebimento dos serviços estará sujeito à verificação de sua conformidade com as especificações técnicas e de qualidade exigidas pela Unidade Demandante.
- 4.69.5.** Em caso de constatação de irregularidades, vícios, defeitos ou incorreções na execução dos serviços ou nos materiais empregados, o serviço poderá ser recusado de pronto pela Unidade Demandante.
- 4.69.6.** A **CONTRATADA** é obrigada a corrigir às suas exclusivas expensas e sem ônus para o **CONTRATANTE**, no todo ou em parte, o serviço contratado que se revelar impróprio ou inadequado em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou dos materiais empregados.
- 4.69.7.** Em caso de serviço recusado ou constatado em desacordo após o recebimento provisório, a **CONTRATADA** deverá providenciar a reexecução do serviço no **prazo máximo de 2 (dois) dias úteis**, contado a partir da comunicação emitida pela Unidade Responsável.
- 4.69.8.** A reiterada inobservância da qualidade exigida, o descumprimento de prazos e a necessidade de refazimento do serviço não realizado no prazo estipulado sujeitarão a **CONTRATADA** às penalidades previstas neste Termo de Referência e no Contrato, sem prejuízo da obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.
- 4.69.9.** A prestação dos serviços será realizada mediante requisição do **CONTRATANTE**. Os quantitativos de eventos são meramente estimados e o **CONTRATANTE** não está obrigado a requisitar a realização da totalidade dos quantitativos estimados. A **CONTRATADA** só fará jus ao pagamento por serviços realizados mediante requisição expressa do **CONTRATANTE**.

### 4.70. CONTABILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS GRAVADOS (LIBRAS, AUDIODESCRIÇÃO E LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS)

- 4.70.1.** Em regra, a Ordem de Serviço será aberta com no mínimo 1 (um) minuto, contabilizando os minutos adicionais de acordo com o serviço efetivamente



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

prestado.

**4.70.2.** O minuto fracionado será **contabilizado** como minuto integral.

**4.70.3.** Para o cálculo do valor devido, todos os minutos de cada gravação realizada no mês de referência serão somados.

**4.70.4.** Após a entrega do material acessibilizado, a Unidade demandante deverá emitir o Atestado de Execução Satisfatória dos serviços – Apêndice “F”.

**4.70.5.** O pagamento será feito de acordo com a quantidade de minutos do serviço de interpretação de LIBRAS (item 2), audiodescrição (item 3) e legendagem (item 4) efetivamente executados durante o mês, atentando-se ao disposto no **subitem 4.70.2 e 4.70.3.**

**4.70.6.** O minuto fracionado será **pago** como minuto integral.

### MATERIAIS SOBRE O EVENTO A SEREM DISPONIBILIZADOS

**4.71.** O **CONTRATANTE** deverá entregar aos(às) intérpretes, por meio eletrônico ou físico, os informes gerais e/ou o roteiro sobre cada evento, quando houver, preferencialmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

### UNIFORMES

**4.72.** Os(as) intérpretes em LIBRAS, tanto ao vivo como pré-gravado deverão, quanto à vestimenta:

**4.72.1.** Apresentar-se com discrição e sobriedade, utilizando trajes sociais e compatíveis com a profissão.

**4.72.2.** Utilizar vestes contrastantes com o fundo e com a pele.

**4.72.3.** Vestir blusas ou camisetas lisas, de mangas curtas ou longas, com decote fechado, sem conter detalhes como estampas, formas, listras, botões, bolsos, logos, logotipos ou símbolos de qualquer empresa, inclusive o da CONTRATADA.

**4.72.4.** Não é permitido trajar bermudas, regatas, shorts, minissaias, minivestidos, chinelos.

**4.73.** É obrigatório o atendimento do item **4.72** que, em caso de descumprimento, ensejará aplicação das penalidades previstas no edital que dispõe sobre as penalidades em caso de não conformidade.

### MODALIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

#### **MODALIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: LIBRAS AO VIVO - ITEM INDEPENDENTE - ITEM 1:**

**4.74.** Os serviços de LIBRAS ao vivo serão prestados nas seguintes modalidades:

- a) Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes ou audiência **presencial ao vivo**: por meio de interpretação simultânea ou consecutiva, realizada com a presença do(a)



intérprete de LIBRAS no mesmo local em que ocorre a sessão;

- b) Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes ou audiência **não presencial ao vivo**: por meio de interpretação simultânea em vídeo ao vivo, sendo a interpretação simultânea remota (RSI) com transmissão ao vivo pelos canais do TRE-SP na internet (YouTube e/ou redes sociais), em espaço ou janela de LIBRAS, realizada com a presença do(a) intérprete de LIBRAS em local diverso da realização da sessão;
- c) Eventos presenciais **ao vivo**: por meio de interpretação simultânea ou consecutiva, realizada com a presença do(a) intérprete de LIBRAS no mesmo local em que ocorre o evento e de onde fala o orador;
- d) Eventos **não presenciais transmitidos ao vivo**: por meio de interpretação simultânea remota (RSI), com transmissão ao vivo pelos canais do TRE-SP na internet (YouTube e/ou redes sociais), em espaço ou janela de LIBRAS, sendo que o(a) intérprete se encontra em local diverso da realização do evento ou de onde fala o orador;

4.74.1. As modalidades de prestação de serviço de tradução/interpretação em LIBRAS previstas no **item 4.74.** alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, poderão ser filmadas e/ou fotografadas.

#### **MODALIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: LIBRAS GRAVADOS – GRUPO ÚNICO – ITEM 2**

4.75. Os serviços de LIBRAS gravados serão prestados na seguinte modalidade:

- a) Eventos gravados previamente: por meio de gravação prévia da tradução/interpretação em LIBRAS para transmissão posterior, em espaço ou janela de LIBRAS, mediante divulgação e publicação na internet: site, canal do YouTube e redes sociais do TRE-SP, em ambiente interno do tribunal, como intranet e ambiente virtual de aprendizagem, vídeos informativos e educativos, treinamentos, eventos, entre outras formas de publicação destinadas ao público interno e externo. A prestação de serviço nessa modalidade inclui a edição do arquivo pela empresa prestadora do serviço.

#### **MODALIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: AUDIODESCRIÇÃO (AD) – GRUPO ÚNICO – ITEM 3**

4.76. Os serviços de Audiodescrição (AD) gravados serão prestados nas seguintes modalidades:

- a) O Serviço de Audiodescrição (AD) será prestado sob demanda, na modalidade pré-gravada, com cessão de voz, para transmissão posterior, e deverá ser implantado pela **CONTRATADA** em conteúdos audiovisuais, incluindo a edição do arquivo, em propagandas institucionais e manifestações públicas, vídeos em geral, treinamentos, fotos, imagens dinâmicas ou estáticas, material institucional, documentos digitais disponibilizados ao público em geral e publicações nas redes sociais, site institucional, ambiente interno de aprendizagem, intranet, canal do YouTube e outros meios e plataformas institucionais.
- b) Nas publicações em formato digital, tais como audiolivros e outros documentos digitais disponibilizados ao público em geral, além das informações textuais, deve-se fazer a



audiodescrição das imagens, tabelas, gráficos, infográficos, ícones, logomarcas entre outros.

## **MODALIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS (LSE) – GRUPO ÚNICO – ITEM 4**

**4.77.** Os serviços de LIBRAS gravados serão prestados nas seguintes modalidades:

- a)** O serviço de Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) será executado na modalidade pré-gravada, sob demanda, mediante a inserção de legenda descritiva em conteúdos audiovisuais pré-gravados (propagandas institucionais e manifestações públicas, vídeos em geral, treinamentos, fotos, imagens dinâmicas ou estáticas, material institucional, documentos digitais disponibilizados ao público em geral e publicações nas redes sociais, site institucional, ambiente interno de aprendizagem, intranet, e canal do YouTube e outros meios e plataformas institucionais para transmissão posterior e deverá ser implantado pela **CONTRATADA** em conteúdos audiovisuais, incluindo a edição do arquivo, bem como disponibilização de arquivo SRT, a critério do **CONTRATANTE**, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência.
- b)** A Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) é o serviço de exibição em vídeo da transcrição para a língua portuguesa escrita, de efeitos sonoros, sons do ambiente, falas e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas que desconhecem a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

## **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOS PROFISSIONAIS**

### **LIBRAS AO VIVO – ITEM INDEPENDENTE – ITEM 1**

**4.78.** Os(as) profissionais deverão prestar o serviço:

- 4.78.1.** Com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ele inerente, pelo respeito à pessoa humana e à diversidade, à cultura da pessoa surda e, em especial, pela honestidade e discrição;
- 4.78.2.** Pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual, gênero ou socioeconômico, pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhes couberem traduzir, interpretar ou guia-interpretar;
- 4.78.3.** Pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentarem por causa do exercício profissional;
- 4.78.4.** Pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
- 4.78.5.** Pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda entre outros a serem definidos neste Termo de Referência.





- 4.79.** A conduta ética dos(as) intérpretes será pautada pelos preceitos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidedignidade, baseando-se no Código de Ética integrante do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) e na Lei nº 12.319/2010, alterada pela 14.704/2023, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
- 4.80.** Os(as) profissionais devem obedecer às normas disciplinares e de segurança da Administração e zelar pelo respeito e pela cortesia no relacionamento entre colegas, usuários(as) do serviço e servidores(as), inclusive as veiculadas no Código de Ética do Tribunal, não gerando, com isso, qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.
- 4.81.** A **CONTRATADA** executará os serviços com base nas normas técnicas ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008, ABNT NBR 16452:2016 e nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.
- 4.82.** Caso haja atualizações dos requisitos da ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008, ABNT NBR 16452:2016, ABNT 17225:2025 e nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, estas devem ser atendidas pela **CONTRATADA** durante a execução contratual.

## **LIBRAS GRAVADOS – GRUPO ÚNICO – ITEM 2**

- 4.83.** Os serviços de acessibilidade em conteúdos pré-gravados deverão ser realizados pela **CONTRATADA** a quem caberá disponibilizar toda a estrutura física e tecnológica, tais como equipamentos específicos e softwares necessários, profissionais com habilidades técnicas, entre outros aspectos pertinentes.
- 4.84.** Os profissionais deverão prestar o serviço:
- 4.84.1.** Com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ele inerente, pelo respeito à pessoa humana e à diversidade, à cultura da pessoa surda e, em especial pela honestidade e discrição;
  - 4.84.2.** Pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual, gênero ou socioeconômico, pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhes couberem traduzir;
  - 4.84.3.** Pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentarem por causa do exercício profissional;
  - 4.84.4.** Pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
  - 4.84.5.** Pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda entre outros a serem definidos neste Termo de Referência.
- 4.85.** A conduta ética dos(as) intérpretes será pautada pelos preceitos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidedignidade, baseando-se no Código de Ética integrante do



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis) e na Lei nº 12.319/2010, atualizada pela Lei 14. 704/2023, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

**4.86.** Os profissionais devem obedecer às normas disciplinares e de segurança da Administração e zelar pelo respeito e pela cortesia no relacionamento entre colegas, usuários do serviço e servidores, inclusive as veiculadas no Código de Ética do Tribunal, não gerando, com isso, qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

**4.87.** A **CONTRATADA** executará os serviços com base na norma técnica ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008 e nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

**4.88.** Caso haja atualizações dos requisitos da ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008, ABNT 17252 ser atendidas pela **CONTRATADA** durante a execução contratual.

### **AUDIODESCRIÇÃO – GRUPO ÚNICO – ITEM 3**

**4.89.** A conduta ética dos profissionais audiodescritores será pautada pelos preceitos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidedignidade.

**4.90.** Os profissionais deverão prestar o serviço:

**4.90.1.** Com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ele inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à diversidade, em especial pela honestidade e discrição;

**4.90.2.** Pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual, gênero ou socioeconômico, pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhes couberem traduzir;

**4.90.3.** Pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentarem por causa do exercício profissional;

**4.90.4.** Pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

**4.90.5.** Pelo conhecimento das especificidades da comunidade cega entre outros a serem definidos neste Termo de Referência.

**4.91.** Os profissionais devem obedecer às normas disciplinares e de segurança da Administração e zelar pelo respeito e pela cortesia no relacionamento entre colegas, usuários do serviço e servidores, inclusive as veiculadas no Código de Ética do Tribunal, não gerando, com isso, qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

**4.92.** Sempre que aplicável, a **CONTRATADA** executará os serviços com base na norma técnica ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008, ABNT 17225:2025 e nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

**4.93.** Caso haja atualizações dos requisitos da ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR



15599:2008 e nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, estas devem ser atendidas pela **CONTRATADA** durante a execução contratual.

### **LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS – GRUPO ÚNICO – ITEM 4**

- 4.94.** A conduta ética dos profissionais alocados no objeto da prestação dos serviços de legendagem será pautada pelos preceitos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidedignidade.
- 4.95.** Os profissionais deverão prestar o serviço:
- 4.95.1.** Com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ele inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à diversidade, em especial pela honestidade e discrição;
  - 4.95.2.** Pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero, pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhes couberem traduzir;
  - 4.95.3.** Pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem.
- 4.96.** Os profissionais devem obedecer às normas disciplinares e de segurança da Administração e zelar pelo respeito e pela cortesia no relacionamento entre colegas, usuários do serviço e servidores, inclusive as veiculadas no Código de Ética do TRE/SP, não gerando, com isso, qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.
- 4.97.** O serviço de legenda para surdos e ensurdecidos (LSE) deverá ser executado de acordo com o especificado na norma técnica ABNT NBR 15290:2016 e ABNT NBR 15599:2008. Ainda, recomenda-se seguir os parâmetros técnicos de Legenda para Surdos e Ensurdecidos (LSE) definidos no Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura<sup>10</sup>.
- 4.98.** Caso haja atualizações dos requisitos da norma técnica ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008 e nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, estas devem ser atendidas pela **CONTRATADA** durante a execução contratual.

### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

- 4.99.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/INSTRUMENTO EQUIVALENTE (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

<sup>10</sup> Disponível em Site Enap – Escola Nacional de Administração Pública – [Guia para Produções Audiovisuais do Ministério da Cultura](#)



- 5.1. O ajuste contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2. As comunicações entre o órgão e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.3. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5.4. Após a assinatura do contrato ou recebimento do instrumento equivalente, o órgão poderá convocar da empresa **contratada** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 5.4.1. A reunião inicial será agendada com a fiscalização do contrato.

### Preposto

- 5.5. A **CONTRATADA** designará formalmente um preposto da empresa, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 5.5.1. O preposto deverá ser indicado na Proposta Definitiva de Preços, informando-se nome completo, e-mail, telefone fixo, telefone celular e, quando aplicável, número
- 5.5.2. Caso o Preposto indicado seja o único proprietário (ou o sócio-administrador principal) da **CONTRATADA**, esta deverá indicar, no momento da assinatura do Contrato, um Preposto Substituto qualificado. Este Substituto deverá ter plenos poderes para atuar imediatamente em caso de ausência, impedimento ou desligamento do Preposto principal, garantindo a ininterrupção da capacidade gerencial e de comunicação exigida neste Termo.
- 5.5.2.1. Não ocorrendo a situação em que o Preposto indicado seja o único proprietário (ou o sócio-administrador principal), a substituição deverá atender os termos previstos no **subitem 5.5.5**.
- 5.5.3. O Preposto deverá ser a pessoa de contato primária e será responsável por:
- 5.5.3.1. Prestar atendimento aos profissionais alocados para a execução dos serviços.
- 5.5.3.2. Possuir capacidade gerencial e decisória para tratar de todos os assuntos definidos no Contrato.



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

**5.5.3.3.** Atender, prontamente, às solicitações, convocações e comunicações do CONTRATANTE.

**5.5.4.** A **CONTRATADA**, por meio do seu Preposto e demais canais, deverá se manter plenamente comunicável e acessível durante todo o período de realização do evento/prestação dos serviços e deverá atuar com a máxima agilidade, proatividade e eficiência na organização, coordenação e solução de quaisquer questões relativas aos serviços sob sua responsabilidade, visando sempre a excelência e o cumprimento dos prazos e metas contratuais.

**5.5.5.** Nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na Proposta definitiva de Preços, um novo preposto deverá ser indicado no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, informando-se sua qualificação por meio de mensagem eletrônica destinada ao endereço de e-mail: seaccess@tre-sp.jus.br.

**5.6.** O **CONTRATANTE** poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa ou preposto substituto, hipótese em que a **CONTRATADA** designará outro para o exercício da atividade.

### Rotinas de Fiscalização

**5.7.** A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

**5.8.** O fiscal técnico acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ajuste contratual, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**5.9.** O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do ajuste contratual todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**5.10.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do ajuste contratual, determinando prazo para a correção.

**5.11.** O fiscal técnico informará ao setor competente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**5.12.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do ajuste contratual nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao setor competente.

**5.13.** O fiscal técnico, conjuntamente com a Unidade Gestora, comunicará ao setor



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

competente, em tempo hábil, o término do ajuste contratual sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

- 5.14. A fiscalização técnica deve avaliar constantemente através do **Atestado de Execução Satisfatória dos Serviços – Apêndice “F”** para aferição da prestação dos serviços.
- 5.15. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente a execução dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à **CONTRATADA** a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 5.16. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da **CONTRATADA** a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- 5.17. O preposto deverá tomar conhecimento do **Atestado de Execução Satisfatória dos Serviços – Apêndice “F”** confirmando o recebimento por e-mail.
- 5.18. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 5.19. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação aos critérios estabelecidos, devem ser aplicadas as sanções à **CONTRATADA** de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 5.20. É vedada a atribuição à **CONTRATADA** da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 5.21. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da **CONTRATADA** que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (Instrução Normativa nº 05, de 2017 - art. 47, §2º).
- 5.22. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.



**5.23.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**5.24.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à **CONTRATADA**, registrando em relatório a ser encaminhado ao setor competente.

## OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES

**5.25.** Além das instruções apresentadas neste Termo de Referência, a **CONTRATADA** deverá atender o disposto na Instrução Normativa TRE-SP 01/2019 – Anexo V e Instruções complementares – **Anexo VI**

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – Comuns aos serviços do Item 1 – item Independente e aos serviços do Grupo Único – itens 2,3 e 4

### A CONTRATADA deverá:

- 6.1.** Enviar os arquivos com os serviços previstos no **Grupo Único – itens 2, 3 e 4, os quais deverão ser encaminhados** no formato mp4 para vídeo, podendo ser solicitado pelo **CONTRATANTE** também nos formatos mpeg, avi, webm, mov, flv, 3gp, entre outros. Em caso de envio de arquivo em formato de áudio, deverá ser encaminhado no formato mp3, podendo ser solicitado pelo **CONTRATANTE** também nos formatos wma, wav, aac, ogg, entre outros. Enviar arquivos no padrão SRT para a legendagem, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência.
- 6.2.** Reunir-se com os representantes do **CONTRATANTE** em data anterior ao evento, quando solicitado, para se inteirar do assunto a ser tratado durante o evento, bem como para receber as instruções necessárias à adequada prestação do serviço.
- 6.3.** Disponibilizar e-mail e telefone, inclusive móvel e Whatsapp, para contato e para fins de abertura de Ordem de Serviço pelo **CONTRATANTE**.
- 6.4.** Manter sigilo (e não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio ou de terceiros), sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** ou de terceiros de que tomar ciência em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.
- 6.5.** Refazer os serviços pré-gravados que estejam comprovadamente em desacordo com as normas legais ou em desconformidade com os padrões técnicos vigentes, dentro do prazo fixado pela Unidade Responsável do TRE-SP.
- 6.6.** Executar os serviços demandados sob supervisão, acompanhamento e fiscalização do **CONTRATANTE**, que verificará sua qualidade e indicará as correções dos serviços realizados em desacordo com o pactuado.
- 6.7.** Observar, durante a execução dos serviços, todas as leis e posturas federais,



estaduais e municipais pertinentes e vigentes, inclusive as normas de segurança do **CONTRATANTE**, sendo a **CONTRATADA** a única responsável por danos e/ou prejuízos causados diretamente ou indiretamente por seus profissionais aos equipamentos, instalações gerais e patrimônio do **CONTRATANTE**, inclusive danos materiais e pessoais a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, cíveis ou penais, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços, conforme exigência legal, ficando o **CONTRATANTE** isento de quaisquer ônus decorrentes de inadimplemento.

6.8. Observar as formalidades legais exigidas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/21.

6.9. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta contratação.

### 7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – Específicas para os serviços do Item 1 – item independente

7.1. Informar o nome dos(as) intérpretes ao **CONTRATANTE**, no Aceite da Ordem de Serviço ou em prazo definido pela Unidade Responsável do TRE-SP quando necessária a realização de teste e calibragem, conforme **subitem 4.59.2 e observado o subitem 4.22.6.3**.

7.2. Para eventuais alterações de profissionais previamente informados, é necessário enviar o nome completo dos(as) intérpretes que atuarão em até 3 (três) horas antes do início do evento, ressaltando que os profissionais substitutos devem pertencer ao rol dos profissionais cadastrados conforme **item 4.16**.

7.3. Na hipótese de evento presencial, a **CONTRATADA** deverá prover o deslocamento de seus profissionais intérpretes de LIBRAS até os locais de prestação dos serviços quando o evento ocorrer na capital, especialmente nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, Sede 1, Sede 2 ou Anexo V, nos municípios da Região Metropolitana em que haja sede de Zona Eleitoral, conforme **Tabela 5 do item 4.42, alínea 'c'**, ou nos demais municípios do Estado de São Paulo em que haja sede de Zona Eleitoral, conforme **Tabela 6 do item 4.42, alínea 'd'**.

7.4. Substituir, por motivo justificado, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE**, qualquer um dos(as) intérpretes de LIBRAS, cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços, ou que se apresente para o serviço fora dos padrões exigidos, ou que seja considerado tecnicamente inapto.

7.5. Providenciar a substituição do profissional, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da solicitação de substituição feita pela Unidade Responsável do TRE-SP, para que seja apresentado o substituto, ou em prazo menor definido pela Unidade Responsável pelo TRE-SP, que deverá possuir as qualificações técnicas exigidas para a prestação dos serviços, conforme **subitem 4.60.3**. A documentação do novo profissional deverá ser enviada para a referida Unidade Responsável por e-mail (seaccess@tre-sp.jus.br), admitindo-se outros meios digitais, caso autorizado pela Unidade Responsável do TRE-SP.

7.6. Na hipótese de realização de evento virtual, responsabilizar-se por assegurar a qualidade necessária para o perfeito entendimento e compreensão pelo público-alvo.

7.7. Em se tratando de evento virtual com transmissão ao vivo, a **CONTRATADA** deverá





assegurar que os intérpretes de LIBRAS designados para atuar no evento estejam no mesmo ambiente físico.

**7.8.** Na hipótese do item 7.6., a **CONTRATADA** deverá providenciar a infraestrutura necessária para viabilizar a execução do serviço.

**7.8.1.** A **CONTRATADA** deverá assegurar qualidade e estabilidade de conexão dos(as) intérpretes de LIBRAS com transmissão de internet com no mínimo 20 Mbps de velocidade para upload e 20 Mbps de velocidade de download.

**7.8.2.** Não será permitida utilização de internet móvel, pois está sujeita a oscilações que comprometem a comunicação adequada.

**7.8.3.** A **CONTRATADA** deverá utilizar internet cabeada obrigatoriamente, por meio de fibra óptica preferencialmente.

**7.8.4.** Deverá haver um plano de contingência imediata de conectividade que impeça a interrupção da execução do serviço, com redundância dedicada.

**7.8.4.1.** No caso da **CONTRATADA** utilizar ponto de acesso ou roteador Wi-Fi interno:

- a. O link de acesso entre a **CONTRATADA** e seu respectivo provedor de internet deverá ser cabeado, ainda que haja uso do WI-FI interno.
- b. A rede não deve ser compartilhada entre diversos dispositivos.
- c. O aparelho sem fio deve estar no mesmo ambiente que o dispositivo de captura de imagem.
- d. Não deve haver obstrução mecânica entre eles (paredes, móveis, divisórias, espelhos e eletroeletrônicos, dentre outros).

**7.8.5.** A **CONTRATADA** deverá manter a eficiência dos serviços mesmo com a utilização de múltiplas plataformas pelo Contratante.

**7.8.6.** A **CONTRATADA** deve assegurar que o ambiente esteja adequado, contendo parede ampla, lisa e cor branca opaca, sem objetos decorativos, luminosidade adequada, sem ruído, etc. O ambiente utilizado na realização de testes deve ser o mesmo em que os(as) intérpretes atuarão nos dias do evento.

**7.8.6.1.** A exigência de parede branca opaca não se aplica à parede especificamente designada e pintada de verde ou azul, a critério do CONTRATANTE, para o uso da técnica de *Chroma Key*.

**7.8.7.** O uso de fone de ouvido pelos(as) intérpretes de LIBRAS deverá ser autorizado previamente pela equipe técnica responsável pelos testes prévios ao evento.



**7.8.7.1.** Caso os(as) intérpretes de LIBRAS façam uso de fone de ouvido com fio, deverá ser fornecido pela **CONTRATADA** fone com fio longo, a fim de que o(a) intérprete consiga enquadrar-se na posição correta, conforme as orientações que serão passadas pela equipe técnica no teste e calibragem. Alternativamente, há possibilidade de utilização de fone de ouvido sem fio ou com cabos extensores ou, ainda, não utilização de fone.

**7.8.8.** O tipo de câmera usada pelo intérprete interfere diretamente na qualidade da transmissão online e, conseqüentemente, na efetividade do serviço de acessibilidade comunicacional, por isso a câmera utilizada deve atender as seguintes especificações mínimas:

- a) Resolução Full HD (1920 x 1080);
- b) Mínimo de 30fps;
- c) Ao menos 15 Megapixels de densidade.

**7.8.8.1.** O enquadramento da câmera deve garantir que as mãos, braços e cabeça do intérprete jamais sejam cortados.

**7.8.9.** Em se tratando de evento virtual com transmissão ao vivo, a **CONTRATADA** deverá assegurar que os intérpretes de LIBRAS designados para atuar no evento estejam no mesmo ambiente físico, conforme orientações previamente informadas pelo **CONTRATANTE**.

**7.8.9.1.** O não atendimento do **subitem 7.8.9** poderá ensejar descumprimento contratual, sujeitando a **CONTRATADA** às penalidades previstas no contrato.

**7.8.10.** A **CONTRATADA** deverá orientar os intérpretes sobre a necessidade de seguir as normas técnicas ABNT NBR 15290:2016 e ABNT NBR 15599:2008, bem como recomendar as boas práticas previstas no Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

**7.9.** A **CONTRATADA** deverá orientar os(as) intérpretes de LIBRAS a ficarem atentos(as) e com postura adequada durante todo o evento, ainda que não estejam interpretando, a exemplo dos segundos iniciais da transmissão.

**7.10.** A **CONTRATADA** deverá garantir o regime de revezamento com no mínimo 2 (dois) profissionais para eventos com duração superior a 1 (uma) hora, conforme art. 8-A, Lei 12.319/2010, incluído pela Lei 14.704/2023, orientando os(as) intérpretes a realizarem a troca de turnos a cada 20 (vinte) minutos, segundo preconizam as entidades de classe.

**7.11.** Os intérpretes de LIBRAS deverão observar todas as regras sanitárias estabelecidas pelo TRE-SP durante a sua atuação.



**8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - Comuns aos serviços do Item 1 – item Independente e aos serviços do Grupo Único – itens 2,3 e 4**

- 8.1. O **CONTRATANTE** obriga-se a exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/21.
- 8.2. O **CONTRATANTE** designará servidor(a) ou comissão de servidores(as) que ficará(ão) responsável(is) pela fiscalização desta contratação.
- 8.3. O **CONTRATANTE** poderá reunir-se com a **CONTRATADA** em data anterior ao evento, quando necessário, a fim de prestar os esclarecimentos necessários à adequada prestação do serviço.
- 8.4. Promover, por intermédio de servidor(a) ou equipe de fiscalização a ser designada, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços constantes neste Termo de Referência.
- 8.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato.
- 8.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 8.7. Notificar a **CONTRATADA** por escrito sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 8.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da **CONTRATADA**, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n.º 5/2017.
- 8.9. Realizar, antes do início da prestação dos serviços, reunião inaugural entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, para tratar das peculiaridades do contrato.
- 8.10. Especificamente quanto aos serviços do **Item 1 – item independente**, deverão ser observadas as disposições abaixo:
- 8.10.1. O **CONTRATANTE** deverá entregar à **CONTRATADA**, por meio eletrônico ou físico, os informes gerais e/ou o roteiro sobre cada evento, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, quando aplicável.
- 8.10.2. No caso de eventos de natureza recorrente, disponibilizar lista com os principais termos técnicos utilizados no vocabulário jurídico, quando aplicável.
- 8.10.3. Caso seja identificada a necessidade, conforme acordo, disponibilizar lista dos termos técnicos pertinentes ao evento para o qual foi solicitado o serviço de acessibilidade.
- 8.10.4. Reservar um espaço/local adequado para posicionamento dos(as) intérpretes de LIBRAS, visando garantir a qualidade do serviço.

**9. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA**

- 9.1. Proceder à execução do(s) serviço(s), objeto deste Termo de Referência, dentro dos parâmetros estabelecidos.



- 9.2. Responsabilizar-se pela qualidade do(s) serviço(s) executado(s), bem como sua adequação à legislação e às normas técnicas vigentes, na forma da lei, mesmo após seu recebimento definitivo.
- 9.3. Acatar as orientações do **CONTRATANTE**.
- 9.4. Designar e manter, permanentemente, um representante credenciado (preposto) para atuar em seu nome e representá-la junto ao **CONTRATANTE**, com autoridade para resolver pendências que surgirem e solucionar problemas relacionados com a execução do contrato, mantendo atualizadas todas as formas de contato, como endereço físico, telefone, Whatsapp, celular e endereço eletrônico, até o final do contrato.
- 9.5. Viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do contrato.
- 9.6. O **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para terceiros, sejam, representantes ou quaisquer outros.
- 9.7. A **CONTRATADA** só fará jus ao pagamento por serviços realizados mediante requisição expressa da prestação dos serviços pelo **CONTRATANTE**.

## 10. OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATANTE

- 10.1. Solicitar, via correspondência eletrônica, a execução do(s) serviço(s) contratados.
- 10.1.1. A **CONTRATANTE** não está obrigada a requisitar a realização da totalidade dos quantitativos estimados.
- 10.2. Emitir Nota de Empenho no valor total correspondente ao(s) serviço(s) solicitado(s) em cada pedido.
- 10.3. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato, atestando a execução do(s) serviço(s), objeto do ajuste.
- 10.4. Propiciar todas as facilidades indispensáveis à execução do(s) serviço(s) objeto do ajuste.
- 10.5. Notificar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do ajuste para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, sem ônus para o **CONTRATANTE**.



- 10.6. Rejeitar qualquer serviço executado em desacordo com as especificações constantes no contrato.
- 10.7. Solicitar que seja(m) feito(s) o(s) serviço(s) que não atender(em) às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 10.8. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio do GESTOR designado pela Administração.

**11. DA CESSÃO DE DIREITOS DE USO DO MATERIAL AUTORAL, DA IMAGEM E DA VOZ E DO TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO PARA A PROTEÇÃO DE DADOS**

- 11.1. O direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo de todos os resultados produzidos em consequência da prestação dos serviços, inclusive sobre eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, serão do **CONTRATANTE**, podendo este distribuir, alterar e utilizá-los sem limitações, ficando proibida sua utilização por parte da **CONTRATADA** sem que exista autorização formal, sob pena de multa prevista no contrato (Anexo III), sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.2. A **CONTRATADA**, na forma do artigo 49 da Lei nº 9.610/1998, cederá ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo a totalidade dos direitos autorais dos produtos resultantes da prestação dos serviços objeto do contrato, sem qualquer remuneração adicional, de forma exclusiva, plena, definitiva e permanente, em caráter irrevogável e irretratável.
- 11.3. A **CONTRATADA** será a única responsável pela originalidade de tais produtos, declarando ser o autor e/ou titular dos direitos autorais cedidos.
- 11.4. A **CONTRATADA** deverá, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, providenciar e apresentar à Unidade Responsável do TRE-SP os seguintes termos: **Termo de Autorização de Uso para Fins Institucionais (Apêndice A)**, **Termo de Cessão de Direitos Autorais (Apêndice B)** e **Termo de Compromisso de Cumprimento para a Proteção de Dados (Apêndice C)**, conforme modelos constantes nos Apêndices deste Termo de Referência para os profissionais qualificados que prestarão os serviços.
- 11.4.1. Especificamente para o serviço de legendagem (item 4 do Grupo único), não se aplica a necessidade de apresentação do **Termo de Autorização de Uso para Fins Institucionais (Apêndice A)**, uma vez que não haverá cessão de imagem e/ou voz para este serviço.
- 11.4.2. Os Termos mencionados no item 11.4 tratam-se de modelos, podendo ser alterados pelo **CONTRATANTE** caso identificada alguma situação imperativa posterior que demande ajustes de redação.
- 11.5. É proibida a utilização ou transferência a terceiros sem a expressa autorização do TRE-SP de todo ou partes do material audiovisual, finalizado ou não, produzido no âmbito desta contratação.



## 12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 12.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o “Atestado de Execução Satisfatória dos Serviços (AES)” – Apêndice “F” para aferição da prestação dos serviços.
- 12.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos nos itens **3 e 4**.
- 12.3. A execução do serviço em desacordo ao que foi exigido importa em inexecução contratual, não se vislumbrando a aplicabilidade de IMR nesta contratação.

### Do recebimento

- 12.4. O(s) serviço(s) de Interpretação de LIBRAS ao vivo PRESENCIAL – item 1 será recebido **provisória e definitivamente** no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, mediante termos detalhados, conforme modelo de Termo de Recebimento (**disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet**), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 12.5. O(s) serviço(s) de Interpretação de Libras ao vivo REMOTO – item 1 será recebido **provisoriamente**, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, para verificação da conformidade com as especificações técnicas e de qualidade, mediante termos detalhados, conforme modelo de Termo de Recebimento (**disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet**), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 12.6. O(s) serviço(s) de Interpretação de Libras ao vivo REMOTO – item 1 será recebido **definitivamente**, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, após a verificação da conformidade com as especificações técnicas e de qualidade, mediante termos detalhados, conforme modelo de Termo de Recebimento (**disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet**), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 12.7. O(s) serviço(s) de acessibilidade comunicacional gravados – itens 2, 3 e 4 será(ão) recebido(s) **provisoriamente**, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, mediante termos detalhados, conforme modelo de Termo de Recebimento (**disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet**), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 12.8. Os serviços de acessibilidade comunicacional gravados – itens 2, 3 e 4 serão recebidos **definitivamente** no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme modelo de Termo de Recebimento (**disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet**).
- 12.9. A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

às suas despesas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**12.10.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

**12.11.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**12.12.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**12.13.** Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pela **CONTRATADA** de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**12.14.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

**12.15.** A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, de acordo com a nota de empenho e do termo de contrato, este último quando presente na formalização do ajuste, para comprovação do respectivo crédito.

**12.16.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

**12.17.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de despesas oriundas de contrato cujo valor total não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.18.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 12.18.1.** a data da emissão;
- 12.18.2.** os dados do contrato e do órgão contratante
- 12.18.3.** o valor a pagar;
- 12.18.4.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;



**12.18.5.** o número da(s) nota(s) de empenho

**12.19.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

**12.20.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou, alternativamente, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, naquilo que for pertinente à contratação.

**12.21.** Eventuais irregularidades fiscais e/ou registros de impedimento de contratar e licitar e/ou perda da manutenção das condições de habilitação verificadas por ocasião das consultas acima deverão ser registradas no processo, sem prejuízo da tramitação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para pagamento.

## Prazo de pagamento

**12.22.** O pagamento será efetuado, mensalmente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, reduzindo-se à metade no caso de despesas oriundas de contrato cujo valor total não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

**12.22.1.** A liquidação da despesa e o posterior pagamento serão precedidos da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme modelo (**disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet**), que conterá todos os Atestados de Execução Satisfatória dos serviços – Apêndice “F” do mês de referência, entre o dia 1 e último dia do mês, expedidos pelo(a) Gestor(a) Responsável acompanhado da correspondente nota fiscal/fatura do mês vencido.

**12.22.2.** A CONTRATADA só fará jus ao pagamento por serviços realizados mediante requisição expressa da prestação dos serviços pelo CONTRATANTE, que não está obrigado a requisitar a realização da totalidade dos quantitativos estimados no item 1.1.

**12.23.** A Nota Fiscal/Fatura deve ser emitida após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, conforme modelo (**disponível no portal "Governança das Contratações" - página da intranet**).

**12.24.** O **CONTRATANTE** deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**12.25.** No prazo de até 3 (três) dias corridos após a execução mensal dos serviços, o **CONTRATANTE** deverá encaminhar à **CONTRATADA** a medição de execução mensal ou instrumento equivalente, do qual conste descrição e quantidade dos itens executados no período.

**12.26.** Para os serviços do **Item 1 – item independente**, a hora fracionada de cada evento





será anotada, em minutos, e quando houver a totalização das horas devidas no mês em curso, a fração de hora final será arredondada para maior contemplando intervalos de 30 (trinta) minutos, ou seja, caso o somatório do arredondamento fique entre 1 (um) e 30 (trinta) minutos, serão considerados 30 (trinta) minutos e, caso os minutos excedentes somem entre 31 (trinta e um) e 59 (cinquenta e nove) minutos, essa parcela será arredondada para a hora cheia superior.

**12.27.** Para os serviços do **Grupo único (itens 2, 3 e 4)**: para o cálculo do valor devido dos conteúdos audiovisuais gravados previamente enviados para a **CONTRATADA** para serem incluídos os recursos de acessibilidade (Libras e/ou Audiodescrição (AD) e/ou Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) para transmissão ou divulgação posteriormente do conteúdo audiovisual, todas as horas e minutos de cada evento realizado no mês de referência, serão somadas, e o pagamento será feito de acordo com a quantidade de minutos/horas dos serviços efetivamente executados durante o mês.

**12.28.** A prestação dos serviços será realizada mediante requisição do **CONTRATANTE**. Os quantitativos de eventos são meramente estimados e o **CONTRATANTE** não está obrigado a requisitar a realização da totalidade dos quantitativos estimados. A **CONTRATADA** só fará jus ao pagamento por serviços realizados mediante requisição expressa do **CONTRATANTE**.

**12.29.** No caso de atraso provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

### Forma de pagamento

**12.30.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em instituição financeira, agência e conta corrente indicados pela **CONTRATADA**.

**12.31.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem



bancária para pagamento.

**12.32.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**12.32.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**12.33.** A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e alterações posteriores, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**13.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM INDEPENDENTE (ITEM 1) e MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO (ITENS 2, 3 e 4).**

### **Regime de Execução**

**13.2.** O regime de execução do contrato será empreitada por preço UNITÁRIO, conforme inciso XXVIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

### **Exigências de habilitação**

**13.3.** Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, as exigências e demais condições, quando forem necessárias, estarão estabelecidas no Edital.

**13.4.** Caso admitida a participação de cooperativas, a documentação complementar exigida estará estabelecida no Edital.

### **Qualificação Técnica**

**13.5.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**13.5.1.** Para fins da comprovação de que trata este item, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

**13.5.1.1. Item independente - Item 1:** Libras ao vivo (presencial ou não) por hora.

**13.5.1.2. Grupo único, composto pelos itens 2, 3 e 4:** Item 2: Libras gravado; Item 3: Audiodescrição (AD) gravada; Item 4: Legendagem (LSE) gravada.

**13.5.1.2.1.** Para o grupo único a empresa deverá apresentar atestado(s) que comprove(m) a execução dos serviços do item 2, item 3 e item 4.

**13.5.2.** Comprovação Quantitativa: Em conformidade com o artigo 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, os atestados ou certidões devem comprovar a execução de serviços, atestando um quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) da quantidade total estimada por item da contratação pretendida para 12 (doze) meses:

**13.5.3.** Justificativa do Percentual: O percentual de 30% (trinta por cento) é considerado proporcional e razoável em relação ao volume estimado, sendo representativo de uma empresa que possua bom desempenho na prestação de serviços no mercado e demonstre aptidão e capacidade gerencial para o atendimento das demandas do Tribunal.

**13.5.4.** Somatório de Atestados: Para comprovação do quantitativo mínimo exigido por item, será admitido o somatório de atestados, desde que demonstrem a execução satisfatória de serviços de natureza e complexidade técnica compatível com a totalidade do objeto.

**13.5.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**13.5.6.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Licitante e local em que foi executado o objeto contratado, a descrição do serviço realizado e a identificação do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para possível solicitação de informações adicionais de interesse do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, dentre outros documentos.

**13.6.** Caso admitida a participação de cooperativas, a documentação complementar exigida estará estabelecida no Edital.

### **14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/21)**



- 14.1.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 492.575,00 (quatrocentos e noventa e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais) conforme custos unitários apostos na tabela da cláusula 1.

## **15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)**

- 15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

- 16.1.** As partes contratantes, por si e por seus colaboradores, comprometem-se a observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD, ou outro diploma legal que a venha a substituir, bem como demais normas e diretrizes aplicáveis à proteção de dados pessoais.
- 16.1.1.** Para fins deste Termo e em relação aos dados pessoais fornecidos ou acessados para o seu cumprimento, o CONTRATANTE atua na qualidade de Controlador dos dados, sendo a CONTRATADA enquadrada como operadora dos dados.
- 16.1.2.** A CONTRATADA se compromete a realizar o tratamento de dados pessoais exclusivamente de acordo com as instruções lícitas fornecidas pelo CONTRATANTE e em estrita conformidade com a LGPD e demais normas e diretrizes aplicáveis à proteção de dados pessoais.
- 16.1.3.** A CONTRATADA será considerada Controladora com relação a seus próprios dados pessoais e suas atividades de tratamento que não se refiram aos dados pessoais tratados em nome do CONTRATANTE.
- 16.1.4.** A CONTRATADA se compromete a adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 16.1.5.** A CONTRATADA obriga-se a guardar sigilo sobre todos os dados, informações ou documentos de qualquer natureza, aos quais venha a ter acesso em razão deste Termo.
- 16.1.6.** A CONTRATADA dará conhecimento formal a seus empregados, prepostos e demais colaboradores das obrigações e condições acordadas neste Termo, em especial quanto à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE



(Resolução TRE-SP nº 627, de 31 de outubro de 2023).

- 16.1.7.** A CONTRATADA não poderá disponibilizar, compartilhar com terceiros ou realizar subcontratações que envolvam dados pessoais tratados em razão deste Termo sem a prévia e expressa autorização por escrito do CONTRATANTE.
- 16.1.8.** A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE os meios e a assistência necessários para que o CONTRATANTE possa atender às obrigações relativas aos direitos dos titulares de dados pessoais.
- 16.1.9.** Eventuais incidentes de segurança que envolvam dados pessoais, ainda que de natureza accidental, deverão ser comunicados formalmente ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas da ciência, para que este adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD e respectiva regulamentação aplicável.
- 16.1.10.** Com o término deste Termo ou do objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, a CONTRATADA deverá eliminar todos os dados pessoais, incluindo cópias físicas ou digitais, salvo as hipóteses de conservação previstas no Art. 16 da LGPD.
- 16.1.11.** O CONTRATANTE poderá realizar diligências e auditorias para aferir o cumprimento das obrigações de proteção de dados pessoais pela CONTRATADA, que deverá atender prontamente a quaisquer pedidos de comprovação ou informação.
- 16.1.12.** O presente Termo e as respectivas obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais poderão ser alterados quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD), por meio de opiniões técnicas, regulamentos ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



**PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL 90XX/2026**

**APÊNDICE A**

**MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO PARA FINS INSTITUCIONAIS**

Processo Licitatório – \_\_\_\_\_

Pregão Eletrônico Federal n.: XX/2026

**Contrato:** XX/2026

Autorizado: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Eu, \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, abaixo assinando, AUTORIZO, para os fins institucionais do CONTRATANTE (autorizado - Justiça Eleitoral de São Paulo, representada pelo Tribunal Regional Eleitoral, com sede na Rua Francisca Miquelina, n.º 123, Bela Vista, São Paulo - SP) ao qual se destina a contratação, processo licitatório SEI nº 0043169-90.2025.6.26.8000, Pregão Eletrônico Federal nº \_\_\_\_\_, contrato nº \_\_\_\_\_, em conformidade com o Termo de Referência, a utilizar em suas publicações institucionais de qualquer natureza, mesmo em mensagens publicitárias ou similar, não importando o número de vezes ou de veículo que a difundir, gratuitamente, a exibir e reexibir qualquer mídia existente ou que vier a existir, em todo o território nacional e internacional, o uso de minha imagem e voz, em fotos, filmes e transmissões on-line, divulgação de escritos, transmissão da palavra, na íntegra ou em partes, constante de filmagem, entrevista, publicação ou registro fotográfico, registradas em meio digital ou fotográfico.

Esclarece-se que as informações colhidas não poderão ser transferidas para outros órgãos públicos ou empresas privadas, salvo se existir consentimento específico do titular, nos termos do Art. 7º, §5º, da lei nº 13.709, de 14/08/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

A presente autorização tem caráter gratuito, desonerando o órgão autorizado, bem como seus parceiros citados, de qualquer custo ou pagamento de honorários, seja a que título for, sendo concedida em caráter irrevogável e irretratável, para nada reclamar em juízo ou extrajudicialmente, obrigando o(a) profissional por si e por seus herdeiros. Por fim, destaca-se que o titular dos dados poderá, a qualquer momento, mediante manifestação expressa, revogar o consentimento, bem como solicitar a eliminação dos dados pessoais por meio de requerimento através do e-mail: seaccess@tre-sp.jus.br ou telefone (11) 3130-2462.



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

---

Assinatura do profissional – pessoa física

---

Nome e assinatura do(a) responsável legal da **CONTRATADA**



**PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL 90XX/2026**

**APÊNDICE B**

**MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS**

Processo licitatório – \_\_\_\_\_

Pregão Eletrônico Federal n: XX/2026

Pelo presente instrumento, Eu, \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, prestando serviço para a empresa \_\_\_\_\_ C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, C.P.F. \_\_\_\_\_, doravante denominado **CEDENTE**, transfere, total e definitivamente, a partir da realização de cada gravação ou transmissão, nos termos do art. 49 da Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos Autorais), os direitos autorais/patrimoniais relativos aos serviços prestados durante a vigência do Contrato nº \_\_\_\_/2025, de acordo com o Edital do Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_\_ e seus Anexos, sem qualquer remuneração adicional, de forma exclusiva, plena, definitiva e permanente, em caráter irrevogável e irretratável, para toda e qualquer utilização, disposição e fruição, para qualquer finalidade e por qualquer meio, a qualquer tempo e em qualquer lugar, e para qualquer forma de arquivamento, ao **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, C.N.P.J. Nº 06.302.492/0001-56, com sede na rua Francisca Miquelina nº 123, São Paulo, Capital, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, em conformidade com o processo em referência, por prazo indeterminado, a contar da data de assinatura deste instrumento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do(a) profissional

**CEDENTE**

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do(a) responsável legal da **CONTRATADA**

**CEDENTE**





**PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL 90XX/2026**

**APÊNDICE C**

**MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO PARA A PROTEÇÃO DE DADOS**

TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018) E DA PORTARIA TRE/SP Nº 65/2021 (DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO)

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, abaixo identificado(a), assumo o compromisso com o atendimento dos princípios e disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, bem como das demais normas correlatas, para assegurar a privacidade, a intimidade, a honra, a imagem, a inviolabilidade, a integridade, a confidencialidade, a não divulgação e a preservação dos dados e informações emitidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, limitando-se a utilizá-las para o exercício das funções a qual se destina a contratação prevista no Termo de Referência, devolvendo-as ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e/ou eliminando-as de qualquer suporte eletrônico após o término do seu tratamento, nos moldes do artigo 16 da Lei nº 13.709/2018, e de acordo com as orientações e instruções do CONTRATANTE, sob pena de eventual responsabilização civil, penal e administrativa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) profissional

EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ n.º : \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

*e-mail:* \_\_\_\_\_

Representante: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_

Assinatura do Representante:



PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL 90XX/2026

APENDICE D

TABELA COM PRAZOS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

Item 1 – Item independente

**Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, na forma ao vivo presencial (executado no local do evento) ou ao vivo não-presencial (gravado, transmitido ou reproduzido simultaneamente de modo virtual)**

Cronograma de Execução de Serviço		
Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)		
Item 1 – Item independente		
Subitem	Atividade	Prazo
4.10.	Início da prestação dos serviços de Libras ao vivo presencial e não presencial.	15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do Contrato
4.15.	Apresentação pela <b>CONTRATADA</b> do documento de identificação dos(as) intérpretes de LIBRAS, e certificados de qualificação dos profissionais que prestarão serviços, conforme previsto <b>nos itens 3.3 a 3.6.</b> , durante o período de vigência e os respectivos termos: Termo de Autorização de Uso para Fins Institucionais (Apêndice A), Termo de Cessão de Direitos Autorais (Apêndice B) e Termo de Compromisso de Cumprimento para a Proteção de Dados (Apêndice C), dispensando-se a remessa dessa documentação quando da etapa de aceite da Ordem de Serviço	<b>Em até 15 (quinze) dias corridos</b> , a contar da assinatura do Contrato.
4.16.1	Apresentação das supervenientes alterações do rol de profissionais, que prestarão serviços durante a vigência	No mínimo com 3 (três) dias úteis de antecedência à data agendada para o serviço.
4.42.3	Informação à <b>CONTRATADA</b> de eventuais mudanças de local do evento, dentro do mesmo município	Antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas



<b>Cronograma de Execução de Serviço</b>		
Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)		
Item 1 – Item independente		
<b>4.58.1.</b>	Emissão/envio de Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE	Antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início do evento
<b>4.59.1. e 4.59.3</b>	Confirmação do recebimento da Ordem de Serviço pela <b>CONTRATADA</b>	Imediatamente, quando do respectivo recebimento da OS, admitindo-se o prazo de até 1 (um) dia útil de tolerância para essa confirmação. O prazo de até 1 (um) dia útil não se aplica se a OS for emitida a 24 horas do início do evento, neste caso o Aceite deverá ocorrer imediatamente, após o recebimento pela <b>CONTRATADA</b> .
<b>4.59.2.</b>	Indicação pela <b>CONTRATADA</b> do(s) nome(s) do(s) intérprete(s) que atuará(ão) no evento	No prazo do Aceite da Ordem de Serviço ou em prazo definido pela Unidade Responsável do TRE-SP
<b>4.60.3.</b>	Indicação pela <b>CONTRATADA</b> de novo profissional por solicitação de substituição do CONTRATANTE	Prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da solicitação de substituição.
<b>4.62.1.</b>	Informação sobre o cancelamento do serviço pelo CONTRATANTE à CONTRATADA	Mínimo 3 (três) horas de antecedência do horário previsto para o início do evento
<b>4.63.1.</b>	Informar à <b>CONTRATADA</b> mudanças de data ou horários da prestação de serviços	Antecedência mínima de 03 (três) horas
<b>4.65.1.</b>	No formato PRESENCIAL, o recebimento do objeto provisória e definitivamente, por meio de Atestado de Execução Satisfatória (AES).	Prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.
<b>4.65.2.</b>	No formato REMOTO, o recebimento do objeto provisoriamente pela área demandante para verificação da conformidade com as especificações	Prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.



<b>Cronograma de Execução de Serviço</b>		
Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)		
Item 1 – Item independente		
	técnicas e de qualidade.	
<b>4.65.3.</b>	No formato REMOTO, o recebimento do objeto definitivamente, por meio de Atestado de Execução Satisfatória (AES), pela área demandante após verificação da conformidade com as especificações técnicas e de qualidade.	Prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.
<b>4.71</b>	Entrega pelo CONTRATANTE dos informes gerais e/ou do roteiro sobre cada evento	Antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas
<b>5.5.5</b>	Informar o nome de um(s) preposto(s) substituto sempre que o titular estiver ausente ou for substituído, informando sua qualificação, nas ocasiões em que houver a substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços (Anexo II) do Edital, a ser enviada de forma eletrônica a este Tribunal	Prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas
<b>7.2.</b>	Eventuais alterações de profissionais previamente informados por outros cadastrados no rol de intérpretes.	Até 3 (três) horas antes do início do evento.
<b>7.5.</b>	A <b>CONTRATADA</b> deverá providenciar para que seja apresentado o substituto, que deverá possuir as qualificações técnicas exigidas para a prestação dos serviços. A documentação do novo profissional deverá ser enviada para a referida Unidade Responsável por e-mail, admitindo-se outros meios digitais, caso autorizado pela Unidade Responsável do TRE-SP	Prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da solicitação de substituição.
<b>9.4.</b>	Informar o nome de um(s) preposto(s) substituto sempre que o titular estiver ausente ou for substituído, informando sua qualificação, nas ocasiões em que	Prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas



<b>Cronograma de Execução de Serviço</b>		
Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)		
Item 1 – Item independente		
	houver a substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços (Anexo II) do Edital, a ser enviada de forma eletrônica a este Tribunal	
<b>10.4.</b>	A <b>CONTRATADA</b> deverá providenciar e apresentar: Termo de Autorização de Uso para Fins Institucionais (Apêndice A), Termo de Cessão de Direitos Autorais (Apêndice B) e Termo de Compromisso de Cumprimento para a Proteção de Dados (Apêndice C)	Até 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.
<b>12.22</b>	Prazo para pagamento	Mensalmente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa,
<b>12.25.</b>	A <b>CONTRATADA</b> deverá encaminhar ao CONTRATANTE a medição de execução mensal ou instrumento equivalente, do qual conste descrição e quantidade dos itens executados no período	Até 3 (três) dias corridos após a execução mensal dos serviços



**PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL 90XX/2026**

**APENDICE E**

**TABELA COM PRAZOS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**

**Grupo único, composto pelos itens 2, 3 e 4:**

**Item 2:** Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem, na modalidade pré-gravada

**Item 3:** Serviço de Audiodescrição (AD) pré-gravado

**Item 4:** Serviço de legendagem (LSE) pré-gravado

<b>Cronograma de Execução de Serviço</b>			
<b>Grupo único, composto pelos itens 2,3 e 4:</b>			
<b>Item 2:</b> Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem, na modalidade pré-gravada			
<b>Item 3:</b> Serviço de Audiodescrição (AD) pré-gravado			
<b>Item 4:</b> Serviço de legendagem (LSE) pré-gravado			
<b>Subitem</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo</b>	
<b>4.10</b>	Início da prestação dos serviços de Libras gravados	15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato	
<b>4.17, 4.18 e 4.19</b>	Apresentação pela <b>CONTRATADA</b> do documento de identificação e certificados de qualificação dos profissionais que prestarão serviços, conforme previsto nos itens 3.9 a 3.11 (item 2), 3.12.13 (item 3) e 3.14 (item 4), durante o período de vigência e os respectivos termos: Termo de Autorização de Uso para Fins Institucionais (Apêndice A), Termo de Cessão de Direitos Autorais (Apêndice B) e Termo de Compromisso de Cumprimento para a Proteção de Dados (Apêndice C), dispensando-se a remessa dessa documentação quando da etapa de aceite da Ordem de Serviço	Até 15 (quinze) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.	



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

<b>4.20.</b>	Apresentação das supervenientes alterações do rol de profissionais que prestarão serviços durante a vigência	Em até 1 (um) dia útil.
<b>4.20.1</b>	Comprovação pela <b>CONTRATADA</b> da capacitação da(o) intérprete de LIBRAS, em caso de alteração das(os) profissionais próximo à data do evento	Em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início do evento
<b>4.66.1.</b>	Encaminhamento pelo CONTRATANTE do arquivo com o conteúdo audiovisual, para o qual deverá ser feita a tradução/interpretação em Libras	No mesmo ato de encaminhamento da Ordem de Serviço
<b>4.66.6.</b>	Confirmação do recebimento da Ordem de Serviço pela <b>CONTRATADA</b>	Respectivo aceite em 2 (duas) horas, e excepcionalmente a critério do CONTRATANTE, admitir-se-à o prazo de até 1 (um) dia útil de tolerância para essa confirmação após o envio pela Unidade Responsável
<b>4.66.7.</b>	Prazos para devolução do arquivo gravado com a inserção do recurso de acessibilidade	Consultar Tabela 7
<b>4.67.3.</b>	Indicação pela <b>CONTRATADA</b> de novo profissional por solicitação de substituição do CONTRATANTE, que deverá possuir as qualificações técnicas exigidas para a prestação dos serviços.	Prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da solicitação de substituição.
<b>4.68.1</b>	Informação sobre o cancelamento do serviço pelo CONTRATANTE à CONTRATADA	Antes do envio do conteúdo audiovisual a ter recursos inseridos
<b>4.69.1.</b>	Recebimento do objeto provisoriamente pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste	Prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.
<b>4.69.3.</b>	Recebimento do objeto definitivamente pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste	Prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório do objeto.
<b>5.5.5.</b>	Informar o nome de um(s) preposto(s) substituto sempre que o titular estiver ausente ou for substituído, informando sua qualificação, nas ocasiões em que	Prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

	houver a substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços (Anexo II) do Edital, a ser enviada de forma eletrônica a este Tribunal	
<b>11.22</b>	Prazo para pagamento	Mensalmente no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.
<b>11.25.</b>	A <b>CONTRATADA</b> deverá encaminhar o Contratante a medição de execução mensal ou instrumento equivalente, do qual conste descrição e quantidade dos itens executados no período	Até 3 (três) dias corridos após a execução mensal dos serviços





**PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL 90XX/2026**

**APÊNDICE F**

**ATESTADO DE EXECUÇÃO SATISFATÓRIA DOS SERVIÇOS**

**Nome do responsável pelo evento:** \_\_\_\_\_

**Nome do evento:** \_\_\_\_\_

**Data do evento:** \_\_\_\_\_

**Qual recurso de acessibilidade foi utilizado:**

- ☐ Tradução e interpretação de Libras ao vivo
- ☐ Tradução e interpretação de Libras gravado
- ☐ Audiodescrição gravado
- ☐ Legendagem para Surdos e Ensurdecidos gravado

**\*\*Preenchimento obrigatório APENAS para Tradução e interpretação de Libras AO VIVO**

Horário real de entrada do intérprete no evento: \_\_\_\_\_

Horário real de saída do intérprete do evento: \_\_\_\_\_

**O serviço de tradução/interpretação em Libras ao vivo foi realizado de acordo com as solicitações da área demandante?**

- ☐ SIM
- ☐ NÃO, justifique \_\_\_\_\_

**\*\*Preenchimento obrigatório APENAS para Tradução e Interpretação de Libras GRAVADO**

**O serviço de tradução/interpretação em Libras gravado foi realizado de acordo com as solicitações da área demandante?**

- ☐ SIM
- ☐ NÃO, justifique \_\_\_\_\_

**\*\*Preenchimento obrigatório APENAS para Audiodescrição GRAVADO**



**O serviço de Audiodescrição gravado foi realizado de acordo com as solicitações da área demandante?**

( ) SIM

( ) NÃO, justifique \_\_\_\_\_

**\*\*Preenchimento obrigatório APENAS para Legendagem para Surdos e Ensurdidos GRAVADO**

**O serviço de Legendagem para Surdos e Ensurdidos gravado foi realizado de acordo com as solicitações da área demandante?**

( ) SIM

( ) NÃO, justifique \_\_\_\_\_

**Parâmetros para avaliação da execução do serviço:**

**1. Interpretação em Libras ao vivo presencial – Item 1:**

- O(a) intérprete deverá estar posicionado(a) em local do evento que o mantenha visível ao público surdo, devendo-se observar os contrastes entre o plano de fundo e o(a) intérprete, bem como entre a cor de sua pele e de sua vestimenta.
- Os profissionais deverão apresentar-se com discrição e sobriedade, utilizando trajes sociais e compatíveis com a profissão.
- O(a) tradutor(a)/o(a) intérprete deverá utilizar vestes contrastantes com o fundo e com a pele.
- Recomenda-se vestir blusas ou camisetas lisas, de mangas curtas ou longas, com decote fechado, sem conter detalhes como estampas, formas, listras, botões e bolsos.
- Não é permitido trajar bermudas, regatas, shorts, minissaias, minivestidos, chinelos.
- Para garantir uma boa visualização dos sinais, o(a) intérprete de Libras deverá observar o seu posicionamento e a iluminação para que seja visto adequadamente pelo público.
- O fundo deve ser iluminado de forma totalmente uniforme, sem pontos mais claros ou escuros. Recomenda-se que se utilize duas luzes posicionadas nas laterais para distribuir a luz por toda a superfície.
- Para a adequada distância e posicionamento, o intérprete deve ficar longe o suficiente do fundo para evitar reflexos que devido ao excesso de luz no *chroma key* reflita nele e para que não crie sombras. O Intérprete deverá se posicionar a pelo menos 0,5m do fundo verde para evitar sombras ao seu redor.
- Recomenda-se que se utilize iluminação de cor fria e realize o trabalho em ambiente sem incidência de luz natural para evitar oscilações de iluminação que comprometam a aplicação do efeito.



- Orientar os(as) intérpretes de Libras a ficarem atentos(as) e com postura adequada durante todo o evento, ainda que não estejam interpretando, a exemplo dos segundos iniciais da transmissão.
- Orientar os(as) intérpretes de LIBRAS sobre a necessidade de estarem atentos(as) ao horário correto de troca de turnos, que ocorrerão a cada 20 (vinte) minutos, conforme preconizam as entidades de classe.
- Os intérpretes de LIBRAS deverão observar todas as regras sanitárias estabelecidas pelo TRE-SP durante a sua atuação.

## 1.1 Interpretação em Libras ao vivo não presencial – Item 1:

- O(a) intérprete deverá estar posicionado(a) em local que o(a) mantenha visível ao público surdo, devendo-se observar os contrastes entre o plano de fundo e o(a) intérprete, bem como entre a cor de sua pele e de sua vestimenta.
- Os profissionais deverão apresentar-se com discrição e sobriedade, utilizando trajes sociais e compatíveis com a profissão.
- Recomenda-se vestir blusas ou camisetas lisas, de mangas curtas ou longas, com decote fechado, sem conter detalhes como estampas, formas, listras, botões e bolsos.
- O(a) tradutor(a) / o(a) intérprete deverá(ão) utilizar vestes contrastantes com o fundo e com a pele.
- Não é permitido trajar bermudas, regatas, shorts, minissaias, minivestidos, chinelos.
- Para garantir uma boa visualização dos sinais, o(a) intérprete de LIBRAS deverá observar o seu posicionamento e a iluminação para que seja visto adequadamente pelo público.
  - O fundo deve ser iluminado de forma totalmente uniforme, sem pontos mais claros ou escuros. Recomenda-se que se utilize duas luzes posicionadas nas laterais para distribuir a luz por toda a superfície.
- A critério da Unidade Responsável, e a depender do tipo de evento a ser realizado, poderá ser solicitado à CONTRATADA a utilização de plano de fundo nas cores verde ou azul, a fim de viabilizar a utilização da técnica de *Chroma Key*.
  - Para a adequada distância e posicionamento, o intérprete deve ficar longe o suficiente do fundo para evitar reflexos devido ao excesso de luz no chroma key e para que não crie sombras. O Intérprete deverá se posicionar a pelo menos 0,5m do fundo verde para evitar sombras ao seu redor.



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- Recomenda-se que se utilize iluminação de cor fria e realize o trabalho em ambiente sem incidência de luz natural para evitar oscilações de iluminação que comprometam a aplicação do efeito.
- Responsabilizar-se por assegurar a qualidade necessária para o perfeito entendimento e compreensão pelo público-alvo.
- Em se tratando de evento virtual com transmissão ao vivo, a CONTRATADA deverá assegurar que os intérpretes de LIBRAS designados para atuar no evento estejam no mesmo ambiente físico, conforme orientações previamente informadas pelo Contratante.
- Providenciar a infraestrutura necessária para viabilizar a execução do serviço, assegurando ainda:
  - a) No caso de uso de Wi-Fi:
    - a.1. A rede não deve ser compartilhada entre diversos dispositivos;
    - a.2. O aparelho sem fio deve estar no mesmo ambiente que o dispositivo de captura;
    - a.3. Não deve haver obstrução mecânica entre eles (paredes, divisórias, móveis, espelhos e eletrodomésticos, dentre outros).
  - b) Caso haja indisponibilidade de conexão via Wi-Fi, de modo a garantir a execução do serviço sem interrupções.
  - c) O uso de conexões móveis como 5G, 4G ou 3G não são recomendadas, pois estão sujeitas a oscilações que comprometem a comunicação adequada.
  - d) O ambiente adequado: parede branca ampla, sem objetos, luminosidade adequada, sem ruído, etc. O ambiente utilizado na realização de testes deve ser o mesmo em que os(as) intérpretes atuarão nos dias do evento.
  - d) Caso os(as) intérpretes de Libras façam uso de fone de ouvido com fio, deverá ser fornecido fone com fio longo, a fim de que o(a) intérprete consiga enquadrar-se na posição correta, conforme as orientações que serão passadas pela equipe técnica no teste e calibragem. Alternativamente, há possibilidade de utilização de fone de ouvido sem fio ou com cabos extensores ou, ainda, não utilização de fone.
  - f) As características técnicas da câmera usada pelo intérprete **interfere diretamente na qualidade da transmissão online** e, consequentemente, na efetividade do serviço de acessibilidade comunicacional, assim a câmera utilizada deve possuir as especificações mínimas relacionadas abaixo:



**f.1.** Resolução Full HD (1920 x 1080);

**f.2.** Mínimo de 30fps;

**f.3.** Ao menos 15 Megapixels de densidade.

g) A imagem gerada pela CONTRATADA também deverá observar as especificações mínimas elencadas na alínea “f”.

h) Em se tratando de evento virtual com transmissão ao vivo, a CONTRATADA deverá assegurar que os intérpretes de Libras designados para atuar no evento estejam no mesmo ambiente físico, conforme orientações previamente informadas pelo Contratante.

i) O não atendimento da alínea “g” poderá ensejar descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA à penalidades previstas no contrato.

- Orientar os(as) intérpretes de LIBRAS a ficarem atentos (as) e com postura adequada durante todo o evento, ainda que não estejam interpretando, a exemplo dos segundos iniciais da transmissão.
- Orientar os(as) intérpretes de LIBRAS sobre a necessidade de estarem atentos(as) ao horário correto de troca de turnos, que ocorrerão a cada 20 (vinte) minutos, conforme preconizam as entidades de classe.
- Os intérpretes de LIBRAS deverão observar todas as regras sanitárias estabelecidas pelo TRE-SP durante a sua atuação.

## **1.2 Interpretação em Libras ao vivo – presencial e não presencial – Item 1:**

Deverá seguir todos os requisitos previstos nos itens presencial e remoto.

## **2. Tradução/interpretação em Libras pré-gravado – item 2:**

Esclarece-se que é necessário, conforme Termo de Referência, atender os requisitos da norma técnica ABNT NBR 15290:2016 e ABNT NBR 15599:2008, recomendando-se, ainda, adotar os requisitos básicos extraídos do Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. Abaixo, requisitos gerais presentes no Termo de Referência, com base nas normas técnicas que dispõe sobre o recurso (rol meramente exemplificativo):

- Ambiente adequado: parede branca, sem objetos, luminosidade adequada, sem ruído.



- A vestimenta, a pele e o cabelo do(a) intérprete devem ser contrastantes entre si e o fundo, evitando-se fundo e vestimenta em tons próximos ao tom de pele (ABNT NBR 15290), evite roupas com tonalidades de verde devido a possibilidade de uso da ferramenta *chroma key*. Ainda, solicitamos, por gentileza, que os(as) intérpretes utilizem roupa opaca, sem detalhes ou brilho, e dispensar o uso de acessórios como brincos, colares e pulseiras, entre outros.
- Fones de ouvido: caso os(as) intérpretes façam uso de fone de ouvido com fio, solicitamos que sejam orientados(as) a utilizar o fone com fio longo ou fones sem fio, a fim de que o(a) intérprete consiga enquadrar-se na posição correta e o fio do fone não prejudique os movimentos.
- A janela de LIBRAS deverá estar posicionada, de modo que não cubra o conteúdo visual do vídeo a logo institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo/TRE-SP.

### 3. Audiodescrição – item 3:

Esclarece-se que é necessário, conforme Termo de Referência, atender os requisitos da norma técnica ABNT NBR 16452:2016 e, sempre que aplicável com base na técnica ABNT NBR 15290:2016 e ABNT NBR 15599:2008, recomendando-se, ainda, adotar os requisitos básicos extraídos do Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. Abaixo, requisitos gerais, com base nas normas técnicas que dispõe sobre o tema (rol meramente exemplificativo):

- Elaborar nota introdutória: a nota introdutória deve ser lida antes de qualquer evento, incluindo descrições que, por falta de tempo hábil, não possam ser fornecidas no decorrer do evento.
- Solicitar a área responsável pelo evento as informações necessárias para garantir a qualidade da audiodescrição.
- Os volumes da audiodescrição e do áudio original devem estar equalizados de modo que ambos sejam compreendidos.
- As narrações devem ter dicção clara e a entonação deve respeitar a dinâmica e o gênero da obra evitando tornar-se monocórdica ou demasiadamente expressiva.
- Para obras com predominância de personagens femininos, na narração, é recomendável usar uma voz masculina e vice-versa.
- É vedado o uso de voz sintetizada.



- A audiodescrição deve ser fluida, clara e objetiva.
- As descrições serão feitas nos espaços contidos entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras do evento, de modo a evitar sobrepor a audiodescrição ao conteúdo sonoro relevante, harmonizando, deste modo, a informação audiodescrita com os demais sons emitidos.

#### 4. Legendagem para surdos e ensurdecidos – item 4:

Esclarece-se que é necessário, Termo de Referência, atender os requisitos da norma técnica ABNT NBR 15290:2016 e ABNT NBR 15599:2008. Ainda, recomenda-se seguir os parâmetros técnicos de Legenda para Surdos e Ensurdecidos (LSE) definidos no Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. Abaixo, requisitos gerais, com base nas normas técnicas que dispõe sobre o tema (rol meramente exemplificativo):

- As legendas podem estar alinhadas na parte central da tela, à esquerda ou à direita, dependendo da posição do falante.
- Devem ser adotados caracteres na cor branca, por permitir maior eficácia na leitura.
- Cada linha deve apresentar no máximo 32 (trinta e dois) caracteres.
- Deve ser adotada tarja preta sob os caracteres.
- Pode ser utilizado número de linhas que melhor informar ao telespectador, dependendo de situações específicas, tais como: quantidade de caracteres, formatação da legenda, número e posição dos falantes em cena.
- A legenda deve acompanhar o tempo exato do quadro ou cena (*frame*).
- A tarja da legenda deverá estar posicionada, de modo que não cubra o conteúdo visual do vídeo e a logo institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo/TRE-SP.

#### Proposta de Tabela de Penalidades (Revisada)

Categoria da Infração	Descrição da Não Conformidade	Cláusula(s) no TR	Penalidade Sugerida
-----------------------	-------------------------------	-------------------	---------------------



Execução dos Serviços			
Não aptidão para executar os serviços no prazo	Não estar apta a executar os serviços de Libras ao vivo, Libras gravado, audiodescrição (AD) e legendagem (LSE) no prazo de <b>15 (quinze) dias corridos</b> a contar da assinatura do contrato	4.10	Multa diária proporcional ao atraso e/ou advertência.
Não atendimento à legislação de revezamento de profissionais	Não prever a quantidade de profissionais para o serviço de Tradução/Interpretação de Libras ao vivo em regime de revezamento (mínimo de 2 profissionais para serviços superiores a 1 hora).	4.12, 4.12.1, 7.10	Advertência e/ou multa.
Não apresentação de documentação de profissionais (inicial)	Não apresentar, no prazo de <b>15 (quinze) dias corridos</b> a contar da assinatura do contrato, a documentação de identificação, certificados de qualificação e termos (Autorização de Uso, Cessão de Direitos Autorais, Compromisso de Proteção de Dados) dos intérpretes de Libras (Item 1), profissionais de Libras gravado (Item 2), audiodescrição (Item 3) e legendagem (Item 4).	4.15, 4.16, 4.17, 4.18, 4.19,	Advertência e/ou multa.





Não comunicação de alterações de profissionais	Não comunicar ao CONTRATANTE, em até <b>1 (um) dia útil</b> , as supervenientes alterações no rol de profissionais.	4.20	Advertência e/ou multa.
Não comprovação de capacitação em caso de alteração de profissional (próximo ao evento/entrega)	Não comprovar a capacitação dos profissionais em até <b>24 (vinte e quatro) horas</b> antes do evento/prazo final de devolução do serviço solicitado, ou imediatamente para alterações a menos de 24 (vinte e quatro) horas.	4.20.1	Advertência e/ou multa.
Não cumprimento dos requisitos técnicos de vestimenta	Intérpretes de Libras (ao vivo e pré-gravado) não se apresentarem com discrição e sobriedade, utilizando trajes sociais e compatíveis, vestes contrastantes, blusas/camisetas lisas sem detalhes, e trajar itens não permitidos (bermudas, regatas, shorts, minissaias, minivestidos, chinelos).	4.72	Advertência
Não cumprimento dos requisitos técnicos de posicionamento e iluminação (LIBRAS ao vivo presencial)	Intérprete não posicionado visível ao público surdo, sem observância de contrastes, ou não garantindo boa visualização dos sinais.	4.22.1, 4.22.2, 4.22.3, 4.22.4, 4.22.5	Advertência e/ou multa.



Não cumprimento dos requisitos técnicos de posicionamento, iluminação e fundo (LIBRAS ao vivo não presencial)	Não seguir as disposições do item 4.23 e/ou não utilizar vídeo reproduzido em espaço/janela de LIBRAS em consonância com as normas técnicas, não posicionar o intérprete visível ao público surdo, não observar contrastes, não utilizar fundo iluminado de forma uniforme, não utilizar plano de fundo nas cores verde ou azul quando solicitado, ou não posicionar o intérprete a pelo menos 0,5m do plano de fundo verde.	4.23. 1 a 4.23.17	Advertência e/ou multa.
<b>Não garantia de intérpretes no mesmo ambiente físico (teste e calibragem)</b>	Não garantir que os intérpretes que participarem do teste prévio (para interpretação ao vivo não presencial) estejam no mesmo ambiente físico, com a mesma infraestrutura e plano de fundo, conforme exigido para ajustes de posição, luz, fundo e altura.	4.23.16	Advertência e/ou multa.



Não cumprimento dos requisitos técnicos da janela de Libras (gravado)	Janela de LIBRAS cobrindo conteúdo visual do vídeo ou logomarca institucional, ou não respeitando a proporção de altura mínima de 1/2 da tela e largura mínima de 1/4 da tela, ou não posicionada preferencialmente à extremidade inferior direita/esquerda. Não remoção do fundo da janela de Libras quando solicitado.	4.25 a 4.30	Advertência e/ou multa.
Não cumprimento dos requisitos técnicos de Audiodescrição (AD)	Não executar os serviços com base nas normas técnicas ABNT NBR 16452:2016, ABNT NBR 15290:2016 e ABNT NBR 15599:2008, ou não adequar a terminologia e linguagem.	4.31 a 4.33	Advertência e/ou multa.
Não cumprimento dos requisitos técnicos de Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE)	Legendagem cobrindo material visual do vídeo ou logomarca institucional. Não entrega da legendagem no formato SRT quando solicitado, ou arquivo SRT não seguindo o padrão de codificação de tempo e sintaxe, ou não sincronizado com o áudio do vídeo.	4.34 a 4.41	Advertência e/ou multa.



Não atendimento à política de empregabilidade	Não apresentar periodicamente a comprovação do cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.	4.1	Advertência e/ou multa.
Subcontratação do objeto contratual	Realizar a subcontratação do objeto contratual, que não é admitida.	4.2	Multa e/ou rescisão contratual.
Não cumprimento das condições de execução para serviços gravados	Não devolver o(s) arquivo(s) com o(s) recurso(s) de acessibilidade inserido(s) à Unidade Responsável dentro dos prazos estabelecidos na Tabela 7.	4.51, 4.52, 4.66.7	Multa diária proporcional ao atraso e/ou advertência.
Não realização de ajustes em caso de inconformidade (serviços gravados)	Não realizar os ajustes solicitados pela Unidade Demandante no prazo de <b>02 (dois) dias úteis</b> a contar da notificação.	4.69.2	Correção sem custos e/ou advertência.
<b>Rotinas e Prazos</b>			
Não aceite imediato da Ordem de Serviço (prazo inferior a 24h)	Não confirmar o recebimento e aceitar imediatamente a Ordem de Serviço emitida com menos de <b>24 (vinte e quatro) horas</b> de antecedência.	4.59.1	Advertência.



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Não indicação do(s) nome(s) do(s) intérprete(s)	Não indicar o(s) nome(s) do(s) intérprete(s) no aceite da Ordem de Serviço ou no prazo definido pela Unidade Responsável.	4.59.2	Advertência.
Não substituição de profissional (LIBRAS ao vivo)	Não indicar novo profissional, atendendo a todos os requisitos, no prazo de até <b>48 (quarenta e oito) horas</b> a partir do recebimento da solicitação de substituição, ou em prazo menor quando solicitado.	4.60.1, 4.60.2, 4.60.3, 7.5	Advertência e/ou multa.
Cancelamento de serviço de LIBRAS ao vivo (fora do prazo)	Cancelamento do evento em parte ou integralmente a menos de <b>3 (três) horas</b> do seu início.	4.62.1, 4.62.4	Pagamento de 01 (uma) hora de prestação de serviços em favor da CONTRATADA
Mudança de data ou horário (fora do prazo)	Mudanças que não se enquadrem no item 4.59.2 (mudança de horário de início em até 1 hora) e informadas com menos de <b>03 (três) horas</b> de antecedência.	4.63.1 a 4.63.6	Pagamento de 01 (uma) hora de prestação de serviços em favor da CONTRATADA
Não cumprimento do aceite da Ordem de Serviço (serviços gravados)	Não confirmar o recebimento da Ordem de Serviço e informar seu respectivo aceite no prazo de <b>2 (duas) horas</b> (com tolerância de até 1 dia útil).	4.66.6	Advertência.



Não substituição de profissional (serviços gravados)	Não indicar novo profissional, atendendo a todos os requisitos, no prazo de até <b>48 (quarenta e oito) horas</b> a partir do recebimento da solicitação de substituição.	4.67.1 a 4.67.3	Advertência e/ou multa.
<b>Outras Disposições</b>			
Preços propostos simbólicos, irrisórios ou iguais a zero	Apresentar preços que não sejam finais, acrescidos de todas as despesas, ou que sejam simbólicos, irrisórios ou iguais a zero.	1.3	Desclassificação.
Descumprimento das condições de execução	Não estar apta a executar os serviços no prazo de <b>15 (quinze) dias corridos</b> a contar da assinatura do contrato.	4.10	Advertência, multa e/ou rescisão contratual.
Inconformidade na análise final do serviço remoto	Em caso de inconformidade na análise final do serviço remoto, se a responsabilidade recair sobre a CONTRATADA, esta deverá providenciar a correção sem custos.	4.65.2.1	Correção sem custos e/ou advertência.

**Observações Importantes:**

- Esta tabela é uma proposta baseada nas informações contidas no documento e deve ser complementada com as penalidades específicas que serão detalhadas no Edital do Pregão.
- As penalidades sugeridas (advertência, multa, desclassificação, rescisão contratual) são



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

exemplos comuns em processos licitatórios e devem ser definidas com clareza no Edital, incluindo os valores e critérios de aplicação das multas.

- É fundamental que o Edital estabeleça um processo claro para a aplicação das penalidades, garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório da Contratada.
- O documento menciona que o descumprimento do **item 4.72** (uniformes) ensejará aplicação de penalidade, mas não especifica qual.
- O **item 4.58.3** indica que a Ordem de Serviço aberta em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) horas e aceita pela CONTRATADA se sujeita a multas e penalidades estabelecidas no contrato o que reforça a necessidade de detalhamento no edital.



**PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90050/2026**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS**

PROPONENTE: .....			
ENDEREÇO: .....N.º .....			
BAIRRO: .....		CIDADE.....UF.....	
FONE: .....		E-MAIL.....	
CEP: .....C.N.P.J.....			
REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO:			
NOME: .....			
CPF: .....			
PREPOSTO QUE REPRESENTARÁ A CONTRATADA DURANTE A VIGÊNCIA DO AJUSTE:			
NOME: .....			
CPF: .....			
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	CONTA CORRENTE

**Observações:**

**1)** Fornecer preço à vista, final, acrescido de todas as despesas (ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente e outras necessárias ao integral cumprimento da execução dos serviços, deduzidos eventuais descontos) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, o que enseja a desclassificação.

**2)** Pagamento exclusivamente por ordem bancária.

**3) LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** Conforme disposto no item 4.42 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

**Item Independente**

**Tabela 1**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DE HORAS (A)	PREÇO UNITÁRIO (B)	PREÇO TOTAL (C = A x B)





# Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

1	Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, na forma ao vivo presencial (executado no local do evento) ou ao vivo não presencial (gravado, transmitido ou reproduzido simultaneamente de modo virtual)	12637	hora	400		
---	---	-------	------	-----	--	--

## GRUPO ÚNICO

Tabela 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DE MINUTOS (D)	PREÇO UNITÁRIO (E)	PREÇO TOTAL ( F = D x E)
2	Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, na modalidade pré-gravada	25780	minuto	4.500		
3	Serviço de Audiodescrição (AD) pré-gravado.	3778	minuto	1.600		
4	Serviço de Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE) pré-gravado.	19658	minuto	4.000		
<b>PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO (soma dos preços totais dos itens 2, 3 e 4)</b>						

**VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data fixada para a sessão pública deste pregão.



# Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

...../...../...../2026.

---

Assinatura do representante

---

Nome legível



**PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90050/2026**

**ANEXO III**

**MINUTA DE CONTRATO**



PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI nº**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº** ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, COM SEDE NESTA CAPITAL, NA RUA FRANCISCA MIQUELINA N.º 123, BELA VISTA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 06.302.492/0001-56, DORAVANTE DENOMINADA **CONTRATANTE**, NESTE ATO REPRESENTADO(A) PELO(A) ..... (CARGO E NOME) E A EMPRESA ....., COM SEDE NA ..... INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº ....., DORAVANTE DENOMINADA **CONTRATADA**, NESTE ATO REPRESENTADA POR ..... (NOME E FUNÇÃO NA CONTRATADA), CONFORME O QUE CONSTA NO PROCESSO SEI Nº ..... E EM OBSERVÂNCIA ÀS DISPOSIÇÕES DA [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#) E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS, E, AINDA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E ANEXOS, RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 90050/2026, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR ENUNCIADAS.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, notadamente, o previsto no Edital de Licitação do Pregão Eletrônico Federal Nº 90050/2026, no Anexo I (Termo de Referência) do Edital, na Proposta da CONTRATADA, bem como nos eventuais Anexos e Apêndices desses documentos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

Este contrato tem por objeto a contratação de serviço de tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ao vivo ou gravado; legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), gravado e audiodescrição (AD), gravado, em materiais institucionais e manifestações públicas realizadas, promovidas ou apoiadas por este Regional, dentro do Estado de São Paulo, nas modalidades: ao vivo presencial (executado no local do evento), ao vivo não-presencial (gravado, transmitido ou reproduzido simultaneamente de modo virtual) ou gravado previamente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

O presente contrato terá vigência entre as partes e vigorará a partir da data de sua assinatura até o decurso do prazo de 12 (doze) meses, correspondente ao período de xx/xx/20xx a xx/xx/20xx.



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

**Parágrafo 1º** - Findo o prazo descrito no caput desta cláusula, por expressa vontade das partes, este contrato, com todas as suas cláusulas, poderá ter sua duração prorrogada nos termos do art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021, condicionando-se a duração máxima do contrato a 10 (dez) anos.

**Parágrafo 2º** - A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada à manifestação da área demandante/requisitante da contratação, a ser aprovada pela autoridade competente, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.

**Parágrafo 3º** - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão deste contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, nos termos do parágrafo 5º do art. 115 da Lei 14.133/21.

**Parágrafo 4º** – A execução deste contrato poderá ser suspensa temporariamente pela CONTRATANTE, no caso de falta ou insuficiência de crédito orçamentário, mediante comunicação por escrito à CONTRATADA, através do envio de mensagem eletrônica por e-mail.

**Parágrafo 5º** – Cessados os motivos que determinaram a suspensão prevista no parágrafo anterior, a execução será retomada pelo período de tempo restante até o termo final estabelecido no caput.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O(s) preço(s) que a CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA pela execução dos serviços, nos termos do presente contrato, conforme o estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) do Edital, corresponde a:

#### Item Independente

Tabela 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DE HORAS (A)	PREÇO UNITÁRIO (B)	PREÇO TOTAL (C = A x B)
1	Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, na forma ao vivo presencial (executado no	12637	hora	400		



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

	local do evento) ou ao vivo não presencial (gravado, transmitido ou reproduzido simultaneamente de modo virtual)					
--	---	--	--	--	--	--

### GRUPO ÚNICO

Tabela 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DE MINUTOS (D)	PREÇO UNITÁRIO (E)	PREÇO TOTAL ( F = D x E)
2	Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, na modalidade pré- gravada	25780	minuto	4.500		
3	Serviço de Audiodescrição (AD) pré-gravado.	3778	minuto	1.600		
4	Serviço de Legendagem para Surdos e Ensurdecidos (LSE) pré- gravado.	19658	minuto	4.000		
<b>PREÇO GLOBAL DO GRUPO UNICO (soma dos preços totais dos itens 2, 3 e 4)</b>						

**Parágrafo 1º** - No(s) preço(s) estabelecido(s) nesta cláusula estão incluídas todas as despesas (ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, na forma da legislação vigente, incluídos todos os tributos e contribuições fiscais e parafiscais incidentes direta ou indiretamente



e outras necessárias ao integral cumprimento da execução dos serviços, deduzidos eventuais descontos).

**Parágrafo 2º** – O preço total do presente contrato é estimado em R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

#### **CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado, mensalmente, no prazo de máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos dispostos na cláusula 12 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital, acompanhado da correspondente nota fiscal/fatura, considerando-se como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária, através de crédito em nome da CONTRATADA, em instituição financeira por ela indicada.

**Parágrafo 1º** - O prazo de que trata o *caput* será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de o valor total do contrato não ultrapassar o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo 2º** – O prazo de pagamento será interrompido nos casos em que haja necessidade de regularização do documento fiscal, o que será devidamente apontado pela CONTRATANTE.

**Parágrafo 3º** - Encerrada a interrupção de que trata o parágrafo anterior, fica assegurado à CONTRATANTE o prazo estipulado no *caput* ou Parágrafo 1º desta cláusula para efetivação do pagamento, contado a partir da cientificação da regularização, sem a cobrança de encargos por parte da CONTRATADA.

**Parágrafo 4º** - O endereço e C.N.P.J. informados no preâmbulo deste Contrato deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura. No caso de a CONTRATADA apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso serão exigidas:

- a) a verificação da regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial da pessoa jurídica;
- b) avaliação técnica acerca da repercussão tributária da alteração no âmbito do contrato administrativo, ressalvados:
  - b.1) a vedação de prejuízo ou qualquer ônus financeiro adicional à CONTRATANTE;
  - b.2) a revisão contratual em favor da Administração, com redução proporcional do valor do contrato, caso a alteração implique diminuição dos custos previstos na proposta da CONTRATADA;
- c) a obrigatoriedade de vinculação do C.N.P.J. ao local definido ou área geográfica delimitada pelo termo de referência para o cumprimento da obrigação pelo estabelecimento da representante.



**Parágrafo 5º**– A CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA, para fins de pagamento e fiscalização, a apresentação concomitante à nota fiscal/fatura, da documentação apta a comprovar a regularidade perante a RFB (Receita Federal do Brasil), a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho.

**Parágrafo 6º**– A CONTRATANTE, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a CONTRATADA comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

**Parágrafo 7º** – As microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas ou não no regime tributário do Simples Nacional, receberão tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores e Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/2012 e suas alterações, ficando a CONTRATADA responsável por informar à CONTRATANTE eventual desenquadramento do regime tributário do Simples Nacional, sob pena da incidência das penalidades previstas neste instrumento.

**Parágrafo 8º** - A CONTRATANTE poderá proceder à retenção, cautelar ou definitiva, do montante a pagar à CONTRATADA, dos valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas, apuradas após regular processo administrativo, nos termos deste contrato.

**Parágrafo 9º**– No caso de atraso de pagamento provocado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

Onde:

I = índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

## CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (09/03/2026).

**Parágrafo 1º** - Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, considerando-se os 12 (doze) últimos índices, referentes aos meses imediatamente anteriores àquele em que o reajuste seja devido.

**Parágrafo 2º** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



**Parágrafo 3º** - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**Parágrafo 4º** - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**Parágrafo 5º** - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**Parágrafo 6º** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**Parágrafo 7º** - O reajuste será formalizado mediante Termo de Apostilamento.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE, sem prejuízo do atendimento de todas as obrigações e orientações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital, e legislação vigente, obriga-se a:

- a)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este contrato, o Edital, o Termo de Referência, seus Anexos e Apêndices;
- b)** Receber os serviços nos prazos e condições estabelecidos no Anexo I (Termo de Referência) do Edital;
- c)** Promover, por intermédio da Fiscalização Contratual, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando a CONTRATADA sobre eventuais ocorrências que demandem medidas corretivas;
- d)** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste contrato, do Edital, do Termo de Referência, seus Anexos e Apêndices;
- e)** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao serviço prestado nos prazos, formas e condições estabelecidos no presente instrumento, no Edital, no Termo de Referência, seus Anexos e Apêndices;
- f)** Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato, após regular procedimento de apuração em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- g)** Emitir, com as devidas razões, decisões sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, e terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;





- h) Verificar se durante a vigência do contrato estão sendo mantidas todas as exigências, condições de habilitação e qualificação contratadas.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA, sem prejuízo do atendimento de todas as obrigações e orientações constantes no Anexo I (Termo de Referência) e legislação vigente, obriga-se a:

- a) Executar fielmente o objeto do presente contrato na mais perfeita conformidade com o estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) e Apêndices do Edital, comunicando imediatamente à CONTRATANTE, por intermédio da Fiscalização, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução deste contrato, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediatas providências;;
- b) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- c) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, tampouco poderá onerar o objeto contratado;
- d) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- e) Indicar novo preposto, informando sua qualificação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas nas ocasiões em que houver substituição daquele indicado na Proposta Definitiva de Preços (Anexo II do Edital), por intermédio de mensagem eletrônica destinada aos endereços de e-mail: seaccess@tre-sp.jus.br, bem como manter os dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação;
- f) Observar, durante a execução do serviço, todos os normativos legais federais, estaduais e municipais pertinentes em vigor, contemplando, inclusive, as normas internas da CONTRATANTE, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- g) não contratar, durante a vigência deste contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- h) não contratar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;



- g) Proceder à assinatura eletrônica do contrato, e de eventuais aditamentos, por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, gerenciado pela CONTRATANTE, no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável na forma da cláusula 18 do Edital, contados a partir da liberação do acesso;
- h) Atender às solicitações do(a) fiscal do contrato a respeito de informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à integridade, nos termos do art. 9º, VII, da Resolução TRE/SP nº 630/2023;
- i) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor deste contrato, ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- j) Fornecer à fiscalização do contrato, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução dos serviços, bem como informar durante toda a vigência qualquer alteração que venha a ocorrer na referida relação;
- k) Responsabilizar-se pela conduta que seus empregados deverão ter durante a estadia em recinto da CONTRATANTE, que deverá ser a mínima necessária à execução dos serviços, assegurando, outrossim, que eles mantenham o devido respeito e cortesia no relacionamento com os servidores da CONTRATANTE;
- l) Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, bem como por qualquer dano causado em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- m) Suspender, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- n) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do preceituado no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021;
- o) Manter seus funcionários portando crachá de identificação e mantendo-os dentro dos parâmetros das normas disciplinares do TRE-SP, não gerando qualquer vínculo empregatício entre seus funcionários e a CONTRATANTE;

### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não aplicável à presente contratação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo 1º** - Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando a CONTRATADA praticar a conduta disposta na alínea “a” do caput desta cláusula, sempre que não justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do caput desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do caput desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do mesmo caput, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) **Multa:**
  - d.1) **moratória**, para o item 1, correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) por minuto de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual (preço do serviço apurado pelo número de horas do evento não disponibilizado no prazo determinado na respectiva ordem de serviço), nas hipóteses de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) minutos, após o qual a CONTRATANTE considerará como inexecução parcial ou total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;
    - d.1.2) **moratória**, para o grupo único (composto pelos itens 2, 3 e 4), correspondente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, nas hipóteses de atraso injustificado, até o máximo de 3 (três) dias, após o qual a CONTRATANTE poderá considerar como inexecução parcial ou total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;
  - d.2) **compensatória** nas seguintes ocorrências:
    - d.2.1) **de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) nas seguintes hipóteses:**
      - d.2.1.1) **sobre o valor da parcela não adimplida**, para a infração prevista na alínea “a” do caput desta cláusula;



- d.2.1.2) sobre o valor da obrigação não cumprida**, para a infração prevista na alínea “d” do caput desta cláusula, quando não justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d.2.1.3) sobre o valor total do contrato**, na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação de forma a inviabilizar a execução deste contrato, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;
- d.2.1.4)** quando a CONTRATADA cometer a infração prevista na alínea “d” do caput desta cláusula que justifique a necessidade da imposição de penalidade mais grave, a faixa percentual de multa compensatória a ser considerada para cálculo da penalidade será aquela constante na alínea “d.2.2” desta cláusula;
- d.2.2) de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento), nas seguintes hipóteses:**
- d.2.2.1) sobre o valor da parcela não adimplida**, para a infração prevista na alínea “b” do caput desta cláusula;
- d.2.2.2) sobre o valor total do contrato**, para as infrações previstas nas alíneas “c” e “e” a “h” do caput desta cláusula e para a infração prevista na alínea “d” que justifique a imposição de penalidade mais grave.

**Parágrafo 2º** - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE. ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**Parágrafo 3º** - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**Parágrafo 4º** - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**Parágrafo 5º** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente. ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**Parágrafo 6º** - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**Parágrafo 7º** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo 8º** - Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**Parágrafo 9º** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**Parágrafo 10** - A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo 11** - A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo 12** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**Parágrafo 13** - Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- a) O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.
- b) Se houver interesse das partes em denunciar o contrato, este deverá ocorrer com antecedência mínima de 90 (noventa) e máxima de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do dia anterior à data fixada para o término do contrato, sendo que a denúncia por parte da CONTRATADA será formalizada por Ofício, assinado pelo representante legal, encaminhado por meio de mensagem eletrônica para o endereço segcs@tre-sp.jus.br, ou por outro meio hábil, e, por parte da CONTRATANTE, por ofício numerado, assinado pela autoridade competente.
- c) O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



**c.1)** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**c.2)** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este item ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**d)** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**d.1)** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**e)** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**f)** Se a operação tratada na alínea anterior implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**g)** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**g.1)** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**g.2)** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**g.3)** Indenizações e multas.

**h)** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**Parágrafo 1º** - Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa da CONTRATADA:

**a)** ficará ela constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**b)** poderá a CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**Parágrafo 2º** - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

**Parágrafo Único** - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO**

A CONTRATANTE coibirá situações associadas a Assédio Moral, Sexual ou Discriminação conforme Resolução n.º 351/2020 CNJ, promovidas no âmbito da relação contratual administrativa cometidas por superior hierárquico no relacionamento entre seus servidores e a contratada.

**Parágrafo Único** - Caberá ao Gestor e Fiscal do contrato administrativo averiguar questões relativas a assédio moral, sexual ou condutas de discriminação nas relações de trabalho e tomar as medidas necessárias para coibi-lo dentro de suas competências.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais unilateralmente impostas pela Administração ou por acordo entre as partes reger-se-ão pelos artigos 124 e seguintes do capítulo VII da Lei n.º 14.133/2021, no que for aplicável à prestação de serviços objeto deste contrato.

**Parágrafo 1º** - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



**Parágrafo 2º** - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI Nº 13.709 DE 14 DE AGOSTO DE 2018**

As partes obrigam-se a cumprir os princípios e disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 13.709/2018), bem como as demais normas correlatas, para assegurar a privacidade, a intimidade, a honra, a imagem, a inviolabilidade, a integridade, a confidencialidade, a não divulgação e a preservação dos arquivos e banco de informações em relação aos dados pessoais e/ou sensíveis a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações obtidas e/ou repassadas em decorrência da execução contratual.

**Parágrafo 1º** - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**Parágrafo 2º** - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação, cabendo a este TRE-SP a adoção das providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**Parágrafo 3º** - As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal ou contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, por meio do Sistema Eletrônico de Informações do TRE-SP, no processo administrativo SEI nº \_\_\_\_\_. Foram testemunhas os(as) Senhores(as) \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, brasileiros(as), residentes nesta Capital. E, para constar e produzir os efeitos legais, eu, \_\_\_\_\_, Chefe da Seção de Gestão de Contratos de Serviços Continuados e Obras, lavrei aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e vinte e seis, no livro próprio (n.º \_\_\_\_\_), o presente contrato que, lido e achado





## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

conforme, vai devidamente assinado pelas partes e testemunhas. E eu, \_\_\_\_\_,  
Coordenador de Contratos, o conferi.

\_\_\_\_\_

Pela **CONTRATANTE**.

\_\_\_\_\_

Pela **CONTRATADA**.

\_\_\_\_\_

**Testemunha.**

\_\_\_\_\_

**Testemunha.**



**PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90050/2026**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO**

A empresa \_\_\_\_\_(Razão Social), inscrita no CNPJ n. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para os devidos fins e sob os ditames da lei que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18 de 13/9/2024 e não foram condenados seus dirigentes, por infringência as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal; do Decreto n. 5.017/04 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da Organização Internacional do Trabalho nºs 29 e 105.

(Informar Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal



**PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90050/2026**

**ANEXO V**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA TRE/SP n. 1, de 31 de maio de 2019**

**(versão resumida)**

*Estabelece os procedimentos de gestão de documentos, processos e arquivos pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI, no âmbito da Secretaria e das Zonas Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.*

**O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Portaria TRE-SP nº 170/2019, que instituiu o SEI- Sistema Eletrônico de Informações no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo,

**RESOLVE:**

(...)

Seção III

Dos usuários externos

**Art. 15.** O credenciamento de usuários(as) externos(as) no SEI TRE-SP é realizado por meio de formulário próprio, disponível no sítio eletrônico deste Tribunal, em página específica, e se destina a pessoas naturais que, em nome próprio ou como representantes legais de pessoas naturais e jurídicas, participem em processos administrativos junto ao TRE-SP para: [\(Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

- I. acompanhar a tramitação dos processos de seu interesse e visualizar seu conteúdo, parcial ou integral, por prazo determinado, se for o caso, mediante disponibilização da unidade responsável pela informação; [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)
- II. receber comunicações, notificações e intimações relativas aos processos em que figure como parte ou interessado(a); [\(Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)
- III. assinar contratos, atas de registro de preços, convênios, termos, acordos e outros instrumentos celebrados com o TRE-SP; [\(Redação dada pela IN 01/2023\)](#)
- IV. peticionar eletronicamente. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 1º Magistrados(as), servidores(as) ativos(as), exceto os(as) removidos(as), estagiários(as) e colaboradores(as) não poderão se cadastrar como usuários(as) externos. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 2º O credenciamento de usuário(a) externo(a) é ato pessoal e intransferível e dar-se-á a partir de solicitação efetuada no sítio eletrônico do TRE-SP, seguida de envio da documentação exigida, nos termos do art. 16. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 3º É vedado ao(à) usuário(a) externo(a) cadastrar-se mais de uma vez no sistema. Em caso de necessidade de alteração de dados, o usuário externo deverá atualizar o seu cadastro, por meio de requerimento próprio enviado pelo sistema de peticionamento eletrônico ou, se for o caso, entregue no Protocolo Geral ou nas unidades cartorárias. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

§ 4º O credenciamento está condicionado à aceitação dos termos e condições previstas nesta e nas demais normas aplicáveis ao processo eletrônico, em especial, o Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e tem como consequência a responsabilidade do usuário pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais são passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa. (Redação dada pela IN nº 01/2020)

§ 5º A autorização do credenciamento de usuário(a) externo(a) e a consequente liberação dos serviços disponíveis no SEI TRE-SP dependem de prévia aprovação da unidade gestora do processo de interesse do(a) solicitante. (Redação dada pela IN nº 01/2023)

§ 6º A autorização para o credenciamento de usuário(a) externo(a) poderá ser indeferida no caso de não apresentação de documentação obrigatória ou complementar. (Redação dada pela IN nº 01/2023)

§ 7º O descredenciamento de usuário(a) externo (a) dar-se-á: (Redação dada pela IN nº 01/2023)

I. por solicitação expressa do(a) usuário(a) ou do órgão ou entidade por ele(ela) representado(a) (Redação dada pela IN nº 01/2023)

II. em razão do descumprimento das normas que disciplinam o SEI TRE-SP;

III. a critério da Administração, mediante ato motivado.

§ 8º As unidades gestoras deverão informar aos(às) usuários(as) externos(as) quanto ao prazo para cumprimento dos atos mencionados no inciso III do *caput*. (Redação dada pela IN nº 01/2023)

**Art. 16.** Além do cadastro no sítio eletrônico do TRE-SP, o credenciamento exigirá a apresentação dos seguintes documentos:

I. No caso de credenciamento de pessoa física:

- a) Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, conforme modelo do Anexo I desta Instrução Normativa;
- b) Documento de identificação pessoal com foto;
- c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- d) Comprovante de endereço.

II. No caso de credenciamento de pessoa jurídica:

- a) Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, conforme modelo do Anexo I desta Instrução Normativa;
- b) Documento de identificação pessoal e CPF do representante legal;
- c) Ato constitutivo e suas alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados;
- d) Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado, e procuração, se for o caso;
- e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ;
- f) Comprovante de endereço.

§1º Os documentos de que tratam os incisos I e II do 'caput' deste artigo deverão ser digitalizados

e enviados para a Seção de Protocolo Administrativo e Expedição - SEPAE, para o e-

mail [cadastrosei@tre-sp.jus.br](mailto:cadastrosei@tre-sp.jus.br), ou diretamente para o endereço eletrônico da unidade cartorária,

indicando-se os motivos que ensejam a solicitação de cadastro no sistema. (Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023)

§ 2º A documentação poderá ser apresentada diretamente à unidade gestora do processo de interesse do solicitante, por solicitação desta, que será responsável pela criação do processo de "Cadastro de usuário externo". (Redação dada pela IN nº 01/2020)



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

§ 3º Para efetivação do cadastro, o Tribunal ou unidade cartorária poderá solicitar, a qualquer tempo, a apresentação do documento original ou de documentação complementar, fixando prazo para cumprimento. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 4º A apresentação dos documentos referidos neste artigo poderá ser dispensada mediante procedimento que assegure a inequívoca identificação do interessado quando se tratar de cadastro de: [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)

- I. representante de empresa vencedora de certame licitatório ou contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação, tendo em vista a documentação apresentada à unidade responsável pelo processo de contratação; [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)
- II. representante dos órgãos dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, do Ministério Público, de partidos políticos, agentes públicos ou representantes de outras entidades que firmarem convênio com o Tribunal, devido ao registro dos documentos de identificação junto ao respectivo órgão, desde que, no credenciamento, informem conta de e-mail institucional; [\(Redação dada pela IN nº 01/2020\)](#)
- III. servidor(a) removido(a), inativo(a) ou pensionista do TRE-SP, devido ao registro dos documentos de identificação junto ao órgão. [\(Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

**Art. 17.** São de exclusiva responsabilidade do usuário externo:

- I. o sigilo da senha relativa à assinatura eletrônica, não sendo, em nenhuma hipótese, admitida qualquer alegação de uso indevido ou por terceiros;
- II. a equivalência entre os dados informados para o envio do documento e os constantes do documento protocolado;
- III. a estrutura tecnológica necessária às transações eletrônicas, incluindo o acesso a provedor de internet e a disponibilidade de equipamento com configuração adequada;
- IV. manter sempre atualizado o endereço de e-mail fornecido para cadastro de usuário(a) externo(a), bem como assegurar a viabilidade de recebimento de mensagens eletrônicas; [\(Redação dada pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)
- V. a consulta diária ao endereço de e-mail cadastrado e ao SEI TRE-SP, a fim de verificar o recebimento de comunicações eletrônicas relativas a atos processuais;
- VI. a atualização de seus dados cadastrais no SEI TRE-SP, sempre que necessário;
- VII. o cumprimento dos prazos estabelecidos para a prática dos atos no SEI TRE-SP, especialmente quanto à assinatura dos documentos;
- VIII. a comunicação imediata ao Tribunal no caso de quebra de sigilo da senha ou de acesso indevido ao e-mail cadastrado, para imediato bloqueio da senha; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- IX. a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, conforme horário oficial de Brasília, independentemente do fuso horário no qual se encontre o usuário externo; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- X. a observância dos períodos de manutenção programada ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do SEI; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- XI. a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de petição e aqueles contidos no documento enviado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- XII. a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere às extensões e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- XIII. a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de petição eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, conforme os prazos estabelecidos no Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade dos Documentos Administrativos do Tribunal e na legislação pertinente; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)



## Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

- XIV. a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- XV. a realização, preferencialmente por meio do sistema de peticionamento eletrônico, de todos os atos e comunicações processuais entre o Tribunal, o usuário ou a entidade porventura representada exceto quando houver inviabilidade ou indisponibilidade do sistema; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- XVI. a observância dos relatórios de indisponibilidade previstos no § 1º do art. 40 desta Instrução Normativa. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 1º A não obtenção de acesso ou credenciamento no SEI TRE-SP, ou eventual defeito de transmissão ou recepção de dados e informações não servirão de escusa para o descumprimento de obrigações ou inobservância de prazos processuais. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 2º As pessoas jurídicas ficam obrigadas a solicitar a inativação de usuários(as) externos(as) que não pertençam mais aos seus quadros, sob pena de responsabilização pelo uso indevido do sistema. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

**Art. 18.** Após a realização do cadastro de usuário(a) externo(a) no sítio eletrônico e o recebimento dos documentos pertinentes, o requerimento será apreciado em até 5 (cinco) dias úteis, ao final do qual será liberado o acesso ou informada eventual pendência na documentação. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

**Parágrafo único.** A aprovação do requerimento, assim como eventual pedido de documentação complementar, serão comunicados exclusivamente por meio do endereço eletrônico informado no cadastramento.

**Art. 19.** A liberação do credenciamento de usuários(as) externos(as) deverá ser autorizada formalmente pela unidade gestora do processo de interesse do solicitante, via processo SEI TRE- SP, com o tipo “Cadastro de usuário(a) externo(a) – SEI”, que deverá ser enviado à Seção de Monitoramento e Produção – SEMPRO acompanhado de todos os documentos analisados e da decisão. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 1º O processo de “Cadastro de usuário(a) externo(a) – SEI” poderá ser relacionado aos processos em que o(a) usuário(a) externo(a) seja parte ou interessado(a). [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 2º O descredenciamento de usuários(as) externos(as) ocorrerá apenas nas hipóteses previstas no § 7º do art. 15 e deverá ser formalizado pela unidade gestora do processo de interesse do(a) solicitante, de preferência, no mesmo processo de seu cadastro, o qual será enviado à Seção de Monitoramento e Produção – SEMPRO. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

**Art. 19-A.** O acesso de usuário(a) externo(a) ao SEI TRE-SP é feito por meio do sítio eletrônico do Tribunal na Internet. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

**Parágrafo único.** O login e a senha utilizados para acessar o SEI são gerados pelo(a) próprio(a)

usuário(a) externo(a), no momento de seu credenciamento. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

### Subseção I

#### Do Peticionamento Eletrônico

**Art.19-B.** O(A) usuário(a) externo(a) deverá observar as orientações fornecidas pela unidade gestora do processo de seu interesse para o(a) peticionamento(a) eletrônico, que serão disponibilizadas no sítio



# Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

eletrônico deste Tribunal ou por outro meio eletrônico, a critério da Administração. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 1º As petições eletrônicas deverão conter elementos descritivos mínimos, a fim de permitir seu correto tratamento e destinação, tais como: [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

- I. nome da pessoa natural ou jurídica a que se refere; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- II. número do processo SEI TRE-SP de referência, se houver. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 2º Na hipótese de descumprimento da regra do § 1º, o usuário externo será intimado eletronicamente para suprir a irregularidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de, a critério da Administração, arquivar a petição. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

**Art. 19-C.** Não há protocolo integrado na circunscrição eleitoral do Estado, devendo as petições eletrônicas serem enviadas diretamente à unidade cartorária a que se destinam ou à Secretaria. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

**Art. 19-D.** O peticionamento eletrônico será registrado automaticamente pelo SEI TRE-SP, o qual fornecerá recibo eletrônico de protocolo contendo os seguintes dados: [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

- I. número do processo correspondente; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- II. lista dos documentos enviados com seus respectivos números de protocolo; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- III. data e horário do recebimento da petição; [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)
- IV. identificação do(a) signatário(a) da petição. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

**Art. 19-E.** Os documentos digitalizados encaminhados por usuários(as) externos(as) por meio de peticionamento eletrônico terão valor de cópia simples. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

**Parágrafo único.** O teor e a integridade dos documentos enviados na forma do 'caput' são de responsabilidade do(a) usuário(a) externo(a), o qual responderá por eventuais adulterações ou fraudes nos termos da legislação civil, penal e administrativa. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

**Art. 19-F.** Impugnada a integridade do documento digitalizado, mediante alegação motivada e fundamentada de adulteração, deverá ser instaurada diligência para a verificação do documento objeto de controvérsia. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

**Art. 19-G.** O Tribunal ou unidade cartorária poderá exigir, a seu critério, até que decaia seu direito de rever os atos praticados no processo, a exibição, no prazo que estipular, do original em papel de documento digitalizado no Tribunal ou unidade cartorária ou enviado por usuário externo por meio de peticionamento eletrônico. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

**Art. 19-H.** Os documentos originais em suporte físico, cuja digitalização seja tecnicamente inviável, deverão ser apresentados fisicamente à Seção de Protocolo Administrativo e Expedição – SEPAE ou unidade cartorária, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do envio da petição eletrônica que deveria encaminhá-los, independentemente de manifestação do Tribunal ou unidade cartorária. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

**Parágrafo único.** Os documentos nato-digitais em formato e tamanho incompatíveis poderão ser apresentados à Seção de Protocolo Administrativo e Expedição – SEPAE ou unidade cartorária, acompanhado de requerimento, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do envio da petição eletrônica que deveria encaminhá-los, independentemente de manifestação do Tribunal. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)





**Art. 19-I.** Fica vedado o peticionamento eletrônico via SEI TRE-SP ao Núcleo de Informação ao Cidadão - NIC e à Ouvidoria, devendo as petições e solicitações a estas unidades serem realizadas por formulários e sistemas próprios. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

**Art. 19-J.** O peticionamento eletrônico do SEI TRE-SP não se destina à apresentação de peças processuais e documentos a serem juntados em feitos judiciais físicos ou eletrônicos em trâmite em qualquer instância da Justiça Eleitoral do Estado, salvo disposição expressa em contrário. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

Parágrafo único. A inobservância da regra estabelecida no 'caput' implicará no imediato arquivamento da petição eletrônica, sem devolução do respectivo prazo processual. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

## Subseção II

### Dos Prazos e Comunicações Eletrônicas

**Art. 19-K.** Para todos os efeitos, os atos processuais em meio eletrônico consideram-se realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI TRE-SP. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, serão considerados tempestivos os efetivados, salvo disposição em contrário, até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, tendo sempre por referência o horário oficial de Brasília. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 2º Para efeitos de contagem de prazo, não serão considerados os feriados estaduais, municipais ou distritais, bem como os dias em que não houver expediente na Secretaria ou unidades cartorárias, conforme o caso. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

**Art. 19-L.** As intimações aos(às) usuários(as) externos(as) cadastrados(as) na forma desta instrução normativa ou de pessoa jurídica por eles representada serão feitas por meio eletrônico e consideradas pessoais para todos os efeitos legais. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o(a) usuário(a) externo(a) efetivar a consulta eletrônica ao documento correspondente, sendo tal fato certificado automaticamente pelo sistema. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)

§ 2º A consulta referida no § 1º deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados do envio da intimação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 3º Na hipótese do § 1º, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, e na hipótese do § 2º, nos casos em que o prazo terminar em dia não útil, considerar-se-á a intimação realizada no primeiro dia útil seguinte. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 4º Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual, nos termos do § 2º. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

§ 5º As intimações que viabilizem o acesso à íntegra do processo serão consideradas vista pessoal do(a) interessado(a) para todos os efeitos legais. [\(Incluído pela IN nº 01/2020 e pela IN nº 01/2023\)](#)





§ 6º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da intimação, esta poderá ser praticada por outros meios, com posterior registro no sistema. [\(Incluído pela IN nº 01/2020\)](#)

## CAPÍTULO IV

### DAS ASSINATURAS

**Art. 20.** Os documentos produzidos no SEI TRE-SP tem garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, mediante utilização de assinatura digital ou eletrônica.

**Art. 21.** O registro da assinatura será admitido sob as seguintes modalidades:

- I. Para usuários(as) internos(as): assinatura digital ou assinatura eletrônica. [\(Incluído pela IN nº 01/2023\)](#)
- II. Para usuários(as) externos(as): exclusivamente a assinatura eletrônica. [\(Incluído pela IN nº 01/2023\)](#)

**Art. 22.** Na impossibilidade da assinatura digital ou eletrônica, o documento poderá ser impresso, assinado manualmente, digitalizado e juntado ao SEI TRE-SP com a devida autenticação administrativa.

**Art. 23.** Tanto a assinatura digital quanto a assinatura eletrônica são pessoais e intransferíveis, sendo o(a) usuário(a) exclusivo(a) responsável por sua guarda, conservação e não fornecimento a terceiros(as). [\(Incluído pela IN nº 01/2023\)](#)

**Art. 24.** Os editais de licitação, os contratos administrativos e os instrumentos congêneres deverão conter cláusula que estabeleça o uso preferencial da plataforma SEI TRE-SP para a assinatura eletrônica dos(as) usuários(as) externos(as) cadastrados(as), conforme o disposto nesta Instrução Normativa. [\(Incluído pela IN nº 01/2023\)](#)

**Art. 25.** A prática de atos assinados eletronicamente importa na aceitação das normas estabelecidas nesta Instrução Normativa e na responsabilidade pelo sigilo e uso indevido das assinaturas digital e eletrônica.



# Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Este texto não substitui o publicado no DJE.

## ANEXO I da IN TRE/SP nº 01/2019

### Termo de concordância e veracidade (para usuários externos)

Nome Completo:			
Nº Docto de Identidade:		CPF:	
E-mail:		Telefone:	( )
Endereço de Domicílio:		Bairro:	
Estado (UF):		Cidade:	
		CEP:	

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI do TRE-SP e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Portaria TRE-SP 170/2019, Instrução Normativa TRE-SP 01/2019, Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (*login/senha*), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

O usuário declara que os dados informados, inclusive do domicílio, são verdadeiros e que são de sua exclusiva responsabilidade:

- o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido ou por terceiros, bem como a imediata comunicação ao Tribunal sobre sua perda ou quebra de sigilo;
- manter sempre atualizado o endereço de "e-mail" fornecido para cadastro de usuário externo, bem como assegurar a viabilidade de recebimento de mensagens eletrônicas;
- a consulta diária ao endereço de e-mail cadastrado e ao SEI TRE-SP, a fim de verificar o recebimento de comunicações eletrônicas relativas a atos processuais;
- a atualização de seus dados cadastrais no SEI TRE-SP, sempre que necessário;
- o cumprimento dos prazos estabelecidos para a prática dos atos no SEI TRE-SP;
- a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e aqueles contidos no documento enviado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;
- a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente;
- a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;
- a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, conforme horário oficial de Brasília, independentemente do fuso horário no qual se encontre o usuário externo;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao TRE-SP para qualquer tipo de conferência;
- a observância dos períodos de manutenção programada ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema;
- as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do equipamento utilizado nas transmissões eletrônicas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura do Usuário

<b>Para agilizar o trâmite da autorização de acesso, o usuário deve indicar o ASSUNTO E/OU o NUMERO do processo de interesse e sua Justificativa:</b>
Número:
Assunto:
Justificativa:



# Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

## PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90050/2026

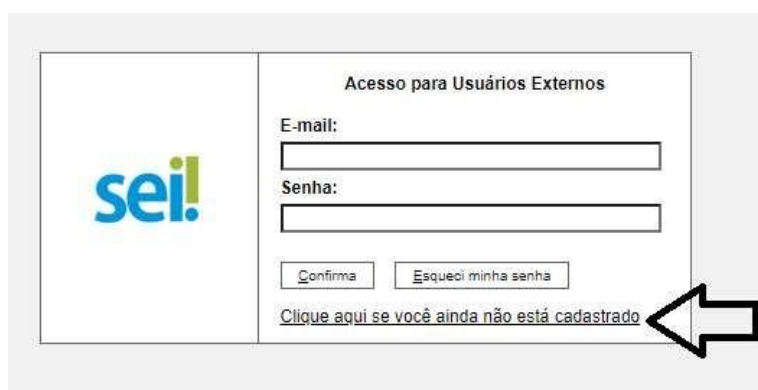
### ANEXO VI

#### INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES AO PROCESSO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SEI

1. Será necessário acessar o link:  
(<http://www.tre-sp.jus.br/o-tre/sistemas/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>),
2. Clicar sobre a aba “**Acesso Rápido**”
3. E no link "[SEI - para Usuário Externo \(Para cadastrar-se ou acessar o sistema\)](#)".



4. Caso ainda não seja cadastrado, realizar o cadastro clicando em “**Clique aqui se você não está cadastrado**”





5. Após, “**clique aqui para continuar**”.

6. Realizar o cadastro e clicar em “ENVIAR”.

7. Após o cadastro, você receberá e-mail automático de confirmação. **IGNORE O E-MAIL AUTOMÁTICO** recebido após o cadastro e continue seguindo as orientações deste anexo.
8. Para finalizar o cadastro, será necessário o envio dos documentos listados abaixo para o

e-mail: [segrp@tre-sp.jus.br](mailto:segrp@tre-sp.jus.br), no caso de Ata de Registo de Preços

[segcs@tre-sp.jus.br](mailto:segcs@tre-sp.jus.br), no caso de Contratos de Serviços continuados e Obras

[segct@tre-sp.jus.br](mailto:segct@tre-sp.jus.br), no caso de Contratos Terceirizados [segcl@tre-sp.jus.br](mailto:segcl@tre-sp.jus.br), no caso de Contratos de Locação e Aquisição

Para credenciamento de pessoa física:

- Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, o qual será enviado para preenchimento e assinatura;
- Documento de identificação pessoal com foto;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF e
- Comprovante de endereço.

Para credenciamento de pessoa jurídica:



- a) Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, o qual será enviado para preenchimento e assinatura;
- b) Documento de identidade e CPF do representante legal;
- c) Ato constitutivo e suas alterações ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrados;
- d) Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado, ou procuração;
- e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ e
- f) Comprovante de endereço.

Estando em conformidade os documentos, o acesso ao SEI será liberado para assinatura.

Observação: O comprovante de endereço deve ser recente, com data de até 3 meses, e, o endereço cadastrado no Sistema SEI deverá ser o mesmo constante do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade e do comprovante de endereço apresentado em nome do representante legal.

Do Processo de Assinatura:

- 9. Após efetuar o login, o usuário externo poderá visualizar os documentos liberados para assinatura nos processos administrativos,

- 10. O usuário externo deverá então abrir o documento a ser assinado, clicando sob o seu número, e realizar a conferência das informações constantes.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

sei!

SEI - Homologação

Menu



Controle de Acessos Externos


Alterar Senha

Controle de Acessos Externos

Lista de Acessos Externos (4 registros)

Processo	Documento	Tipo	Liberação	Validade	Ações
19 0 00000004-8	0000643	Ofício	02/06/2019		



11. Após a conferência das informações, na coluna “Ações”, o ícone  indica a disponibilização de assinatura eletrônica do referido documento.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

sei SEI - Homologação

Menu

Controle de Acessos Externos

Alterar Senha

Controle de Acessos Externos

Processo	Documento	Tipo	Liberação	Validade	Ações
19.0.000000004-6	0000043	Ofício	02/05/2019		

Lista de Acessos Externos (4 registros)

12. Ao clicar no ícone da caneta, será exibida a tela para assinatura do documento, que deverá ser preenchida com o usuário externo e a senha cadastrada, após, deverá ser clicado no botão “ASSINAR”.

SEI - Assinatura de Documento - Mozilla Firefox

https://sei.correios.com.br/sei/controlador\_externo.php?acao=usuario

**Assinatura de Documento**

Usuário Externo:

marvin@gmail.com

Senha

\*\*\*\*\*

Assinar